



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SÍLVIA RÉGIA CHAVES DE FREITAS SIMÕES

**EDUCAÇÃO CIGANA:
Entre-lugares entre Escola e Comunidade Étnica**

Florianópolis

2007

SÍLVIA RÉGIA CHAVES DE FREITAS SIMÕES

**EDUCAÇÃO CIGANA:
Entre-lugares entre Escola e Comunidade Étnica**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

ORIENTADOR: Prof. Dr. REINALDO MATIAS FLEURI/UFSC

**CO-ORIENTADORA: Prof^a Dra. NADIR ESPERANÇA
AZIBEIRO/UDESC**

Florianópolis

2007



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**"EDUCAÇÃO CIGANA: ENTRE-LUGARES ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE
ÉTNICA"**

Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do
Centro de Ciências da Educação em
cumprimento parcial para a obtenção
do título de Mestre em Educação

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 11/10/2007

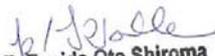
Dr. Reinaldo Matias Fleuri (CED/UFSC-Orientador)

Dra. Nadir Esperança Azibeiro (UDESC/SC-Co-orientadora)

Dra. Márcia Ondina Vieira Ferreira (UFPE/RS-Examinadora)

Dra. Cristiana de Azevedo Tramonte (CED/UFSC-Examinadora)

Dra. Gilka Elvira Ponzi Girardello (CED/UFSC-Suplente)


Prof. Eneida Oto Shiroma
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação

SILVIA RÉGIA CHAVES DE FREITAS SIMÕES

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/OUTUBRO/2007

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos são para a família Ivanovichi, que desde o primeiro encontro nos acolheu com tanto carinho e generosidade, e a todos os ciganos que, por seu intermédio, pudemos conhecer.

Agradeço ao meu orientador, Dr.Reinaldo Matias Fleuri, CED/UFSC, e à minha co-orientadora, Dra. Nadir Esperança Azibeiro,UDESC.

Sou grata à banca examinadora: Dra. Márcia Ondina Vieira Ferreira/UFPE-RS, à Dra. Cristiana Tramonte, CED/UFSC, e a Dra.Gilka Elvira Ponzi Girardelli, CED/UFSC.

Agradeço ainda:

Aos professores do Programa de Pós-graduação do Centro de Ciências da Educação da Universidade federal de Santa Catarina,/PPGE/CED/UFSC.

À Secretaria do Programa de Pós-graduação do Centro de Ciências da Educação, PPGE/CED/UFSC.

Ao Núcleo Mover de “Educação Intercultural e Movimentos Sociais”/Ced/UfSC.

Aos colegas de mestrado: Ana Elise,Benedito, Dione, Dorothi, Karine, Lucia, Raquel e Rose.

E, ainda, a todas as pessoas que de certa forma contribuíram com a elaboração dessa dissertação e com minha opção em fazer o mestrado:

Paulo César Mendonça Simões.

A meus filhos,Anand, Beatriz e Clara.

Ivanete Nardi.

Leonardo Correia Almeida.

Cátia Weber.

Prof. Dr. Márcio Penna Corte Real,UFG.

Drauzio Pezzoni Annunciato.

Prof. Drndo.Bruno Emanuel Santana da Silva, UNIVALI.

Prof. Dr. Willer Barbosa, UFV/MG.

Prof^a. Ms.Cristina Bonetti, UEGO /GO.

Prof. Dr. Pedro Veiga Marcote, Univ.da Coruña/Espanha.

Prof. Dr. Mario Jorge Cardoso Freitas, Univ. do Minho/UM, Portugal.

Ass.Social: Simone Machado, DSS/UFSC.

Ana Luiza Vaz.

Leonardo Pissele.

Prof^a. Dra. Edaléia Ribeiro, CSE/DSS/UFSC.

Prof^a Ms. Iliane Kholler, CSE/DSS/UFSC.

Prof^a Dra. Tereza Kleba Lisboa, CSE/DSS/UFSC.

Ivana Hermano.

Walter Beviláqua.

Ana Cristina Vieira Di'Lucia.

Drndo. Paulo Eduardo Antunes Grijó /UFSC.

A todos que contribuíram com esse trabalho, muito obrigada.

A Eraldo Moreira Barroso (in memóiriam), ser muito
caro ao nosso coração, que partiu precocemente
durante a elaboração deste trabalho.

CIGANOS(XIV)

Se eu fosse cigano,
Para que me serviriam as vidraças?

Se eu fosse cigano,
Como seria a minha geografia?

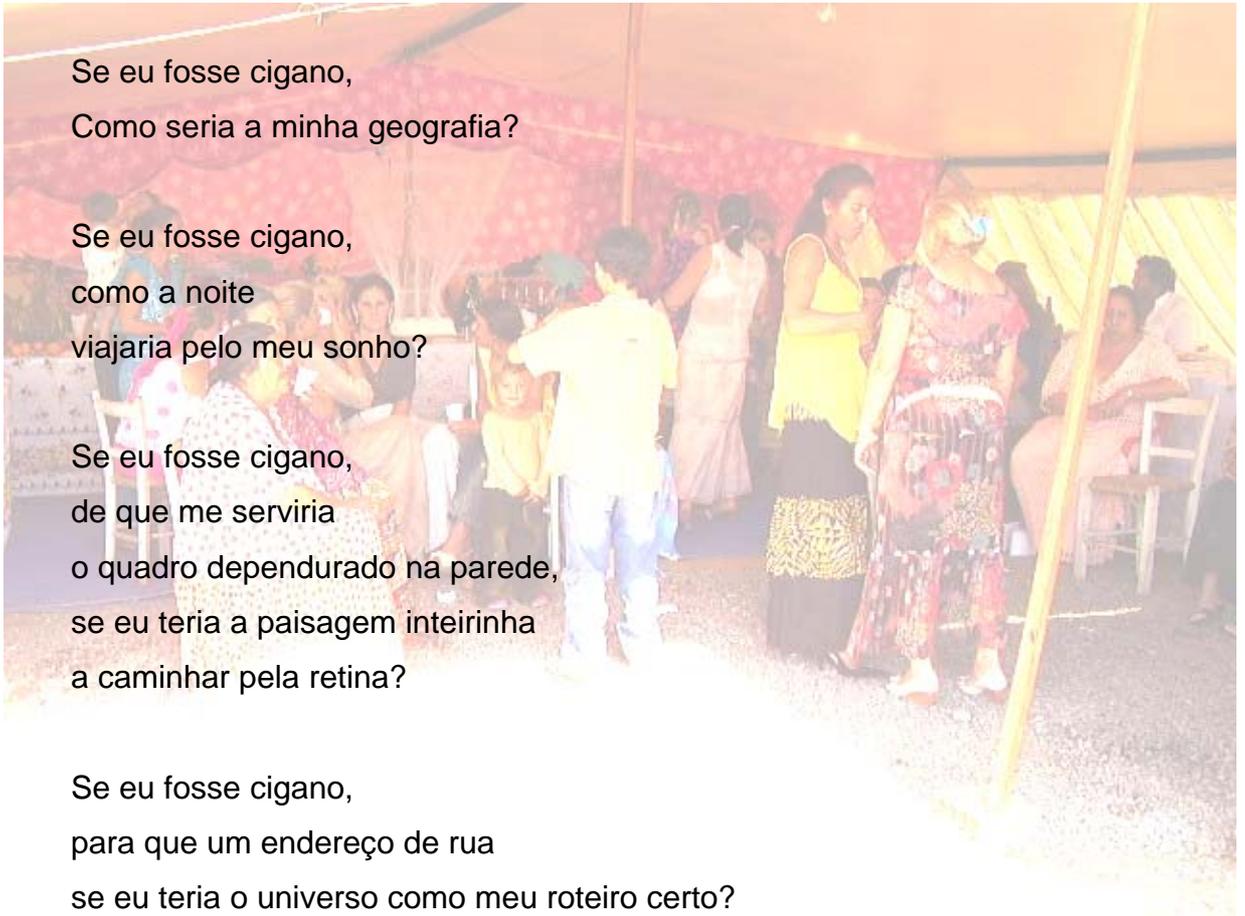
Se eu fosse cigano,
como a noite
viajaria pelo meu sonho?

Se eu fosse cigano,
de que me serviria
o quadro dependurado na parede,
se eu teria a paisagem inteirinha
a caminhar pela retina?

Se eu fosse cigano,
para que um endereço de rua
se eu teria o universo como meu roteiro certo?

Se eu fosse cigano,
Para que me serviriam o livro e o mapa
se eu me aconselharia com a vida, mestra muito mais antiga?

Se eu fosse cigano, não saberia nada dos gajões
Passageiros do mesmo barco, mal nos conhecemos,
Nessa longa viagem
De reticências...
(Atiço Vilas-Boas da Mota).



RESUMO

O presente trabalho traz a apresentação e análise sobre a etnia cigana, tendo em vista três enfoques principais: O primeiro, relata os principais aspectos da história dos ciganos no mundo e no Brasil. O segundo enfoque, apresenta alguns dispositivos legais da Constituição de 1988 e os atuais processos de interlocução dos ciganos com as Políticas Públicas brasileiras. O terceiro enfoque relata os contextos educativos intra-grupo e algumas reflexões sobre os mesmos. Também apresenta o relato de um estudo de caso, realizado com uma família cigana residente no município de Palhoça/SC/ Brasil, suas idéias sobre educação e que valores atribuem à escola formal e à comunidade étnica. A metodologia de pesquisa consistiu em: revisão bibliográfica; trabalhos de campo e aplicação de entrevistas. Pela própria complexidade que envolve o tema, foi que não optamos por nenhum referencial teórico específico, mas buscamos estabelecer um grupo de autores com os quais nos identificamos, e que, poderiam contribuir com nossas reflexões e inquietações. Foram eles: Alberto Melucci; Clifford Geertz; Homi Bhabha; Paulo Freire; Luiza Cortesão; Márcia Ondina Ferreira; Reinaldo Matias Fleuri; José Marin; Tomaz Tadeu Silva; Paola Falteri; Nadir Esperança Azibeiro e Francesco Susi, dentre outros. De acordo com as observações realizadas constatamos preliminarmente que: A questão da influência das sociedades não-ciganas, na identidade étnica cigana, foi e continua sendo historicamente uma grande preocupação dos ciganos; que em nível mundial, e particularmente no Brasil, já existem políticas públicas para as minorias étnicas, dentre elas a cigana; que os ciganos vêm mantendo uma relação com a escola, mesmo que fragmentada e fragilizada; que apesar dos ciganos reconhecerem a necessidade de freqüentarem a escola como forma de se alfabetizarem, o maior valor a que eles atribuem, é a relação intra-étnica, portanto, a sua própria cultura.

Palavras-chave: Ciganos; história; educação; escola formal; comunidade étnica.

ABSTRACT

This dissertation proposes the presentation and analysis of the gypsy ethnic group, with three main viewpoints: Firstly, to narrate the principal aspects of their Brazilian and world history. Secondly, present some of the legal devices of the 1988 Constitution and the current interlocution between the gypsies and the Brazilian Public Policies. The third point of emphasis will be to discuss and present a reflection on the matter of the intra-groupal educational context. There will also be presented a case study, carried out with a gypsy family that resides in the city of *Palhoça/SC/* Brazil, which portrays the ideas they have about education and the values they attribute to formal schooling and to the ethnic community. The research methodology consisted of: bibliographical revision, fieldwork and interviews. Due to the complexity of the topic, we opted not to adopt a specific theoretical reference; however, we sought to establish a group of authors with whom we identify, and that could contribute with our reflections and uncertainties. They were: Alberto Melucci; Clifford Geertz; Homi Bhabha; Pablo Freire; Cortesão Luiza; Márcia Ondina Blacksmith; Reinaldo Matias Fleuri; Jose Marin; Tomaz Tadeu Silva; Paola Falteri; Nadir Hope Azibeiro and Francesco Susi, amongst others. In accordance with our preliminary observations it appears that: The influence that the non-gypsy society has on the ethical identity of the gypsies, was and continues to be a grave concern for members of this ethical group; that on a worldwide scale, and particularly in Brazil, there have already been created public policies for minority ethnic groups, amongst them the gypsies; that the gypsies continue to maintain relations with formal schooling, though in a fragmented and fragile way; that although the gypsies recognize the need to frequent classes as a way of being alphabetized, they attribute more value to the intra-ethnic relations, and as such, to their very own culture.

Keywords: Gypsies; history; education; formal schooling; ethnic community.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 01- La verdadera historia de la raza gitana está en el.....	29
Foto 2: Família Ivanovichi em confraternização.....	69
Foto 3: Rosa e suas filhas gêmeas, Estela e Estefani.....	70
Foto 4: Fábio Ivanovichi.....	72
Foto 5: Eduardo Ivanovichi (18).....	73
Foto 6: Milena Ivanovichi (14).....	73
Foto 7: Família Ivanovichi assistindo um vídeo de casamento cigano.....	76
Foto 8: Jéssica e um bebê cigano.....	81
Foto 9: Festa de aniversário das gêmeas (Estela e Estefani), 2º bolo, em homenagem a promessa alcançada e a imagem de N. S. Aparecida, padroeira dos ciganos brasileiros.....	82
Foto 10: Roda de mulheres idosas ciganas.....	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	18
1.2 PRIMEIRAS PEGADAS E OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS NA BUSCA DOS SUJEITOS.....	22
1.3 METODOLOGIA.....	24
2 ORIGEM: A EPOPÉIA ANCESTRAL DE UM POVO ITINERANTE	29
2.1 ALGUMAS EVIDÊNCIAS DE CIGANOS NA PRÉ-HISTÓRIA.....	31
2.2 CIGANOS E TRADIÇÃO MUSICAL.....	43
2.3 A POPULAÇÃO CIGANA EUROPÉIA E O USO DA LINGUAGEM.....	44
2.4 GRUPOS CIGANOS: CLASSIFICAÇÃO.....	45
2.5 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E RESSURGIMENTO DAS MIGRAÇÕES CIGANAS.....	47
2.6 VÍTIMAS INVISÍVEIS DO HOLOCAUSTO.....	50
3 O INICIO DA LONGA ESTRADA EM DIREÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	54
3.1 DA INVISIBILIDADE À CONQUISTA DE DIREITOS.....	60
4 PROCESSOS EDUCATIVOS DE UMA FAMÍLIA CIGANA	69
4.1 CASAMENTO CIGANO.....	78
4.2 A CRIANÇA CIGANA.....	81
4.3 A MULHER CIGANA.....	83
4.4 O IDOSO.....	84
4.5 O CUIDADO DA SAÚDE.....	84
4.6 O CÓDIGO DE CONTAMINAÇÃO.....	85
5 EDUCAÇÃO CIGANA: PROCESSOS EDUCATIVOS E O PAPEL DA ESCOLA	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	104
ANEXOS	111

1 INTRODUÇÃO

Se há alguns anos alguém me perguntasse o que queria “ser quando crescesse,” a última coisa que eu responderia seria “ser professora”. Não que atribuísse à docência valor menor. Simplesmente não me ocorreria incluí-la em minhas reflexões sobre o devir.

Apesar de haver nascido em uma capital, Fortaleza/CE, o fato de ser nordestina me colocava num contexto em que a questão agrária estava presente, o que me fazia pensar em ser agrônoma. Inclusive porque meus pais eram fazendeiros e, assim, eu estaria dando-lhes “gosto”. Essa expressão “dar gosto” é muito usada no nordeste como sinônimo de satisfação, contentamento ou realização.

Como está distante esse tempo! Daquela época restou somente essa lembrança, a de uma intenção não realizada. À certa altura decidi que a vida acadêmica não faria parte de meus planos mais imediatos. Queria aproveitar minha juventude, “viver a vida”. Caí no mundo, conheci lugares, pessoas. Quantas pessoas! Cada uma com as suas dores, alegrias, medos, desejos, vidas árduas, sofridas.

Nesse meu caminho, em torno dos treze para quatorze anos de idade, defrontei-me com os ciganos pela primeira vez. Esse encontro se deu na fazenda Lagedo, situada no município de Itapebussú, distante mais ou menos 50 km de Fortaleza-CE, de propriedade da família Barroso. A família Barroso tinha como patriarca o Sr. Tenente Barroso e sua esposa Tenisse. Na época aqui reportada, administrava e vivia na fazenda um dos filhos do casal, o Sr. Tadeu Barroso, sua esposa Odele Moreira Barroso e seus filhos, Eveline e Eraldo (1975-2006).

A fazenda era o local para onde, todos os anos, durante o período das férias, meu irmão mais novo, eu e mais um tanto de jovens amigos nos dirigíamos. A fazenda apresentava a configuração típica das fazendas nordestinas. Casa grande avarandada, paredes brancas e janelas pintadas de azul, reminiscência da arquitetura colonial brasileira. Muitas portas e janelas, muitos quartos, todos com intercomunicação. Portas era o que não faltava. A sala de jantar era imensa, e comportava uma mesa tão grande quanto a própria sala. A cozinha era um lugar

maravilhoso, pois ali se encontrava o fogão à lenha, o paiol (onde se guardavam as rapaduras, bananas, carne seca, etc.) e era também o local onde ocorriam boas conversas, enquanto se preparavam os alimentos.

Nesse tempo, banheiro dentro de casa era um luxo que poucos tinham. Normalmente ele se localizava no quintal, constituído de um vaso sanitário e um tanque de cimento, de onde se retirava água com uma lata de querosene grande, reciclada, apesar de naquela época não haver preocupações de cunho ecológico (ao menos assim explicitadas).

Os cavalos e burros eram um capítulo à parte. Como no nordeste se pratica muita vaquejada, a fazenda tinha uma mini-pista e um prado. A vaquejada é um esporte popular oriundo da atividade exercida pelo vaqueiro nordestino, que, no seu dia-a-dia, se embrenha na aridez da caatinga atrás do gado. Ocorre num espaço longo e um pouco estreito onde dois cavaleiros, montados em cavalos velozes e bem treinados, devem ladear um boi, ou garrote, e dessa forma derrubá-lo ao chão enlaçando sua calda. Essa prática, com o passar dos anos, tem se sofisticado de tal forma que nos dias atuais sua execução envolve altíssimas cifras e uma mega-estrutura na organização. Os cavalos, assim, eram objetos de disputa de crianças e jovens que passavam as férias no Lagedo. Sabíamos cavalgar muito bem, pois nossos pais cedo nos ensinavam a montar, encilhar os animais e colocar os arreios.

Um pouco mais distante da casa grande havia o açude, local que poderia ser classificado como multiuso, pois era espaço de lazer nos finais de semana, quando íamos nadar. Era também onde os animais bebiam água e se banhavam. Do açude se retirava água. Os galões cheios eram levados na cabeça em cima de rodias de panos ou nos lombos de homens ou de burros. A água servia para banho, lavagem de roupa, de utensílios domésticos, e, em algumas circunstâncias, até para beber. No lado oposto ao do açude situava-se uma serra, a Serra do Lagedo, que deu origem ao nome da fazenda. Lá por aqueles lados, havia uma construção meio abandonada, que se constituiu no local onde convivi com os ciganos. Ali nasceu essa amizade que um dia iria se transformar em curiosidade epistemológica.

No Nordeste, é comum que a casa da fazenda, a antiga casa grande, seja construída em local mais alto, mais visível. Talvez essa opção se dê por questões de segurança ou pela necessidade de demarcação de poder territorial. O fato é que a casa grande da fazenda Lagedo estava situada em uma posição tal que possibilitava vislumbrar uma região mais baixa, intitulada prado ou baixio, por onde

passava uma estreita estrada de areia branquinha, que servia de acesso às propriedades dos arredores.

Foi nessa estrada que, um dia, sentados na varanda da casa grande, Tadeu, Eraldo, Eveline, e eu além de alguns empregados da fazenda, vislumbramos uma pequena caravana, qual um exército de “Brancaleone”¹, que se aproximava lentamente sob o sol escaldante. Aquela aparição me chamou a atenção por vários aspectos. Primeiro porque, apesar do meio primário de condução que utilizavam e das agruras do clima, eles não se mostravam aborrecidos nem tampouco cansados. Segundo, pela altivez com que se locomoviam e pelos trajes que usavam: as mulheres, com roupas coloridas, chamativas, traziam jóias nas orelhas, no pescoço, nos braços e nos dedos. Os homens usavam chapéu de massa e possuíam grandes anéis nos dedos. Quase todos os adultos tinham ouro aplicado nos dentes, hábito comum entre os ciganos daquela época como forma de demonstrarem status.

Os ciganos têm por hábito pedirem licença aos proprietários das fazendas para pousarem ou “arrancharem”. O pouso difere do arranchamento. Pouso tem curta duração, levando às vezes apenas uma noite. Já o arranchamento pode durar até meses. Naquela ocasião o cigano mais idoso aproximou-se para solicitar a permissão. Tratava-se de uma família velha conhecida dos Barrosos, e, por isso foi logo acolhida. Naquele momento, eu era a única desconhecida dos ciganos.

Para este povo, a figura mais importante é o patriarca, ou o chefe de um grupo. O senhor Cigano Batista era quem tomava todas as decisões, naquele grupo. Era um homem de pele morena, forte, e o que mais me chamava atenção em sua figura era a expressão do seu olhar, um olhar profundo, sereno e extremamente firme. Além de “Seu”² Cigano Batista, havia mais três homens (um adulto e dois adolescentes), algumas crianças e três mulheres. A presença de adolescentes no grupo foi o que possibilitou minha aproximação com essa família. Todos os dias nos encontrávamos e nos divertíamos bastante. Ora nadávamos no açude, ora jogávamos futebol ou saíamos a cavalo em caminhadas pelos povoados vizinhos,

¹ Trata-se da obra “O Incrível Exército de Brancaleone” de Mario Monicelli (1966). Também foi produzido o filme, “O Incrível Exército de Brancaleone”, O (L’Armata Brancaleone), direção de Mário Monicelli. Distribuidora: Spectra Nova. 1 DVD (104 min), son, color, legendado: Inglês, Português e espanhol. O filme é uma das mais clássicas comédias de época do cinema italiano, retratando a Baixa Idade Média, através do cavaleiro Brancaleone, que lidera um pequeno e esfarrapado exército.

² Termo usado no Nordeste como forma de tratamento, em substituição a “senhor”.

onde muitas vezes tínhamos que voltar quase que imediatamente, em virtude da antipatia e receio, que, os moradores desses lugares nutriam pelos ciganos.

Os grupos ciganos têm uma forma bastante particular de se organizarem. Possuem uma divisão de tarefas em que, no caso daquele grupo, aos homens cabia a provisão da família, seu sustento, provido através do comércio de animais e de jóias. As mulheres, além dos afazeres domésticos, cabia o cuidado dos animais juntamente com seus filhos maiores. Nossos encontros com os meninos ciganos, portanto, só ocorriam depois destes terem realizado suas “obrigações” domésticas.

Um fato novo contribuiu para que caíssem por terra os últimos obstáculos que restringiam minha relação com os ciganos. Certo dia, meus pais vieram até a fazenda, pois estaria acontecendo algum tipo de comemoração, que nesse momento não me vem à memória. Os ciganos também foram convidados e estavam presentes. Ao ser apresentada ao Seu Cigano Batista, minha mãe achou que o conhecia de algum lugar. Ela era natural de São João do Jaguaribe, cidade situada mais ao sul do estado do Ceará. Seu pai, meu avô materno, chamado Nemésio Guerreiro, era muito conhecido naquela região por sua fama de curar picada de cobra. Além disso, o casarão onde morava com minha avó, Ana, muitas vezes servia de hotel, pois naquele tempo não havia nenhum na cidade. Receber as pessoas, acolhê-las e alimentá-las gratuitamente fazia com que meus avós fossem conhecidos e admirados por muitos.

Minha mãe, ao ser apresentada ao Seu Cigano Batista, achou sua fisionomia familiar. Perguntou-lhe se em suas andanças pelo sertão cearense ele e sua família não teriam passado por São João. Ele respondeu que sim. Em seguida ela perguntou-lhe se ele conhecia meu avô, ao que ele respondeu afirmativamente. Minha mãe lembrou de tê-lo visto quando ainda era criança em casa de seus pais. A partir desse momento passei a ter livre acesso ao “rancho”, tendo lá inclusive dormido algumas vezes. Era nesses momentos que eu ouvia os ciganos falarem, sem, entretanto, nada compreender, pois entre eles só se falava o idioma romaní ou romanês.

O tempo passava e a rotina de férias era sempre a mesma: a fazenda, os ciganos³ e as aventuras com os jovens ciganos, que cresciam tanto quanto nós.

³ Os ciganos costumam estabelecer sua itinerância de acordo com alguns critérios, como, condições climáticas, estações do ano, contatos locais, etc. No caso desse grupo a que nos referimos, todo mês de junho e julho, eles se dirigiam a essa região onde está localizada a fazenda Lagedo.

Certa altura da linha do tempo, meus interesses mudaram. Fixei-me mais em Maranguape, município cearense, distante 35 km da capital Fortaleza, no qual residiam meus pais. Assim, a fazenda se instalou num recanto da minha memória. Os ciganos, entretanto, não desistiram de mim. Para ter acesso aos serviços de atenção básica em saúde, eles passaram a vir até a cidade onde eu vivia com meus pais. Ficavam hospedados conosco, até conseguir ser atendidos pela rede, o que às vezes levava até uma semana.

A vida novamente me levou para mais longe, fui morar em Fortaleza, mas meus pais continuaram me dando notícias dos ciganos. Depois de certo tempo eles também sumiram, reiniciando suas viagens pelo interior do Estado. Refletindo hoje sobre esse encontro, me recordo de Paulo Freire, quando este fala da troca de saberes. Consigo identificar o que aprendi, ou o que me levava a buscar esse povo com o qual somente tempos mais tarde pude identificar aproximações e semelhanças na forma de sentir e de ler o mundo.

O mundo deu muitas voltas até que tornei a encontrá-los em outro contexto histórico e, principalmente social, que me incitou a realizar algumas reflexões norteadas por um olhar não mais ingênuo sobre a realidade, mas carregado de um estranhamento. O conhecimento construído até aquele momento me permitia ensaiar algumas leituras. Conhecimento que, recordando Melucci (2001), assemelha-se a uma bricolagem, à captação e combinação de sinais cujo significado depende da variação do ponto de vista, da perspectiva particular do observador, e que o processo de observar pressupõe algumas “contaminações”, fruto de nossas próprias emoções, saberes que interferem e interagem.

Reencontrei-me com os ciganos na Europa, em 1995 e em 2001. Esses encontros se deram nas ruas de Roma e Madri, num momento em que buscávamos compreender o emaranhado, que é o encontro intercultural nessas cidades. Meu interesse pelos ciganos fazia com que minha atenção ficasse mais focada neles. Foram momentos preciosos para um olhar de pesquisador, mas ao mesmo tempo muito doloroso para quem acredita que é possível conviver com o “diferente”. Os ciganos nessas cidades, são tratados com desprezo, desrespeito e com indiferença. A concepção que eu fazia da Europa, em relação a liberdade individual, direitos e igualdade, precisava ser revista. Foi ainda sob os impactos das observações do campo empírico que me propus a realizar um trabalho acadêmico que possibilitasse dar visibilidade aos contextos observados. Meu propósito, entretanto, não encontrou

ressonância no meio acadêmico no qual me encontrava inserida. Quando morei na Itália, estava cursando no Brasil a faculdade de terapia ocupacional, que não teria a menor relação com essa questão. Já em 2001, quando estive em Madri, fazendo um intercâmbio acadêmico na Universidade Complutense, eu era acadêmica de Serviço Social na Universidade Católica de Goiás. Apesar do curso e de Goiás ser um dos maiores redutos de ciganos do Brasil, minha orientadora de monografia não aceitou minha proposta de escrever sobre ciganos. Compreendi que talvez não fosse o momento, tampouco o lugar apropriado para essa empreitada. “Deixei dormir este interesse”.

Em 2002, minha família e eu, nos mudamos de Goiânia para Florianópolis, à procura da tão almejada qualidade de vida. Nesse período fui convidada pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular, CSE/DSS/UFSC, para fazer parte, como educadora, de um curso de formação sócio-política de gestores comunitários da Grande Florianópolis. Participei durante dois anos desse projeto, até que em 2004 fui convidada para dar aula, como professora substituta, no Curso de Serviço Social da UFSC. Essa experiência foi o que me motivou a candidatar-me ao mestrado em ciências da educação nessa mesma Universidade.

O ingresso ao mestrado reacendeu meu antigo desejo de estudar os ciganos. Decidi, com meu orientador, o Professor Dr. Reinaldo Matias Fleuri, e com minha co-orientadora, Prof^a Dra. Nadir Esperança Azibeiro, a tomar como tema da pesquisa, focalizando a história dos ciganos. Tratava-se de um desafio, por ser um tema pouco pesquisado, com bibliografia escassa, particularmente no caso do Brasil. As pesquisas brasileiras sobre ciganos foram desenvolvidas prioritariamente, pela antropologia⁴, geografia⁵, sociologia e história⁶. Conforme pesquisa ao banco de teses Capes⁷ foi possível identificarmos nos resumos relativos a teses e dissertações defendidas a partir de 1987 os seguintes trabalhos:

- a) A pesquisa de Vaz (2003) fundamenta-se na compreensão dos diferentes elementos que constituem a transição de uma comunidade cigana em Ipameri, Sudeste de Goiás, e, conseqüentemente a formação de um território e territorialização do grupo na cidade. A pesquisa retrata a presença do território no espaço urbano e as relações mantidas entre

⁴ O Banco de Teses faz parte do Portal de Periódicos da Capes/MEC.

ciganos e demais moradores em Ipameri. Os ciganos de Ipameri, são apresentados não apenas enquanto importantes agentes sociais, como também enquanto aqueles que foram capazes de resistir/aceitar/sobreviver no interior do campo de relações a que estiveram e estão expostos;

- b) O estudo de Fonseca (2002) tem por objetivo compreender o que leva senhoras das camadas médias cariocas a procurarem a dança cigana e a acreditarem que são ciganas de alma. O estudo propõe a hipótese de que há a construção de uma ciganidade que faz parte de uma identidade virtual embasada na religião compartilhada pelo grupo estudado;
- c) O trabalho de Borges (1995) consiste na utilização de alguns dos multimeios modernos como recurso de investigação em ciências sociais. O grupo escolhido para o trabalho foi os ciganos de Campinas. Através da fotografia e do vídeo foi realizado um processo de “exploração filmica”. Como resultado, algumas informações obtidas, revelaram valores da sociedade cigana enfocada, bem como aspectos da sua relação com a sociedade dominante, o mito da magia e do exotismo;
- d) E ainda encontramos em Lima (1997) um estudo que apresenta aspectos da vida cigana dentre eles, sua forma de vida que, conforme o autor, apresentam elementos topofílicos/topofóbicos que revelam que o medo sempre foi um dos motivos essenciais de seus movimentos através dos espaços da Terra, em busca de um lugar onde pudessem apenas viver, existisse este em diferentes realidades espaço-temporais. Além destes foram encontrados duas dissertações na antropologia, um nas ciências sociais, duas em história e duas em geografia⁸.

A revisão bibliográfica acima citada, indica que a maioria dos trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil, sobre ciganos, estão alocados nas ciências humanas, particularmente na Antropologia, Geografia, História e Ciências Sociais. Na revisão também foi possível constatar, que, na área da educação não foi encontrada nenhuma dissertação ou tese que abordasse essa temática. Isso

⁸ Ver na lista de referências: Ferrari (2002); Souza (s/d); Rodrigues (2001); Resende (2000); Bueno (1990); Cavalcanti (1990; 1994); Teixeira (1998).

pressupõe que o trabalho que hora elaboramos se constitui em uma produção inédita nessa área.

O trabalho adquire relevância, portanto, na medida em que apresenta a história do povo cigano colaborando assim para a ampliação da bibliografia já existente; Fornece subsídios teórico-metodológicos, que, poderão contribuir para a implementação e elaboração das Políticas Publica brasileiras para minorias étnicas, particularmente a cigana.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O povo cigano é identificado na história a partir do ano III a.C. Existem sinais que localizam sua origem no norte da Índia, mais exatamente na região do Punjab, onde hoje se encontra o Paquistão. A partir do século XII, os ciganos se dividiram pelo mundo em dois ramos: o asiático (ciganos da Palestina) e o europeu (ciganos da Pérsia e da Armênia), os quais posteriormente se espalharam por toda Europa.

Em suas andanças pela Europa, os países que mais acolheram os ciganos foram Portugal e, principalmente, Espanha. Esses países, aproveitando-se da expansão de suas navegações, deportaram os ciganos em situação degradante. Antes de partirem, eram submetidos ao corte de pedaço de uma de suas orelhas, o que denunciava, por onde quer que passassem, sua condição miserável de “degredados perigosos” e “marginais”.

Vários relatos históricos sinalizam, dessa forma, a chegada dos primeiros ciganos no Brasil, aproximadamente no ano de 1574, na cidade do Rio de Janeiro. A partir dessa data também se inicia o processo de migração dos ciganos para outras regiões do País. Há registros de ciganos em Minas Gerais, na Bahia, em Goiás, em estados do Nordeste, no Pará e no Rio Grande do Sul. Apesar de não haver registros específicos que indiquem a presença de ciganos no estado de Santa Catarina, acredita-se que estes também estiveram presentes neste Estado. Documentos históricos China (1936) e Moraes (1886), sinalizam a existência de ciganos nos estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul, o que faz crer que, para eles se deslocarem de um estado a outro, deveriam adentrar também o Estado de Santa Catarina.

Atualmente a presença cigana é identificada em todos os estados do Brasil, e sua inserção se dá em todas as camadas sociais. Em Santa Catarina, bem como nos outros dois estados do Sul, existe um grande número de ciganos Rom sedentários e nômades. Além disso, em virtude da proximidade com a Argentina, freqüentemente se encontram ciganos desse país em circulação por esses estados brasileiros.

Apesar dos ciganos fazerem parte da identidade social brasileira, sua figura continua sendo vista pela sociedade com o mesmo preconceito e discriminação de outros tempos. Soma-se a isso o desinteresse com que as autoridades brasileiras vinham historicamente tratando sua existência e sua importância na composição do patrimônio cultural.

Apesar da Constituição de 1988 declarar que toda pessoa nascida no Brasil possui direitos iguais, no caso dos ciganos e de algumas outras minorias étnicas, esses direitos foram negligenciados. Isto, em parte, se deve ao fato de não possuírem o mesmo tipo de organização social de outros grupos, classificados como tradicionais. Particularmente por seu nomadismo, têm dificuldade de estabelecerem vínculos ou de se inserirem em estruturas sociais normativas que lhes garantam acesso a equipamentos sociais. Além disso, enfrentam obstáculos de acesso a documentos obrigatórios de identificação civil, ao ensino e à permanência na escola. Soma-se a isso, as dificuldades relativas à inclusão social e cultural e à preservação de suas tradições.

A dificuldade dos ciganos se organizarem decorre tanto da forma como se constituem, quanto da relação que estabelecem com seu entorno. Os ciganos, apesar de respeitarem e se adequarem às leis das sociedades nas quais estão inseridos, internamente dispõem de um outro tipo de organização. Esses elementos dificultam, e muitas vezes inviabilizam a efetivação de políticas públicas para a garantia de seus direitos civis. Nesse sentido, alguns grupos ciganos da Europa têm avançado um pouco e dado sinal de certo tipo de organização, mediante a qual possam expressar demandas e fazer valer direitos assegurados nas constituições, dos Estados Nacionais.

Essa busca por direitos, como observa Melucci (2001), trata-se hoje de um elemento característico das chamadas sociedades de “alta complexidade”, que estão “a recolocar nos conflitos étnico-nacionais” emergem questões sociais, da

construção da identidade étnica de pertencimento, de idioma, de inserção nos processos decisórios e de discriminação sócio-cultural.

Para os ciganos, entretanto, algumas demandas são mais urgentes: o acesso à saúde, à documentação, e à educação. A relação destes com a escola, representa uma forte contradição encontrada em seu meio. Se por um lado o acesso à escola os põem em contato com outros saberes e contextos, por outro, traz a possibilidade de desconstrução e de desaparecimento de sua própria cultura. Essa possibilidade, é algo que preocupa tanto aos ciganos, quanto a todos aqueles que investigam, estudam ou simplesmente admiram esse povo.

Foi na condição de admiradores e estudiosos que decidimos elaborar esta dissertação. Pela amplitude do tema tínhamos que delimitar um foco. O fato de estarmos inseridas na área da educação, já nos evidenciava que era por esse fio que deveríamos conduzir nossa investigação. Assim, na convivência com os ciganos, nas muitas conversas e principalmente na observação empírica, foi que pudemos identificar, em que aspecto dessa cultura deteríamos nosso olhar. Dessa maneira, decidimos analisar os contextos educacionais em quais eles estão inseridos, particularmente, a educação intra-étnica e a escola formal.

A pesquisa, portanto, desenvolveu-se a partir do seguinte objetivo: Analisar as idéias de educação representadas pela comunidade cigana Rom, residente no município de Palhoça/SC/Brasil, e que valores atribuem à escola formal e à comunidade étnica.

Os sujeitos ciganos que deram voz e sentido a este estudo foram muitos. Mulheres, homens, jovens e crianças, aqui representados por aqueles com os quais convivemos mais vezes e de forma mais pessoal, que foram: Rosa e Fábio Ivanovichi e seus filhos, Milena, Eduardo, Estela e Estefani. Essas pessoas colaboraram espontaneamente com o trabalho. Antes de qualquer entrevista ou conversa, informamos a pessoa ou o grupo sobre nossos objetivos e procedimentos, obtendo seu consentimento para publicar seus depoimentos e imagens.

Essa dissertação está organizada em cinco capítulos. No primeiro momento apresentamos na introdução, a formulação do problema de pesquisa, alguns obstáculos epistemológicos e a metodologia.

No segundo momento, achamos importante apresentar um pouco da história dos ciganos. Os diferentes contextos históricos, pelos quais passaram os

grupos ciganos, com seus desafios e lutas, que fizeram com que esse povo, constituísse uma identidade étnica complexa que tem sido usada até os dias atuais, como medida de proteção e preservação. Dessa forma, o segundo capítulo apresenta um pouco da história dos ciganos, os processos migratórios e os aspectos sociais e culturais, enfatizando sua chegada na América Latina, e particularmente no Brasil.

Como nosso foco de estudo são os contextos educativos em quais os ciganos estão inseridos, e entendendo educação como direito, foi que elaboramos o terceiro capítulo. Esse capítulo, trata de direitos fundamentais⁹ evidenciando alguns dispositivos legais das leis brasileiras e o que os ciganos pensam sobre eles. Como o governo brasileiro tem implementado algumas ações no sentido de reconhecer e efetivar direitos, tanto das comunidades tradicionais, quanto das minorias étnicas do país, dentre elas a cigana, buscamos apresentar as principais ações e interlocuções dos ciganos com essas políticas.

O quarto capítulo apresenta, os diferentes elementos que compõem a cultura cigana, evidenciando principalmente a vida em família. A observação das relações familiares e intra-grupo, foi o que nos possibilitou identificar, quais são os processos educativos que fazem parte da cultura cigana, e de que maneira eles ocorrem. No quinto capítulo apresentamos um estudo de caso, no qual buscamos identificar e refletir sobre as idéias que os ciganos têm sobre educação, e os valores que eles atribuem a escola e a comunidade étnica. Apesar do processo de educação ter como um de seus pressupostos, contribuir para a construção da identidade dos educandos, e que a etnia cigana já possui uma identidade constituída, é incontestável a necessidade que os ciganos têm de freqüentarem temporariamente a escola. Eles a freqüentam em busca de alguns saberes, determinantes para suas mediações com as outras sociedades. Nesse capítulo portanto, buscamos conhecer que valores eles atribuem a escola bem com a comunidade étnica, por também se constituir em um espaço de aprendizagem.

⁹ A evolução dos direitos fundamentais foi sendo reconhecida pelos textos constitucionais e o ordenamento jurídico dos países de forma gradativa e histórica, os autores começaram a reconhecer as gerações destes [...]. Dessa forma, surgiram no século XVII os direitos de primeira geração, denominados de direitos individuais. Compreendidos como o direito à liberdade, à vida, à propriedade, à manifestação, à expressão, ao voto, entre outros. Posteriormente surgiram os direitos de segunda geração denominado na atualidade de direitos sociais, econômicos e culturais. Nesse caso, compete ao Estado assegurar a liberdade do homem e protegê-la (saúde, trabalho, direito à greve e a educação). (Atlas, 2000)

Nas considerações finais retomamos alguns aspectos que consideramos relevantes, tanto no que diz respeito à cronologia e evolução do processo histórico dos ciganos, bem como de percepções e interpretações resultantes da elaboração da pesquisa.

1.2 PRIMEIRAS PEGADAS E OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS NA BUSCA DOS SUJEITOS

Não haverá nunca uma porta
 estás dentro.
 E o alcácer abarca o universo.
 E não tem avesso nem reverso.
 Nem externo muro.
 Nem secreto centro
 Não esperes que o rigor de teu caminho.
 Que teimosamente se bifurca em outro, tenha fim.
 É de ferro teu destino.
 Não aguardes a investida
 do touro que é um homem e cuja estranha
 forma plural dá horror a maranha.
 Não haverá nunca uma porta.
 De interminável pedra entretecida.

Jorge Luiz Borges

Os grupos ciganos nômades, em virtude dos constantes processos de discriminação, desenvolveram alguns mecanismos de defesa e estratégias que, se por um lado proporcionam proteção, por outro dificultam bastante o acesso de pessoas não-ciganas. Isto colocou alguns desafios para essa pesquisa, particularmente para a pesquisa de campo. O primeiro era o de localizar os sujeitos, para posteriormente iniciar um processo de aproximação. Nesse sentido, tornamo-nos freqüentadora assídua da Praça XV de Novembro. A Praça XV de Novembro, está situada no centro da cidade de Florianópolis/SC. Em inúmeras ocasiões havíamos observado, naquela praça, algumas ciganas lendo mão, ou simplesmente pedindo esmolas. A princípio tentamos estabelecer um diálogo um pouco descomprometido. Mas notávamos um certo ar de desconfiança quando nos apresentávamos como pesquisadora.

Refletindo sobre esse tipo de reação, recordamo-nos da forma com a Prefeitura Municipal de Florianópolis vem conduzindo suas políticas públicas,

principalmente no que diz respeito à preservação da “estética urbana”. Essa conduta teve início em gestões anteriores e consiste em abordagem sistemática de pessoas sem residência fixa, recém-chegadas a Florianópolis, que são então “convidadas” a retornarem a seus locais de origem¹⁰.

Esse fato dificultou nossa aproximação com esses grupos da Praça. Percebemos que seria necessário re-elaborar estratégias de abordagem, buscar outros caminhos. Abandonamos, portanto, a Praça e tomamos o rumo do Mercado Público Municipal. Encontramos um grupo de mulheres que apresentavam características distintas das do grupo anterior, os traços fisionômicos eram mais delicados e a forma de abordarem as pessoas também. Vendiam alguns bordados e se ofereciam para ler a sorte. Quando nos aproximamos, desculparam-se por não poderem colaborar, pois se diziam originárias de Caxias do Sul (RS), vindo a Florianópolis esporadicamente. Posteriormente, as encontraríamos de forma tão fugidia quanto da primeira. E novamente as pegadas sumiam.

Dias depois, recordamo-nos de que uma das ciganas da Praça havia mencionado algo sobre ciganos em Biguaçu que é município situado a 25 km de Florianópolis. Buscamos informações na Prefeitura Municipal desse município, onde se desconhecia a presença permanente de ciganos. Mas obtivemos informações de que recentemente uma cigana, moradora de rua, havia sido encaminhada pela Prefeitura ao município de Mafra (SC)¹¹, para reagrupamento familiar. Entramos em contato com o Serviço Social da Prefeitura de Mafra. Após uma investigação realizada junto a uma historiadora da cidade, esse serviço social informou-nos que as caravanas ciganas costumavam passar por esse município, porém não permaneciam por muito tempo. Retomamos o contato com a assistente social de Biguaçu (SC), que nos sugeriu investigar o município de Palhoça. Iniciamos uma verdadeira peregrinação pelas secretarias desse município, até encontrarmos, na Secretaria Municipal de Saúde, a enfermeira-chefe do Programa de Saúde da Família (PSF), a Sra. Mariléia, que nos confirmou da existência de ciganos sedentários e nômades no Município. Nessa mesma semana, ela e uma agente de saúde nos acompanharam aos locais onde viviam os ciganos.

¹⁰ A Prefeitura Municipal de Florianópolis disponibilizava passagens rodoviárias além de um *Kit* de higiene pessoal que deveria ser usado no momento da partida.

¹¹ Município situado ao Norte Catarinense.

Outro desafio e obstáculo metodológico para a realização desta pesquisa foi a bibliografia sobre o povo cigano no mundo e no Brasil, que é bastante restrita e de difícil acesso. Procuramos elaborar esse estudo, a partir das fontes escritas que encontramos. Para o estudo da história do povo cigano na Europa, utilizamos a obra clássica “The Gypsies¹²”, numa edição espanhola intitulada “Gitanos”¹³, escrita por Angus Fraser,¹⁴ considerado um dos principais e mais sérios autores sobre a cultura cigana. Esta obra está traduzida para vários idiomas. Quanto à história dos ciganos no Brasil utilizamos duas obras clássicas intituladas: “Os Ciganos no Brasil e Cancioneiro dos Ciganos”, de autoria de Mello Moraes Filho (1886) e “Os Ciganos do Brasil”, escrito por José Bonifácio D’Oliveira China (1936). Essa obra faz parte do acervo da Universidade Estadual de Campinas /UNICAMP.

No plano teórico utilizamos diferentes concepções, de diversos autores sobre o tema em questão, a saber: Alberto Melucci, que discute os movimentos identitários nas “sociedades complexas” dentre eles o de construção da identidade étnica. Clifford Geertz e Homi Bhabha que discutem cultura, significados e pertencimento; Paulo Freire, Luiza Cortesão e Márcia Ferreira, que elaboram reflexões sobre a escola na sociedade contemporânea; Reinaldo M. Fleuri, José Marín, Tomaz T. Silva, Paola Falteri, Nadir E. Azibeiro e Francesco Susi que desenvolvem discussões sobre multiculturalismo, interculturalidade, identidade, escola, dentre outros.

1.3 METODOLOGIA

“O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho” (MINAYO, 1993).

Essa pesquisa foi elaborada a partir de fontes tradicionais e testemunhais. Privilegiou a abordagem qualitativa que, como explica, Ludke (*apud* BOGDAN e

¹² Fraser, Angus. *The Gypsies*. (ver BLACKWELL (1992)).

¹³ Essa obra me foi gentilmente enviada de Coruña/Espanha, pelo Prof. .Dr. Pedro Veiga Marcote, a quem sou muito grata.

¹⁴ Sir Angus Fraser: Falecido em maio de 2001. Foi diretor do Departamento Aduanas de Grã-Bretanha de 1988 a 1992, e ocupou o cargo de assessor do Primeiro Ministro Inglês em matérias de eficácia e governo. Em 1985 lhe foi concedido o título de Sir. Fraser realizou várias obras sobre ciganos. (ver ARIEL, 2005).

BIKLEN [sd]), “supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo” (LUDKE, 1986, p. 11). Desta forma, para a realização do estudo de campo, buscou-se estabelecer uma agenda sistemática de encontros combinados em comum acordo com os sujeitos. De acordo com Rey (apud, KRAMER; FREITAS e SOUZA, 2003), “a própria utilização dos termos objeto ou sujeito no fazer da pesquisa reflete a posição do pesquisador quanto à sua forma de focalizar e compreender a realidade”. Ele ainda observa que, considerar a pessoa pesquisada como sujeito significa reconhecer que ela é capaz de observar e refletir sobre sua própria realidade tornando-se assim co-participe da elaboração da pesquisa. Nesse sentido, Madalena Freire, chama atenção quando menciona que “observar não é invadir o espaço do outro sem pauta, sem planejamento nem devolução e muito menos sem encontro marcado”. (WEFFORT, 1996).

Essas mediações preliminares são fundamentais, pois demonstram, por parte do pesquisador, a preocupação em respeitar as rotinas de seus sujeitos, desenvolvendo confiança e compromisso ético. Por outro lado, percebe-se que estes estabelecem com o pesquisador uma relação de co-responsabilidade e co-autoria, passando assim a se esforçar em cumprir horários ou comunicar alterações de agenda, além de fornecer informações adicionais para colaboração com a pesquisa. Neste caso, os ciganos sempre avisavam quando chegavam “novas barracas” nômades.

Ainda sobre pesquisa qualitativa, Madalena Freire, nos exorta a rompermos com o que ela chama de “modelo autoritário”, a aprendermos com a observação atenta e sensível, a desconstruir nosso olhar “estereotipado”, carregado de preconceitos e juízo de valor. Para Minayo (1993), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa se reveste em uma trama de multi-significados, desafiando o pesquisador a ultrapassar limites, desconstruir paradigmas e muitas vezes re-significar suas práticas.

Como procedimento metodológico, utilizamos o estudo de caso que, como explica Merriam (1988, apud BAGDAN e BIKLER, 1982), “trata-se da observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de

um acontecimento específico”. O pesquisador, ao eleger o estudo de caso como procedimento metodológico na fase preliminar de sua investigação, ainda não possui perguntas específicas. O primeiro passo consiste em aproximar-se das pessoas, delimitar os espaços e elaborar o cronograma de atividades.

Nossa aproximação com o grupo cigano com o qual realizamos a pesquisa, teve início em março de 2006. A coleta de dados ocorreu durante todo o ano de 2006 encerrando-se em junho de 2007, quando passamos a sistematizar e a finalizar a análise dos mesmos. Para esse estudo, nos utilizamos prioritariamente do diário de campo.

O diário de campo, conforme Bosco Pinto (apud FALKEMBACH [sd]), “é o primeiro instrumento metodológico adotado pela investigação-ação”. De acordo com o uso que se faça dele, pode apresentar amplas possibilidades, convertendo-se, dessa forma, não apenas em um instrumento de registros, mas também em um espaço privilegiado de reflexão e avaliação, de outras mediações entre os sujeitos informantes e o pesquisador. Enfatizando a importância do diário de campo, Bosco Pinto afirma que seu uso contínuo desenvolve o hábito do exercício da escrita, da reflexão e da avaliação dos fatos vivenciados.

Neto (1993) identifica o diário de campo como “um amigo silencioso”. Sua colaboração pressupõe uma conduta ética quanto à fidedignidade no momento de transcrever as informações, bem como a do sigilo que se deve manter sobre as mesmas, caso haja essa solicitação por parte dos sujeitos. Ainda sobre os cuidados metodológicos com o diário de campo, sugere-se que as anotações sejam feitas o mais próximo possível do momento da ocorrência dos fatos, a fim de evitar o risco de que, por um lapso de memória, ocorram omissões ou alterações dos dados.

Ainda como forma de abordagem metodológica, adotamos a entrevista, que, como observa Minayo (1993), “é uma conversa a dois que possui um propósito bem definido”. A entrevista é definida também por Madalena Freire, como “um olhar com pauta, com interesse no que o outro está comunicando, pois, cada palavra, cada gesto possui significados, intencionalidades que somente um olhar atento é capaz de desvelar” (WEFFORT, 1996). A entrevista é o meio pelo qual o pesquisador faz emergir, a partir das falas dos sujeitos, seu imaginário, suas representações simbólicas e sua dimensão espiritual. Nesse sentido, como explica Alves (1991), as entrevistas qualitativas são pouco estruturadas, parecendo mais uma conversa.

Esse procedimento tem por objetivo criar uma atmosfera descontraída, fazendo com que as pessoas se sintam à vontade para falarem sobre si mesmas.

Embora tenhamos realizado entrevistas gravadas, não foi possível utilizá-las como fonte. Os ciganos costumam falar alto e estarem sempre em grupo. Ao realizar as entrevistas neste ambiente, resultou em gravações ininteligíveis. Também fizemos algumas fotografias de festas e de atividades de rotina da família e de grupos nômades.

A tarefa de adentrar esse universo de significados e depois apresentá-lo, encontrou na etnografia o caminho mais apropriado, por se tratar de uma investigação sobre etnia. Etnografia, portanto, seria “o ramo das ciências humanas que tem por objetivo o estudo propriamente descritivo das etnias e de suas atividades. É uma ciência que possui como atribuição essencial produzir análises” (LAROUSSE, 1978).

No entanto, Menga (1986) chama a atenção para o cuidado que se deve ter ao classificar uma pesquisa, particularmente na área de educação, como etnográfica. Na opinião da autora, algumas adequações que foram feitas nesse tipo de pesquisa levaram a uma descaracterização do modelo que a princípio foi instituído. Para ela, uma pesquisa, para ser classificada como etnográfica, “deve ter um sentido específico”.

Sprandey (apud MENGA, 1986) explica que a etnografia “se trata da descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo”. A essa descrição, detalhada, ampla e abstrata a partir do conhecimento extensivo do assunto, Geertz denomina de “descrição densa”. A escolha por fazer uma pesquisa matizada apenas por um olhar etnográfico se deu, a partir da constatação de que desenvolver um estudo etnográfico exigiria do pesquisador, além de um conhecimento teórico-metodológico específico, a disponibilidade do tempo suficiente que essa modalidade necessita. Para Bodgan e Biklen (1994), o tempo é uma das dificuldades mais frequentes encontradas pelos investigadores na elaboração de uma pesquisa qualitativa, particularmente para aqueles que optaram em fazer um estudo de caso.

Esta pesquisa teria como proposta estar atenta não somente aos significados verbalizados, mas também para o não-dito, para o dito de outra forma, com outras linguagens. O meio ambiente, constituído pela relação dos sujeitos entre si e com o mundo, também se constituiria em um espaço privilegiado de

observação. O modo como agimos, como nos vestimos, como nos alimentamos e o local onde vivemos, revelam muito daquilo que somos, dos nossos valores e crenças na identidade com a qual nos constituímos. Dessa forma decidimos que durante os encontros buscaríamos desenvolver outras formas de comunicação que não se restringissem somente à oralidade. Tentaríamos perceber os elementos presentes no ambiente e o que eles teriam a revelar. Seria uma tentativa de dar-lhes voz, deixá-los falar e buscar compreendê-los como parte da dimensão histórica, social e cultural na qual estão imbricados os sujeitos.

2 ORIGEM: A EPOPÉIA ANCESTRAL DE UM POVO ITINERANTE



Foto 01- La verdadera historia de la raza gitana está en el estudio de su lengua.

Fonte: Fraser (2005).

Grande parte da história da origem dos ciganos é praticamente desconhecida, seja em virtude da pouca documentação escrita, seja porque muitos dos escritos existentes foram feitos por não-ciganos podendo, portanto, registrarem equívocos de observação, interpretação e compreensão das representações que compõem essa cultura.

A vida nômade dos ciganos é um dos fatores que têm dificultado a determinação de sua origem social e étnica. As relações interculturais que os ciganos iam estabelecendo por onde passavam foram exercendo profundas alterações no uso de seu idioma, o Romaní, a ponto de alguns grupos terem

perdido totalmente seu uso. A língua, portanto, já não se constituía num indicador seguro de identidade étnica. Assim, buscou-se, por meio da antropologia física, realizar um estudo antropométrico comparativo, dos ciganos. A antropometria é o conjunto de técnicas utilizadas para medir o corpo humano ou suas partes. Ela

foi muito utilizada durante o Holocausto com vistas à classificação racial. Dessa classificação foi que foram selecionadas as populações que deveriam ser eliminadas em nome do ideal nazista de uma “raça” pura. Dessa forma a antropometria pode se constituir tanto em uma excelente aliada para pesquisas no campo da saúde, como por exemplo: no caso de desnutrição bem como para que se estabeleçam processos de exclusão, perseguição e extermínio.

O referido estudo foi realizado pelo antropólogo físico Eugène Pittard e publicado em 1932.

Para realizá-lo, Pittard escolheu os ciganos dos Balcãs¹⁵, e após uma ampla pesquisa determinou algumas de suas características étnicas. Ao manifestar opinião sobre o resultado do próprio estudo, Pittard classificou os gitanos do grupo Tziganes como possuidores de uma belíssima estética:

Freqüentemente se encontram entre eles homens bem parecidos e mulheres muito belas. Sua compleição morena (tez ligeiramente morena), cabelo negro brilhante, nariz reto bem formado, dentes brancos, olhos marrom escuros muito abertos, mesmo que tenham expressão abatida ou jovial a agilidade de seu porte, e a harmonia de seus movimentos os colocam superiores a muitos povos europeus no que diz respeito à beleza física (FRASER, 2005)¹⁶.(Tradução nossa).

Essa pesquisa, no entanto, foi considerada ineficiente por seu próprio autor. Outros trabalhos, também realizados a partir da medição do crânio a fim de se descobrirem os tipos raciais, mostraram-se inconsistentes, sem exatidão e sem precisão estatística.

Já a pesquisa pela análise dos grupos sanguíneos, com a inclusão de elementos bioquímicos referentes à hereditariedade, tem fornecido algumas pistas sobre a origem cigana. Uma das mais fortes é apontada tanto pela antropologia física como pela genética de populações e identifica a Índia como seu local de origem. Os indicadores de língua, os estudos antropométricos e sanguíneos não

¹⁵ Balcãs é o nome histórico e geográfico para referir-se à região sudeste da Europa, que engloba Albânia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Montenegro, Grécia, República da Macedônia, Sérvia, a porção europeia da Turquia (Trácia) bem como, algumas vezes, a Croácia, a Romênia e a Eslovênia. O termo deriva da palavra turca para montanha e faz referência à cordilheira dos Balcãs, que se estende do leste da Sérvia até o Mar Negro.

¹⁶ A menudo se encuentran entre ellos hombres bien parecidos y mujeres muy bellas. Su compleción morena (tant legèremet basané), cabello negro azabache, nariz recta bien formada, dientes blancos, ojos marrón oscuros muy abiertos, ya tengan expresión languida e vivaz la agilidad de su porte y la armonía de sus movimientos, los colocan por encima de muchos pueblos europeos en lo que a belleza física respecta. (ver Pittard (1932) apud Fraser (2005)).

foram suficientes para caracterizar o povo cigano. Esses estudos somados a novos estudos da antropologia física e da genética podem apresentar hipóteses mas nenhum deles pôde, até os dias atuais, apontar conclusões.

Até hoje não foi possível, contudo, descobrir quais foram os motivos e as circunstâncias que desencadearam a migração e a disseminação dos ciganos para diversas partes do mundo. A própria convivência dos ciganos com múltiplas culturas, as influências lingüísticas, demográficas, sociolingüísticas e históricas, como observa Fraser (2005), têm se constituído num elemento que dificulta identificar sua verdadeira composição étnica. Um grupo étnico conforme Melucci (2001):

Se define por um conjunto de elementos biológico-hereditários e por uma tradição histórico-cultural: por certos traços somáticos e raciais, como por uma cultura e por formas específicas de organização das relações sociais e por auto-afirmação dessas diferenças.

Os ciganos, enquanto um grupo étnico, possui como características: a utilização do idioma Romaní, o nomadismo, os ritos e os mitos. Sua organização social, está sedimentada na divisão do trabalho, baseada em uma hierarquia de gênero. As relações de trabalho com o entorno são em grande parte autônomas. Os ciganos, mesmo os nascidos no Brasil, costumam fortalecer sua identidade étnica chamando de “brasileiros”, todas as pessoas que não são ciganas.

2.1 ALGUMAS EVIDÊNCIAS DE CIGANOS NA PRÉ-HISTÓRIA

As primeiras evidências de ciganos da pré-história foram encontradas em alguns manuscritos persas do reinado do monarca Bahram Gur (O Grande Caçador), que reinou até o ano de 438 a.C.. Os ciganos da Pérsia tiveram que aprender a falar a língua oficial, para se comunicarem com a população local. Apesar de alguns especialistas discordarem da possibilidade de convivência cigana com os árabes invasores da Pérsia, a existência de palavras árabes no idioma romaní indica o contrário.

A Armênia foi provavelmente o destino escolhido pelos ciganos ao se retirarem da Pérsia, que também se encontrava sob o domínio dos árabes. A presença cigana em Constantinopla está registrada de um texto hagiográfico georgiano “A vida de São Jorge o athonita, composto no monastério de Iberon Monte Athos entorno de 1068” (FRASER, 2005). Outras referências que confirmam a presença dos ciganos no Império Constantino são os escritos do cronista Teodoro Balsán, no século XII, no Canoni LXI do concílio de Trullo (692).

É interessante ressaltar que a figura dos ciganos em Bizâncio possuía aspectos bastante ambíguos. Por um lado, algumas pessoas os identificavam como ladrões, feiticeiros, magos. Por outro lado, eram vistos, inclusive por imperadores, com simpatia, principalmente por seus presságios e habilidades circenses.

Um elemento importante na convivência dos ciganos com a população bizantina e grega foi o conhecimento que eles obtiveram sobre os princípios cristãos. Essa iniciação seria muito valiosa, como explica Fraser, para o momento de sua chegada ao ocidente, que nessa época era predominantemente cristão. Assim, no ano de 1417 eles passaram por uma grande transformação, pois, se antes eram vistos como malfeitores e vadios, aproveitando-se dos conhecimentos adquiridos, chegavam à Europa Central e Ocidental envoltos em uma aura de santidade na figura de peregrinos. Essa peregrinação cigana começou no oeste dos Balcãs, e, pela forma como estava organizada, causou bastante impacto na população. Fraser comenta que, se no período anterior os ciganos buscavam passar despercebidos, nesse, eles faziam questão de ser vistos e de chamar atenção.

Foi como se algum gênio desconhecido, estimulado quem sabe por todas as pressões nos balcãs, tivesse dado conta das vantagens potenciais que poderiam derivar-se do ambiente religioso e da época e houvesse idealizado uma estratégia para explorá-la, aumentando as perspectivas de sobrevivência. (FRASER, 2005). (tradução nossa)¹⁷

Essa estratégia possibilitou que eles obtivessem inúmeros benefícios. Além disso, as contribuições feitas a peregrinos, por serem ato de virtuosidade, também eram benéficas para quem as praticava. Como enfatiza Fraser (2005), era como se

¹⁷ Fue como si algún genio no reconocido, estimulado quizás por todas las prisiones en los Balcanes, se hubiese dado cuenta de las ventajas potenciales que podían derivarse del ambiente religioso de la época y hubiese ideado una estrategia para explotarla, aumentando las perspectivas de supervivencia.

o cosmos houvesse lhes dado uma trégua histórica, e tudo o que lhes cabia era aproveitá-la plenamente.

As peregrinações, além de contarem com o apoio da população, tiveram como principal articulador o então imperador Carlos Magno, que declarou a colaboração com os peregrinos onde quer que fossem encontrados como uma obrigação civil. Por serem identificados como peregrinos, os ciganos também fizeram uso das cartas de proteção, ou salvo-condutos, conseguindo, dessa forma, transitar livremente. Um detalhe interessante é que quando se fazia necessária a apresentação de tais cartas, eles o faziam contando sempre a mesma história sobre seus antepassados. Diziam que eram originários do Egito Menor, que haviam abandonado a fé cristã e se convertido ao paganismo, e que, posteriormente, por haverem se arrependido, lhes foi imposto como penitência, que alguns membros de sua família vagassem pelo mundo para pagar ou expiar esse pecado. Esse relato causava tão forte impressão nas pessoas que não tardava que doações generosas lhes chegassem às mãos. Nesse sentido, acredita-se que foi a partir de 1417 que começou o período mais promissor para eles.

O destino cigano, no entanto, não demoraria a sofrer novo revés. No ano de 1430, eles partiram em direção ao Leste Europeu, acreditando que encontrariam nessas terras sorte igual ou melhor à que estavam tendo até então. Sua chegada à Europa do Leste causava certa repulsa nas pessoas. Primeiro por seu tipo físico: a pele de cor escura, a baixa estatura, os cabelos negros e mal tratados. Até os formatos de suas mãos causavam estranheza àquele povo, acostumado a um outro padrão estético. Os trajes dos homens e das mulheres também eram alvo de curiosidade e crítica das populações.

Segundo, a velha história que costumavam contar sobre sua origem, que sofria algumas adaptações de acordo com a região por onde passavam, foi um grave erro que cometeram ao repeti-la nessa região. Quando começavam a contar que estavam vagando pelo mundo há sete anos, como punição por haverem negado socorro à Sagrada Família quando de sua fuga para o Egito, em vez de comoverem as pessoas, geravam indignação e repulsa. No mesmo período a Alemanha foi o primeiro país a tratar os ciganos de forma diferente, sem nenhuma deferência. Ainda na Alemanha, em 1497, os ciganos foram acusados pelo regime Imperial Romano Germânico de serem espiões, e por isso foram expulsos.

Um fenômeno interessante que aconteceu nesse período foi a quantidade de ciganos que possuía título de nobreza, tais como conde, duque, dentre outros. Como explica Fraser (2005), não se sabe ao certo se eram eles que se auto-intitulavam ou se os títulos lhes haviam sido concedidos pelo próprio grupo ou por alguma autoridade. Essa prática, foi também adotada no Brasil. Ainda hoje, é possível encontrar ciganos que se auto-intitulam, major, tenente ou capitão.

A saga cigana em território francês está registrada nos anos de 1436 e 1442, anos que antecederam ao final da Guerra dos cem Anos em 1453. Nesse período, a França ainda não contava com um poder central organizado, elemento favorável para os propósitos dos ciganos, que continuavam recebendo benefícios das populações por onde passavam. No território francês, os ciganos eram considerados também “bohemios”, pois se diziam originários da Bohemia¹⁸. Mesmo apesar de serem bem recebidos em algumas cidades francesas, em outras eram expulsos.

Na Espanha, a presença cigana está sinalizada em torno do ano de 1447. De acordo com os registros, os líderes ciganos eram muito bem tratados pela nobreza espanhola, da qual recebiam generosas doações. Nas últimas décadas do século XV, a situação novamente mudou, em virtude de uma nova onda de imigrantes ciganos que chagaram à Espanha pelo Mediterrâneo. Eles se diziam originários da Grécia, de onde teriam fugido do domínio dos turcos. No ano de 1499 um decreto dos Reis Católicos alterava a situação dos ciganos, que passaram a ser considerados indesejáveis. Carlo I, após tornar-se Imperador Carlos V, desencadeou uma série de perseguições contra eles, o que na verdade tinha por objetivo enviá-los às galeras para ampliar o contingente de remadores.

As referências sobre ciganos em Portugal aparecem no início do século XVI por meio de uma melodia do cancionero popular. É interessante ressaltar que os portugueses foram os primeiros a usarem a palavra “cigano” para denominar os “gitanos”, como eram chamados pelos espanhóis, italianos e alemães. Os países da Europa Central e do Leste Europeu, por sua vez, usavam palavras derivadas de “atsinganos” para denominá-los. Portugal teve a mesma atitude dos demais países da Europa, aplicando muitas sanções à permanência de ciganos em seu território.

¹⁸ Região que, após a Primeira Guerra Mundial, passou a fazer parte da antiga Checoslováquia, hoje República Tcheca.

Para os ciganos de origem portuguesa, a pena era a deportação para as colônias situadas em território africano.

Quanto aos Países Baixos, a tolerância em relação aos ciganos também passou por uma série de modificações.

Na Itália, a existência de ciganos foi descoberta em 1457, a partir de um incidente ocorrido em Milão, o assassinato da família de um “conde” cigano por outro cigano. Outros registros também apontam para a existência de ciganos em território italiano. Nos Estados Papais foram decretadas duras restrições à permanência dos ciganos, principalmente quando estes se dirigiam a Roma.

Na Hungria e na Transilvânia, por causa de suas habilidades, os ciganos foram declarados servos do Rei. Essa situação de escravidão durou de 1476 a aproximadamente 1848, ano em que foi abolida essa lei. Em 1526 os turcos invadiram a Hungria implantando o domínio otomano. Esse acontecimento não teve grandes conseqüências para os ciganos por sua capacidade de adaptação. Durante esse regime alguns ciganos chegaram até a se converter ao islamismo.

Existem inúmeros registros sobre ciganos na Escócia e na Inglaterra do século XV. Entretanto, alguns autores advertem que, devido ao grande número de grupos nômades que existiam nesse período, nem todos os grupos identificados como ciganos de fato o eram, apesar da semelhança de seus estilos de vida. De acordo com esses autores, a convivência dos ciganos nesses dois países foi pacífica.

As questões envolvendo os ciganos e sua relação com os governantes e com a comunidade dos países europeus iriam, da metade do século XVI até o final do século XVIII, evidenciar-se cada vez mais devido às transformações sócio-culturais ocorridas nesse período. Em primeiro lugar, começava a se espalhar a ideologia de que todo homem deveria trabalhar, promover seu sustento e o sustento dos seus. Portanto a vida nômade livre e independente dos ciganos, ia de encontro às novas orientações governamentais. Em segundo lugar, a configuração religiosa também havia sofrido alterações, o ideal de simplicidade e pobreza, as peregrinações que tinham na figura de São Francisco de Assis seu expoente máximo, já não causavam tanta impressão na população. Também havia a forte atuação de Martin Lutero, que fazia duras críticas e empreendia combates ferrenhos à Igreja Católica Apostólica Romana.

Esse aspecto interferiu nas estratégias que os ciganos costumavam usar, valendo-se de elementos religiosos. De acordo com Fraser (2005), essas transformações deixaram os ciganos à mercê da própria sorte. O autor fala que, mesmo apesar disso, eles não desistiram de sua tradição e sua rotina de vida nômade não sofreu grandes alterações. Continuou a ocorrer “a clássica combinação de uma legislação compulsiva e uma aplicação ineficiente”.

As perseguições e os decretos continuaram impondo leis severas e práticas punitivas, nas quais os ciganos eram submetidos a açoites, confisco de bens, enforcamento e a marcação com ferro em brasa. Até mesmo as mulheres, em algumas cidades, foram submetidas a açoites e a queimaduras. O simples fato de ser cigano era considerado crime e levava-os à força até mesmo sem haverem sido julgados. As crianças menores de 14 anos eram apreendidas e conduzidas a asilos ou a adoção. O mais grave, nesse período, foram as premiações em dinheiro ou em bens, espólios da própria vítima, para aqueles que matassem ciganos. Essas medidas se acentuaram durante o período em que durou a Guerra dos Trinta Anos (1551-1774). Um fato curioso, é que, alguns ciganos nesse período, ingressaram no exército onde trabalhavam na fabricação de armas e munições.

No final do século XVII, com a reconquista austríaca da Hungria e da Transilvânia, a vida dos ciganos novamente se alteraria. O Imperador Carlos VI e a então Imperatriz Maria Tereza implementaram uma série de medidas, na Hungria e na Eslováquia, tendo como objetivo conter os ciganos e desencadear um processo de desconstrução de sua identidade étnica.

Se um procura um único exemplo de um país onde tanto o enfoque aniquilador como o assimilador foram elevados a seus extremos, proporcionando diversos modelos para outras nações que teriam forte repercussão até o século XX, esse país é a Espanha. (FRASER, 2005)¹⁹.
(tradução nossa)

A Espanha regida por Felipe II, filho de Carlos V, como observa Fraser, inaugurou, em 1550, um longo período de perseguições, maus tratos físicos e psicológicos, além do extermínio de centenas de ciganos. O Parlamento e o Clero foram as duas instituições que idealizaram e estimularam as desumanas leis

¹⁹ Se uno busca un único ejemplo de un país donde tanto el enfoque aniquilador como el asimilador fueron elevados a sus extremos, proporcionando diversos modelos para otras naciones que tendrían fuerte repercusión hasta el século XX, ese país es España.

decretadas por Felipe II, tendo em vista a destruição e o aniquilamento da etnia cigana em terras espanholas.

No reinado de Felipe III, o Clero, para fundamentar suas perseguições aos ciganos, identificou na história de Caím alguns elementos que poderiam afirmar que os ciganos eram seus descendentes e que, portanto, deveriam ser exterminados. No ano de 1616, surgiu uma nova lei, que oferecia aos ciganos duas possibilidades: a primeira seria de partirem definitivamente, sob pena de serem mortos, a outra era de permanecerem, fixarem residência, abrindo mão de seu idioma, de sua forma de vestir e dos nomes que usavam. Até a palavra “gitano” deveria desaparecer. Tais medidas tinham por propósito destituir os ciganos de sua cultura original e assimilá-lo na cultura espanhola, já que os reis espanhóis estavam sendo pressionados pelo Clero e pela Corte Suprema, que buscavam todas as formas de subjugar, escravizar e destruir os ciganos.

Todas essas questões envolvendo os ciganos, conforme Fraser (2005), encontravam-se dentro de um contexto histórico em que a acentuada redução populacional não oferecia à Espanha outra saída, a não ser a integração, praticamente forçada, de todos aqueles que não estivessem assimilados e assentados. Além disso, qualquer pessoa que encontrasse algum cigano “vagando”, ou “vagabundeando”, poderia se apropriar dele, tornando-o seu escravo. Com a posse do último monarca da dinastia Habsburgo, os ciganos continuaram sendo vítimas de constrangimentos e humilhações.

A dinastia Borbon não alterou as restritivas leis anti-ciganas de seus predecessores. As implementações e reformas que vinham ocorrendo na Espanha não permitiam que indivíduos e grupos de vida livre continuassem ociosos. Era necessário colocá-los para trabalhar. Essa atitude deixava clara a intenção de desconstrução da identidade étnica do povo cigano. Nesse sentido, em virtude do êxito alcançado pelo processo de sedentarização, a Espanha conseguiu reduzir sua população nômade a um pequeno número de ciganos.

Por causa da insubmissão dos ciganos, entretanto, a pretensa assimilação não aconteceu dentro dos moldes propostos pelo Clero. Em julho de 1749, seguindo um plano idealizado pelo então bispo de Oviedo²⁰, o Rei Fernando VI promoveu a

²⁰ A esse respeito, Azibeiro (2006) observa que, para além da disputa que opôs Bartolomeu de Las Casas, defensor da humanidade e dos nativos das Américas (embora não aceitasse sua cultura e quisesse convertê-la à fé cristã), e Oviedo e Sepúlveda, que os consideravam bruta animália, a idéia

apreensão de nove a doze mil ciganos. Os destinos desses prisioneiros foram os mais diversos, sendo que alguns, por sua capacidade de adaptação e por uma conduta irrepreensível, obtiveram permissão para retornarem à Espanha e o direito a alguns benefícios. Carlos III foi, na linha de sucessão, o próximo rei a governar a Espanha. Em 1763 ele ordenou que todos os ciganos que se encontrassem prisioneiros fossem postos em liberdade. Os mecanismos de integração, entretanto, continuaram os mesmos, ou seja, a proibição do uso da língua e da realização de atividades costumeiramente exercidas pelos ciganos. As punições também continuaram sem grandes alterações.

O modelo aniquilador e assimilador imposto aos ciganos pela Espanha, já observado por Fraser, foi amplamente aplicado em países como Portugal em 1574; França em 1686 e 1689; Inglaterra em 1597; Escócia em 1655, além de Suíça, Suécia, Dinamarca, Rússia e sul dos Países Baixos.

A Espanha em suas deportações, priorizou como principal destino o Norte da África.

Eran gitanos nuevos. Hombres y mujeres jóvenes que solo conocían su propia lengua, ejemplares hermosos de piel aceitada y manos inteligentes, cuyos bailes y músicas sembraron en las calles un pánico de alborotada alegría [...] En un instante transformaron la aldea. Los habitantes [...] se encontraron de pronto perdidos en sus propios calles, aturdidos por la feria multitudinaria. (GARCIA MARQUES, 1982, apud FUENTES, MARTINEZ, ESPINOSA, 2000).

A chegada dos ciganos, mais especificamente dos “Rom”, na América, coincide com o período em que ocorreram as primeiras invasões dos europeus a este continente. Pesquisadores relatam que na terceira viagem de Cristóvão Colombo às Américas, faziam parte de sua tripulação quatro ciganos “Rom”, conhecidos pela alcunha de “Egípcios ou Egípcios”. Esse pequeno grupo era formado por Antón do Egípcio, Macias do Egípcio, Catalina do Egípcio e Maria do Egípcio. Dentre algumas hipóteses que puderam elucidar a chegada desses ciganos, está a de que eles teriam sido contemplados com o indulto aplicado pelo governo

de existência de várias espécies de humanos vai continuar a imperar até meados do século XVIII (e a influência desse imaginário na produção de preconceitos e estereótipos perdura até nossos dias. Lineu, fundador da moderna classificação das espécies, inclui, em 1735, a espécie humana no Reino animal e na ordem dos primatas, sob a designação específica de *Homo Sapiens*, classificando-a segundo critérios, em grande parte geográficos, em seis raças: europeus, americanos, asiáticos, africanos, selvagens e monstros. (ver BETRAND, 1976, p. 47, apud MARQUES, 1995)

espanhol, no dia 22 de junho de 1497, e a oportunidade de viverem em uma colônia da Espanha (FUENTES, MARTINEZ, ESPINOSA, 2000).

Espanha procurava igualmente desfazer-se de seus ciganos mandando-os a África ou a América. As deportações a África foram particularmente freqüentes sob o reinado de Fernando VI. Em 1775, ciganos que se obstinavam em seguir sendo nômades foram obrigados ao serviço militar em América. (FOLETIER, 1974, apud FUENTES, MARTINEZ, ESPINOSA, 2000)²¹.

Outra possibilidade, que não pode ser descartada, é a de que alguns ciganos condenados às galeras tenham conseguido fugir, fixando-se nas Américas.

A rota de imigração dos ciganos europeus tinha início na América Central, mais precisamente no Panamá, e seguia por Antioquia, Sabana de Bogotá, Las Costas, até lugares ermos (idem). Quanto à imigração cigana nas Américas Latina e do Norte, há registros que indicam sua chegada, na segunda metade do século XIX, com a denominação de “húngaros”. Em virtude das perseguições impostas pelo regime nazista, os ciganos resolveram estabelecer outra rota de fuga, que, como observa Hasler:

Depois de uma permanência na Bélgica, atravessaram a França faz meio século. Chegaram à Espanha, onde tomaram o nome de Gómez, e tomarão passagem para Venezuela, de onde prosseguiram aos países vizinhos. Um bom número deles se estabeleceu na Colômbia. (HASLER, 1984, p.115, apud FUENTES, MARTINEZ, ESPINOSA, 2000)²². (tradução nossa)

Portugal foi o país que iniciou o processo de deportações, que, a seu turno, também viria a se constituir em um novo modelo na resolução dos problemas advindos da permanente insubordinação cigana. As deportações de ciganos para as colônias portuguesas solucionavam dois problemas. Primeiro, livrar-se da numerosa quantidade dos mesmos, agravada com os recém-banidos da Espanha. Segundo,

²¹ España procuraba igualmente deshacerse de sus gitanos mandando-los à África ou a América. Las deportaciones a África fueran particularmente frecuentes bajo el reinado de Fernando VI. En 1775, gitanos que se obstinaban en seguir siendo nómadas fueron obligados al servicio militar en América.

²² Después de una permanência em Bélgica, atravesaron Francia hace médio siglo. Llegaron a España, donde tomaron el apellido de Gómez, y tomaron pasaje para Venezuela, desde donde prosiguieron a los países vecino. Um Bueno número de ellos se estableció en Colombia.

pelo fato de as colônias portuguesas possuírem uma demanda muito grande de mão-de-obra. Nesse sentido as colônias africanas foram as primeiras contempladas com o banimento de ciganos, posteriormente seria a vez do Brasil. As deportações promovidas por Portugal, como enfatiza Fraser (2005), merecem uma atenção especial, por ter sido a partir delas que ocorreu o ingresso dos primeiros ciganos em terras brasileiras.

O primeiro cigano que foi deportado para o Brasil chamava-se João de Torres e veio acompanhado de mulher e filhos (CHINA, 1936; FRASER, 2005; ESPINOSA, 2000). Outras famílias vieram após o 1º decreto, datado de 27 de agosto de 1685. Decretos posteriores ocorreram nos anos de 1718, 1724, 1726 e 1749. No ano de 1760 a população cigana no Brasil já possuía uma população significativa, a ponto do Governador Geral solicitar ao Rei José medidas reguladoras específicas para eles, em virtude de seu modo indisciplinado de viver.

Em 1815, o Brasil foi elevado à condição de reino. Em 1818, celebraram-se no Rio de Janeiro as núpcias de D. Pedro I com a princesa D. Leopoldina, essa solenidade envolveu em sua realização, além de atos religiosos, muitas festas em que está registrada a participação de ciganos em apresentações culturais. Como prêmio por sua belíssima exibição, foi que eles obtiveram das mãos do próprio D. João VI, recompensas em forma de patentes militares para alguns ciganos e jóias para as ciganas. Essas recompensas foram, para eles, motivo de muito orgulho e vaidade.

No ano de 1686 um novo decreto de degredo é assinado por Portugal, sendo que dessa vez o destino não era o Rio de Janeiro, mas o estado do Maranhão. Posteriormente, em 1718, 1724, 1726 e 1740, outros decretos degredaram ciganos de Portugal para os estados de Pernambuco e Bahia. Além disso, ordenavam que os governos proibissem aos ciganos recém-chegados o uso da língua e da “gíria”, não permitindo que os pais as ensinassem a seus filhos, no intuito de que deixassem de ser faladas. A existência de ciganos no estado de São Paulo está registrada a partir do ano de 1726.

Na segunda metade do século XVIII, ao tomarem conhecimento de inúmeras medidas regulamentares, os ciganos começaram uma grande migração para o interior do país. Um aspecto interessante ainda sobre os ciganos do Rio de Janeiro foi a atuação destes como “oficiais de justiça” e “meirinhos” nos principais juizados e cartórios forenses dessa cidade. Como salienta Mello Morais (1886),

essa participação ativa na vida societária leva a crer que no século XIX o número de ciganos vivendo no Rio de Janeiro era bastante expressivo. Esse aspecto, também expressa a forma ambígua e contraditória com que se dão as relações interculturais dos ciganos com as sociedades com as quais convivem. No Brasil, é possível constatar-se esse fenômeno, ao observarmos que, ao mesmo tempo em que, eles constituíam relações de confiança, a ponto de exercerem atividades profissionais em órgãos públicos e privados, por outro lado, eram vistos e descritos pela imprensa da época, de forma preconceituosa e discriminadora, como no exemplo a seguir:

Com os emigrados de Portugal veio também para o Brasil a praga dos ciganos. Gente ociosa e de poucos escrúpulos, ganharam eles aqui reputação bem merecida dos mais refinados velhacos: ninguém que tivesse juízo se metia com eles em negócio, porque tinha certeza de levar carolo²³. A poesia de seus costumes e de suas crenças, de que muito se fala, deixaram-na da outra banda do oceano; para cá só trouxeram maus hábitos, esperteza e velhacaria, e se não, o nosso Leonardo pode dizer alguma coisa à respeito. Viviam em quase completamente ociosidade; não tinham noite sem festa. Moravam ordinariamente um pouco arredados das ruas populares, e viviam em plena liberdade. As mulheres trajavam com um certo luxo relativo aos seus haveres: usavam muito de rendas e fitas davam preferência a tudo o que era encarnado, e nenhuma delas dispensava pelo menos um cordão de ouro no pescoço; os homens não tinham outra distinção mais do que alguns traços fisionômicos particulares que os faziam conhecidos. (ALMEIDA, 1980).

Durante o período que compõe o primeiro e o segundo Império, o Rio de Janeiro foi considerado “Capital da Ciganada”, havendo, inclusive ruas e logradouros com essa nomenclatura por ex: “o Beco dos Ciganos”. Há também, no mesmo período, inúmeros registros da existência ou passagem de ciganos em São Paulo, no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, que depois do Rio de Janeiro foi um dos principais redutos de ciganos (CHINA, 1936).

A Bahia foi também um dos estados que primeiramente recebeu ciganos, fato registrado em documentos que datam de 1718 (idem). No estado da Bahia, a partir de 1761, os ciganos modificaram completamente seu modo de vida, convertendo-se em sitiantes, e lavradores.

Já o estado do Ceará, conforme o autor João de Norte (pseudônimo usado pelo escritor brasileiro, Câmara Cascudo), recebeu muitos ciganos em virtude de decretos emitidos por Marquês de Pombal (idem). O Maranhão teve as primeiras

²³ Pop: pancada na cabeça com vara ou cana ou com os nós dos dedos; cascudo (MICHAELLI, 1998)

chegadas, documentadas, de ciganos, datadas de junho e agosto de 1686, por decreto assinado em Lisboa pelo então monarca D. Pedro. É interessante observar que no Brasil Colônia havia, acerca da nomenclatura usada para definir os ciganos, aquilo que China (1936), aponta como uma verdadeira “confusão”. De forma geral, em todo o país eles eram designados de ciganos, mas na Bahia, entretanto, eram chamados de “mouros”, em alguns lugares do Norte eram tratados por “ciganos do Egito”, no Rio Grande do Sul, de “egípcios”, em Minas Gerais, de “judeus”, e no meio literário era comum serem classificados como “boêmios” ou “zíngaros”.

Existem algumas hipóteses de autores que acreditam que os ciganos tenham sua origem na América, constituindo famílias e sobrevivendo do comércio de animais, de trocas e vendas, de mendicância, de leitura de mão corte de feitiço, além de pequenos furtos praticados pelas mulheres e crianças. Ainda na concepção geral, os ciganos chamados “estrangeiros”, por sua vez, seriam provenientes das regiões dos Bálcãs e tinham como atividade profissional a caldeiraria, arte adquirida de seus ancestrais. Os “estrangeiros” usavam o idioma de sua nacionalidade, enquanto os grupos nacionais, ou “ciganos brasileiros”, usavam o romaní quando queriam conversar entre si sobre assunto que não desejavam compartilhar com os não-ciganos.

A partir do século XV até o XIX, uma parte da Europa esteve sob o domínio do Império Otomano. A ocupação turca não promoveu grandes transformações na vida dos ciganos, pois havia por parte dos turcos certa tolerância com as diferentes etnias, bem como com as distintas expressões religiosas da época. Na verdade, os turcos tinham por princípio não interferir muito na cultura e nos hábitos das comunidades ocupadas. Para eles, o importante era que os cidadãos pagassem seus tributos aos governos locais, que, por sinal, em algumas localidades eram administrados por autogovernos. De certa forma é possível afirmar que a vida dos ciganos durante o Império Otomano, com algumas exceções, foi mais amena do que na Europa anterior à invasão turca, pois a legislação otomana lhes permitia que se deslocassem com facilidade, exercessem atividades artísticas e profissionais, incluindo a fabricação de armas e munições. Por suas notórias habilidades nesse trabalho, acompanharam as forças militares nas guerras, nas funções de músicos e de restauradores de armas.

2.2 CIGANOS E TRADIÇÃO MUSICAL

Os ciganos adquiriram, ao longo de sua história, a fama de serem excelentes músicos, cantores e bailarinos. Essas habilidades, particularmente no que diz respeito à música, surgiram da sua necessidade de sobrevivência. Ao se relacionarem com outras culturas, passavam a assimilar suas tendências e gostos musicais, conhecendo os tipos de instrumentos, até mesmo os mais exóticos. Essa naturalidade com que os ciganos se imiscuíam nos diferentes contextos é uma de suas mais marcantes características.

No decorrer do século XIX, o prestígio musical dos ciganos na Espanha, na Rússia e na Hungria alcançou patamares elevados a ponto de estes se tornarem parte da identidade cultural desses países. Eles se integraram de tal modo à tradição cultural húngara que se distanciaram completamente de sua própria tradição. No século XIX o status que os músicos ciganos alcançaram, principalmente os que procediam do noroeste do País, colocou-os numa situação privilegiada, pois a música cigana era bastante admirada e ouvida.

Um dos mais famosos músicos ciganos foi o célebre violinista Janos Bihari (1764-1827), da Bratislava, que se apresentava juntamente com sua orquestra em diversas festividades públicas e privadas, chegando inclusive a tocar para monarcas e autoridades. Bihari criou, juntamente com um outro músico, que depois viria a se tornar seu sucessor, uma linguagem musical que possuía o estilo “verbunkos”, um tipo de música militar que foi incluída no cancionário popular húngaro. Posteriormente a fama dos músicos ciganos transcendeu as fronteiras húngaras. Apresentaram-se em várias turnês internacionais e chegaram a tocar para o príncipe herdeiro e depois para o próprio rei da Rússia, no ano de 1865.

A fama musical de alguns ciganos levou-os a se casarem com mulheres de origens nobres, entrando assim para a aristocracia russa. Os russos se sentiam particularmente atraídos pelo canto cigano, principalmente quando este era entoado por um conjunto de vozes. Nos corais, a participação feminina era uma atração à parte, pois, além de cantarem, as mulheres também dançavam. Toda essa

influência da música cigana na cultura musical russa se deu ao longo do século XIX e tanto a aristocracia quanto a burguesia se deixaram encantar pelas canções românticas de estilo cigano. Estas poderiam ser compostas ou não por ciganos, pois era comum russos comporem músicas ciganas, por serem moda na época.

Na Espanha, a música cigana teve tanta repercussão quanto na Hungria e na Rússia, constituindo-se em elemento importante nas celebrações religiosas e de cunho popular. Na região da Andaluzia, especificamente, a música cigana adquiriu uma nova configuração, oriunda da mescla com outros estilos musicais, que originou o que se conhece como “flamenco”. Existem algumas controvérsias quanto a sua origem, pois alguns pesquisadores a atribuem aos mouros, e outros, aos ciganos. O que se sabe ao certo é que esse estilo expandiu-se pela Península Ibérica através de músicos andaluzes e ciganos, passando a se constituir em uma das principais expressões musicais da Espanha, particularmente da região sul²⁴.

2.3 A POPULAÇÃO CIGANA EUROPEIA E O USO DA LINGUAGEM

As investigações realizadas no intuito de conhecer o número aproximado da população cigana, devido à dificuldade do tipo de vida que as etnias nômades levam, chegou a uma soma aproximada, elaborada a partir de alguns censos, referidos por Fraser (2005) em sua 1ª edição em espanhol, ficando assim constituída conforme a tabela abaixo:

Tabela 1- Número aproximado da população cigana

País	População/hab/ciganos
Romênia	1.000.000
Bulgária	500.000
CEI (Rússia, Ucrânia etc.), Espanha, Eslováquia e Sérvia-Montenegro	250.000
Macedônia, República Checa, França e Grécia	100.000
Polônia, Portugal e Bósnia	25.000

²⁴ A Andaluzia está localizada na parte meridional da Espanha. Sua capital administrativa é Sevilha, e sua capital judicial é Granada. O nome Andaluzia provém de “Al-Andaluz”, que era como os muçumanos chamavam a Península Ibérica.

Grécia e Áustria	10.000
Suécia, Eslovênia, Finlândia, Países Baixos, Bélgica, Lituânia, Letônia, Estônia e Dinamarca	1.000
Irlanda, Luxemburgo, Noruega e Chipre	menos de 1.000

Fonte: Fraser (2005).

A tabela acima revela o número de ciganos que nos dias atuais compõem alguns países do Leste Europeu e da Europa Central. Guardando as devidas proporções, é possível constatar que o Brasil possui uma significativa população cigana em relação a esses países. Alguns indicadores falam algo entorno de quinhentos mil a um milhão de ciganos no Brasil (APRECI/Pnud; PASTORAL NÔMADE). Esse dado pode nos conduzir a algumas hipóteses. Uma delas seria que o número de deportações para o Brasil, foi muito acentuado, a ponto de constituir uma população cigana significativa. Outra seria a de que em virtude das dimensões continentais de seu território o Brasil possibilitou que, os ciganos se mesclassem com diferentes etnias, multiplicando dessa forma seu próprio grupo étnico. Como última hipótese, poderíamos supor que os genocídios e os extermínios, além das adversidades climáticas, epidemias, etc., tenham dizimado um grande número de ciganos na Europa Central e do Leste.

No que diz respeito, a classificação dos grupos ciganos por intermédio do uso da linguagem, Fraser (2005) explica que, por se tratar de uma classificação lingüística envolvendo os diferentes grupos ciganos tornar-se uma tarefa praticamente impossível, pois, “nenhuma língua é fixa: cada ano, o inglês adquire umas cem palavras majoritariamente novas ou novos significados para as que já existem” (FRASER, 2005, p. 300)²⁵. No ano de 1874, o então pesquisador Franz Miklosich elaborou uma classificação do “romani” da Europa, que foi, na ocasião, apresentado composto por treze dialetos. O fato dos ciganos assimilarem o idioma da cultura na qual estão inseridos os fez bilíngües, fenômeno considerado por muitos especialistas como um forte empecilho para que o status de língua única nunca tenha sido conquistado pelo “romani”, continuando a ser classificado como uma língua aglutinadora.

2.4 GRUPOS CIGANOS: CLASSIFICAÇÃO

²⁵ Ninguna lengua es fija: cada año, el inglés adquiere unas cien palabras mayoritaria nuevas o nuevos significados para las ya existentes. El “romani” es especialmente dinámico.

A classificação dos grupos ciganos Rom se encontra subdividida em quatro principais grupos: os Kalderash, os Matchuaia, os Lovara e os Curara. Apesar de possuírem diferenças em alguns aspectos específicos, inclusive de linguagem, esses grupos se reconhecem e se aceitam como Rom, sendo permitido assim que sejam celebrados casamentos entre eles.

As famílias são em geral divididas em clãs, e quando compostas por três gerações, são designadas de “tséra”. Um ajuntamento de famílias Rom reunidas por algum motivo particular, por sua vez, é denominado de “compañia” e se submete ao comando de um “rombaró” (grande homem). A “compañia” constitui também aspectos políticos, sociais e morais, além de econômicos. As decisões, conflitos ou questões que ocorram no interior de uma “compañia” são discutidos pelo grupo. Os casos mais complexos ou polêmicos são resolvidos por uma espécie de tribunal, intitulado de kris.

Trata-se de um conselho cigano, composto por homens anciãos, que tem por missão refletir e decidir sobre problemas de ordem interna dos grupos. Esse conselho, tem para o cigano, um valor superior ao da justiça comum. Em algumas situações o cigano, ao cometer algum delito, além de passar pelas leis dos não-ciganos, também passará pelo julgamento interno, muitas vezes bem mais rigoroso do que o anterior. O Kris, por exemplo, pode deliberar a expulsão de uma pessoa de seu grupo, o que para o cigano representaria a perda de sua identidade grupal e uma marca para o resto de sua existência.

Os membros dos clãs são parentes, e este parentesco faz com que se assistam mutuamente e colaborem entre si. Os casamentos realizados entre eles são uma forma de manter e fortalecer esses vínculos. O matrimônio entre o povo Rom costuma acontecer entre primos do mesmo clã, podendo ocorrer também entre pessoas de uma mesma “compañia”, estreitando assim os laços entre as famílias dos noivos. A lei cigana e a instituição do kris não necessariamente são inerentes a todos os grupos ciganos. O que alguns pesquisadores afirmam é que, além dos “Rom”, os “Sinti” da Alemanha e da Áustria também costumam resolver suas questões internas por meio de leis próprias e do conselho de anciões.

No final do século XIX, conforme Fraser (2005), a Europa começou a ser invadida por alguns sentimentos que posteriormente dariam origem a fatos que, como coloca o autor, “marcariam as páginas negras da história do mundo”. Tudo

começou quando, em nome do desenvolvimento das nações européias, alguns teóricos, dentre eles o francês Conde de Gabineau, começaram a difundir uma teoria que tinha por objetivo provar a existência de uma espécie de hierarquia racial, na qual a raça “ariana” estava confirmada como a mais pura e superior às demais. Gabineau foi um diplomata, escritor e filósofo francês. Foi também um dos mais importantes teóricos do racismo no século XIX. Além da classificação de superiores e inferiores, Gabineau também elaborou uma subdivisão dentro das ordens inferiores: as raças híbridas e mescladas.

Dessa forma, no ano de 1876, César Lombroso²⁶ ao estudar a origem dos povos inferiores, particularmente a gênese dos ciganos, classificou-os como de má índole, elogiando-os somente quanto às suas habilidades artísticas e musicais. Essa classificação fez com que fossem iniciadas inúmeras ações com o intuito de banir todos os ciganos do continente europeu.

2.5 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E RESSURGIMENTO DAS MIGRAÇÕES CIGANAS

Com o advento da Revolução Industrial, a Europa se viu impulsionada por um outro modelo de desenvolvimento econômico, desencadeado pela Inglaterra, que em meados do século XIX havia se constituído em uma sociedade industrial com uma numerosa população urbana. Apesar das pressões do governo inglês para que todos assimilassem e se integrassem ao novo modelo, os ciganos não manifestavam nenhum interesse pelos empregos na produção fabril. Por sua excepcional capacidade de adaptação, o que eles fizeram foi empreender uma nova dinâmica a suas atividades de ambulantes, deslocando-se pelo interior da Inglaterra e desenvolvendo suas tradicionais habilidades. Um fato curioso descrito por Fraser (2005) é que, por suas idas e vindas da capital para a zona urbana, e em virtude da

²⁶ César Lombroso foi psiquiatra, professor universitário e criminalista italiano nascido em Verona, que se tornou mundialmente famoso por seus estudos e teorias no campo da caracterologia, ou a relação entre características físicas e mentais e cujas teorias levaram a um enfoque menos legalista e mais científico da criminalidade, dando origem à antropologia criminal. Estudou em Paris e Pádua e foi posteriormente (1862-1876) professor de psiquiatria na Universidade de Pádua. Ali ganhou fama ao defender que anomalias hereditárias, neurológicas ou psíquicas desempenhavam papel preponderante na formação da personalidade do delinqüente, formulando a teoria do criminoso nato, segundo a qual os criminosos poderiam ser identificados por determinados traços físicos. (www.epub.org.br/cm do Núcleo de Informática Biomédica da Unicamp).

precariedade dos meios de comunicação, os ciganos se tornaram os principais informantes dos últimos acontecimentos e das ditas “focacas” da cidade.

Nesse período também aconteceram algumas mudanças na escravatura cigana.

[...] os seres humanos portavam ferros nos braços e nas pernas, outros pedaços de ferro em sua frente e outros colares de metal em seu pescoço. Cruéis açoites e outros castigos, tais como a inanição, a ser suspensos sobre um fogo fumejante, a incomunicabilidade, e ser jogado nu sobre a neve ou a um rio gelado, tal era o tratamento que se impunha ao desdito cigano. A santidade do matrimônio e os laços familiares eram dessa forma postos ao ridículo: se separava a mulher do marido, e se tirava a filha e a mãe, se arrancava o bebê do peito daquelas que lhes trouxeram ao mundo, e os vendiam a diferentes compradores de todos os rincões da Romênia, como gado. (FRASER, 2005)²⁷. (tradução nossa)

Nos anos de 1828 a 1834, algumas medidas começaram a libertar os escravos ciganos, que por muitos anos, haviam sido convertidos em pessoas submissas e fragilizadas. A Revolução Industrial, entretanto, não pôs fim à escravidão. O que ela fez foi re-configurar, dissimular os mecanismos opressores. O modelo fabril foi o princípio do processo de homogeneização da humanidade e de aniquilamento do indivíduo no que diz respeito à sua subjetividade, criatividade e criticidade.

Somente no ano de 1864, após a elaboração da constituição da Romênia, é que foi promulgada a libertação dos escravos ciganos, com a concessão de direito à cidadania romena, apesar de os sentimentos xenófobos, discriminatórios e racistas terem continuado. Ainda durante esse mesmo século, os ciganos começaram a abandonar a Hungria e os Bálcãs. A influência do idioma romeno associado ao idioma cigano Romaní viria a se constituir naquilo que Fraser (2005) denomina de um status autoproclamado “Rom”. Aos grupos intitulados “Rom” se incluíam os Kalderasa (trabalhadores de cobre), os Lovara (Chalanes) e os Curasa (fabricantes de coadores e peneiras). Os grupos ciganos Boyás (garimpeiros de ouro), os Rudari (mineiros) e os Ursari (domadores de urso) também viveram em territórios Bálcãs

27 “[...] los seres humanos llevaban cadenas en brazos y piernas, otros cepos de hierro en torno a la frente, y aún otros collares de metal en el cuello. Cruelles, azotes y otros castigos, tales como la inanición, ser colgado sobre un fuego humeante, la incomunicación, y ser arrojado desnudo a la nieve o a un río helado, tal era el tratamiento que se imponía al desdichado gitano. La santidad del matrimonio y los lazos familiares eran asimismo puesto en ridículo: se separaba a la esposa del marido, e se arrebatava la hija e la madre, se arrancaba a los niños, del pecho de aquellas que los trajeron al mundo, y se los vendía a diferentes compradores de todos los rincones de Rumanía, como ganado”.

no mesmo período, entretanto esses grupos haviam perdido completamente o Romani, falando somente o idioma romeno.

Sua saída dos Bálcãs, deu início a um novo processo migratório, que teve como uma de suas principais características, a separação dos grupos denominados “Rom”. O povo “Rom” se expandiu mundo afora, sendo possível encontrá-los na Europa e nas Américas. A rota dos ciganos era a mesma de seus antepassados. No entanto, a forma como eram recebidos foi diversa. Na maioria dos países eram recebidos como figuras exóticas que atraíam muita curiosidade.

Na metade do século XIX, com o reinício das migrações ciganas, tornaram a ocorrer situações muito parecidas com as vividas durante a idade média. Os Países Baixos reeditaram algumas medidas já extintas, a fim de manter os ciganos longe de seu território. A Alemanha, por sua vez, nunca desistiu de exercer uma atenta vigilância sobre as idas e vindas dos ciganos nômades, tolerando em seu território somente os ciganos “Sinti” que possuíssem nacionalidade alemã. Tais medidas não carregavam nenhuma intencionalidade de caráter racista. O que de fato preocupava as autoridades, era a questão imigratória, que dava seus primeiros passos para o que viria anos depois, a se constituir, no mais grave “problema” social da contemporaneidade (SAYAD, 1998).

A Suíça, buscando eliminar de vez o nomadismo, implantou um projeto, aparentemente filantrópico, junto aos jovens, denominado Pró-juventude, embasado nas “teorias eugênicas”, que visavam integrar as crianças nômades inserindo-as forçosamente na sociedade. A execução desse projeto promoveu uma série de seqüestros de crianças pequenas, que se viram, da noite para o dia, subtraídas da convivência de seus familiares. Perdiam definitivamente seus nomes e iam parar em abrigos. Estima-se que 600 crianças ciganas, tenham sido submetidas a essa determinação até o ano de 1973.

Na França, um senso realizado no ano de 1898, acusou a presença de quatrocentos mil nômades. No entanto, nem todos eram ciganos. Em junho de 1912, o governo francês, adotou um carnê de identificação, como forma de acompanhar a rotina das comunidades nômades para responsabilizá-las por algum tipo de distúrbio ou delito promovido por estes em seu território. A implementação deste sistema, por sua vez, desencadeou uma série de equívocos: abuso de poder, perseguições e discriminações contra os ciganos.

O tratamento infringido aos ciganos pelo governo inglês era norteadado por um conjunto de leis às quais também estavam submetidos todos os desocupados.

2.6 VÍTIMAS INVISÍVEIS DO HOLOCAUSTO

“O ano de 1933 daria início ao período mais negro da humanidade, particularmente para duas etnias: os judeus e os ciganos”. (FRASER, 2005).

Em 1937, um dos emissários do regime nazista declarou:

Foi a persistência da debilidade e mendicância internas da República de Weimar as que lhes fizeram demonstrar, sua falta de instinto para enfrentar a questão cigana. Para ela, os Sinti eram um assunto criminal como outros. Nós por outro lado, consideramos a questão cigana sobre tudo como um problema racial, que deve resolver-se e que está sendo resolvido. (FRASER, 2005)²⁸.

À medida que os ciganos iam sendo comparados aos judeus, tinha início a elaboração de uma classificação racial que teria por objetivo diferenciá-los dos cidadãos comuns. Em 1935 foram introduzidas algumas leis, com o intuito de declarar “plena nacionalidade” para os cidadãos do Reich, e algumas proibições, principalmente de casamentos destes com pessoas ciganas, que poderiam interferir no projeto da nova sociedade ariana. Nessa perspectiva, em 1937 instituiu-se o “Centro de Investigação para Higiene Racial e Biológica da População”, em Berlim. Esse Centro se constituiu no principal local de pesquisas visando identificar a relação entre a genética dos ciganos e sua tendência à criminalidade. Essa investigação foi realizada pelo psiquiatra e psicólogo Dr. Robert Ritter, que iniciou suas pesquisas utilizando as impressões digitais dos ciganos, suas genealogias e medidas antropométricas, coletando, inclusive, sangue de ciganos para amostra. As primeiras conclusões de Ritter sobre seus estudos foram conhecidas em 1940, quando ele advertia que:

²⁸ Fue la persistencia de la debilidad y mendacidad internas la Republica de Weimar las que le hicieran demostrar, su falta de instinto para enfrentar a la cuestión gitana. Para ella, los sinti eran un asunto criminal como mucho. Nosotros, por otro lado, consideramos la cuestión gitana sobre todo como un problema racial, que debe resolverse y que está siendo resuelto.

Temos podido estabelecer que mais de noventa por cento dos chamados ciganos nativos são de sangue mestiço... Posteriores resultados de nossas investigações nos têm permitido caracterizar os ciganos como um povo de origem etnológica completamente primitiva, cujo atraso mental o faz incapaz de uma verdadeira adaptação social... A questão cigana só poderá resolver-se quando se reuna junto ao grupo principal de indivíduos gitanos antisociais e inúteis de sangue mestiço em grandes campos de trabalhos forçados e os mantenha alí trabalhando, quando se detenha de uma vez pro todas a reprodução da dita população de sangue mestiço. (FRASER, 2005, p. 260)²⁹. (tradução nossa)

Entre os anos de 1943 a 1944, no relatório enviado à Associação Alemã para Investigação, Ritter tinha como resultado parcial a indicação do número de 23.822 ciganos investigados. Nesse período várias medidas “higiênico-raciais” foram efetivadas.

Na Áustria, que também fazia parte do Reich, os ciganos foram perseguidos e capturados com a justificativa da proteção do “sangue nórdico”. Após a prisão foram esterilizados, enviados para campos de trabalhos forçados e para os campos de concentração. Com a invasão alemã da URSS, em junho de 1941, as questões tanto judias quanto ciganas precisavam ser resolvidas. Dessa forma, em dezembro desse mesmo ano iniciaram-se as operações de eliminação dos ciganos, num distante campo de extermínio polaco, onde estima-se que, ao final da operação, tenham sido mortos, asfixiados com monóxido de carbono, cerca de cinco mil ciganos.

O último “golpe de misericórdia” foi deferido pelos nazistas com uma dedicação especial, como descreve Fraser:

“Auschwitz-Birkenau haviam sido ampliados recentemente; as câmeras de gás e os crematórios, com capacidade diária nesse momento para vários mil, haviam estado funcionando a pleno rendimento durante vários meses e estavam

²⁹ “Hemos podido establecer que más del noventa por ciento de los llamados gitanos nativos son de sangre mestiza [...] Posteriores resultados de nuestras investigaciones nos han permitido caracterizar a los gitanos como un pueblo de origen etnológica completamente primitiva, cuyo retraso mental lo hace incapaz de una verdadera adaptación social... La cuestión gitana solo poca resolviere cuando se reúna junto al grupo principal de individuos gitanos asociales e inútiles de sangre mestiza en grandes campos de trabajos forzados y los mantenga allí trabajando, y cuando se detenga de una vez por todas la reproducción de dicha población de sangre mestiza.

preparando uma seção especial para os ciganos”. (FRASER, 2005, p. 263)³⁰.
(tradução nossa)

O decreto de Auschwitz, contudo, poupou a vida dos ciganos que estivessem servindo às forças armadas ou que houvessem contraído núpcias com mulheres árias. No entanto, em ambos os casos, eles foram esterilizados. Outros sobreviveram para servir de amostra da “primitiva vida indo-germânica”. Os selecionados foram os “Sinti” e os “Lalleri”, ciganos alemães de raça pura que não se mesclaram com outros grupos. O tempo de duração do campo de Auschwitz foi de dezessete meses, e este era o que possuía a maior concentração de ciganos. Sua população estimada era de 23.000 pessoas, das quais 20.000 foram mortas por esgotamento físico e mental, por fome, por execução ou durante experiências “médico-científicas”. As práticas “médico-científicas” do campo de Auschwitz eram coordenadas e executadas pelo Dr. Josef Mengele, que infligiu a judeus e ciganos os mais atrozes sofrimentos. Em agosto de 1944 o martírio dos ciganos chegaria ao fim: numa mesma noite, 2.897 mulheres, crianças e alguns ex-soldados de Wehrmacht foram mortos nas câmaras de gás.

Apesar de Polônia, Romênia, Iugoslávia, Rússia e Hungria terem sido os locais onde ocorreu o maior número de mortes, foram Alemanha e Iugoslávia que agiram com maior crueldade em relação aos ciganos. A Iugoslávia, com a colaboração da Croácia, cometeu tantas atrocidades que a própria polícia alemã ficou estarecida. Na Sérvia, entretanto, os ciganos eram freqüentemente executados por fuzilamento após um sinistro cálculo em que, para cada alemão morto pela resistência, cem ciganos eram executados, e para cada um alemão ferido, cinquenta ciganos eram mortos. Em agosto de 1942 a Sérvia se autoproclamou o primeiro país a livrar-se completamente da presença de ciganos e judeus.

Mesmo apoiando o regime nazista, a Itália, a Hungria e a União Soviética não compactuavam com a excessiva violência cometida contra judeus e ciganos. A Bulgária, dentre todos, foi o único país que não adotou a “limpeza étnica”, tendo, portanto, sido alvo de muitas críticas por parte do governo nazista.

³⁰ Auschwitz-Birkenau habían sidos ampliados recientemente, las cámaras de gas y los crematorios, con capacidad diaria en esse momento para varios miles, habían estado funcionando a pleno rendimiento durante varios meses y se estaba preparando una sección especial para los gitanos.

Apesar das dificuldades para se obterem registros precisos sobre a quantidade de ciganos mortos nesse período, e também pela ausência de testemunhas, estimam-se que, nos anos em que a Europa esteve sob o domínio de Hitler tenham sido mortos em torno de meio milhão de ciganos. Os que conseguiram sobreviver adquiriram inúmeras seqüelas para o resto de suas vidas.

Ao final da Segunda Guerra Mundial os ciganos estavam espalhados por toda Europa. As fugas e as deportações foram as principais responsáveis por esses deslocamentos. O fim da Guerra e o fechamento e destruição dos campos de concentração e extermínio não proporcionaram nenhuma transformação na vida dos ciganos. Os sobreviventes foram largados ao desamparo. Famílias inteiras haviam sido transferidas de seu país, como no caso dos “Sintí”, que, ao retornarem, eram vistos com preconceito e desconfiança por seu próprio grupo étnico.

Nos anos cinquenta, alguns grupos ciganos tentaram voltar a seus locais de origem. Outros abandonavam a zona rural indo para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida na indústria ou na construção civil. Nesse mesmo período, um grupo numeroso de “Roms” que havia sido deportado para a União Soviética retornou para a Polônia e encontrou muitas dificuldades ao se relacionarem com os “Rom” que permaneceram, por não aceitarem algumas alterações realizadas no código de contaminação.

A contaminação dentro da cultura cigana diz respeito tanto às relações interculturais, que podem provocar alterações na cultura de origem, como também de um conjunto de normas que eles observam quanto à manipulação de objetos de higiene e utensílios domésticos. Em relação a isso, pudemos observar, durante a realização da pesquisa de campo, que os grupos tradicionais são os que ainda preservam os costumes conforme as normas de “contaminação”. Acreditamos que, por tratar-se de algo bastante complexo, alguns grupos tenham feito a opção por uma vida mais prática. Alguns ciganos com os quais conversamos sobre essa questão criticam os grupos tradicionalistas, chamando-os de “atrasados”.

Nos anos sessenta teve início outro grande fluxo migratório cigano. Desta vez, a rota escolhida foi dos Bálcãs até o Ocidente. O ponto de partida foi da Iugoslávia, e os destinos foram: Itália, França, Países Baixos, Alemanha e Áustria. Esse novo processo migratório não era realizado apenas pelos ciganos, outros grupos, de diferentes línguas e tribos, também fizeram parte desse momento. A busca constante pela sobrevivência, dificultada pelo analfabetismo e pelo uso de

dialetos, fazia com que os ciganos encontrassem muitas dificuldades. Cada país procurava, à sua maneira, encontrar soluções para a questão cigana. Sobre esse período, Fraser (2005) enfatiza, que esse processo migratório desencadeou algumas alterações, tanto na estrutura social e política dos países como também na organização social cigana. Algumas dessas modificações, foi o deslocamento da ênfase do grupo para a família nuclear e o enfraquecimento das lideranças, a partir da assimilação que eles estavam fazendo dos modelos ocidentais de competitividade.

3 O INÍCIO DA LONGA ESTRADA EM DIREÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Nós, ciganos só temos uma religião: a liberdade.
 Em troca dela renunciamos à riqueza, ao poder, à ciência e a sua glória.
Vivemos cada dia como se fosse o último.
Quando se morre, se deixa tudo: um miserável carroção ou um grande império.
E nós cremos que naquele momento é muito melhor ter sido ciganos do que reis.
Não pensamos na morte. Não a tememos, eis tudo.
O nosso segredo está em gozar a cada dia as pequenas coisas
Que a vida nos oferece e que os outros homens não sabem apreciar;
Uma manhã de sol, um banho em uma nascente,
O olhar de alguém que nos ama.
É difícil entender estas coisas, eu sei. Cigano se nasce.
Gostamos de caminhar sob as estrelas
Contam-se coisas estranhas sobre os ciganos.
Dizem que lêem o futuro nas estrelas e que possuem o filtro do amor.
As pessoas não crêem nas coisas que não sabem explicar.
Nós, ao contrário, não procuramos explicar coisas nas quais cremos.
Nossa vida é simples, primitiva.
Basta-nos ter o céu por telhado,
Um fogo para nos aquecer e as nossas canções quando estamos tristes.

Vittorio Mauer Pasquale/cigano Spatzo

No período pós-guerra uma parte da Europa passou a ser dirigida pelo regime comunista, que tinha como propósito oferecer melhores condições de vida para seus cidadãos, inclusive para as minorias étnicas.

A União Soviética, que nos anos anteriores à Segunda Guerra já havia iniciado alguns avanços na garantia de direitos à população cigana, retrocedeu, no pós-guerra, passando a declarar ilegal, o nomadismo. Ainda com relação a direitos, a Polônia foi o primeiro país do bloco comunista a tentar de fato integrar os ciganos,

oferecendo-lhes moradia, trabalho e facultando livre acesso das crianças ciganas à escola. Para os adultos, foram organizadas “oficinas cooperativas”, idealizadas a partir das próprias vocações e habilidades dos participantes e de suas atividades tradicionais. A existência de numerosa população nômade comprometia o bom andamento dos projetos. Dessa forma, no ano de 1964 a Polônia adotou algumas medidas na tentativa de frear as constantes migrações ciganas.

A Hungria, em 1958 instituiu um comitê consultivo cigano que foi desarticulado em 1960, após a conclusão de que os ciganos não constituíam uma minoria étnica nacional. Nos anos seguintes, foram fundadas outras instituições, com o objetivo de reiniciar o diálogo com o governo.

A Tchecoslováquia, em primeiro lugar, pretendia oferecer moradia, emprego e escola, a fim de forçar a assimilação dos ciganos. Em 1958, todas as crianças ciganas deveriam estar na escola, as famílias deveriam estar assentadas, e às que não estivessem lhes seria negado trabalho. Quanto aos nômades, teriam seus carros queimados, seus animais mortos e suas casas incendiadas, o que de fato aconteceu. Tais acontecimentos surtiram o efeito desejado, pois a população nômade praticamente desapareceu. Quem não se submeteu passou a ser ignorado pelas autoridades.

Na Romênia, os ciganos não eram nem mesmo reconhecidos como minoria étnica. Somente nos anos setenta o governo, percebendo o forte interesse destes pelo trabalho assalariado, na indústria e nas cooperativas, resolveu desenvolver um processo de sedentarização sem, no entanto, reconhecê-los. Os ciganos também foram obrigados a conviver em guetos urbanos ou em zonas rurais, ambos em condições deploráveis.

A Bulgária, por sua vez, levou trinta anos no processo de assimilação dos ciganos. Durante esse período, várias medidas foram tomadas, dentre elas a proibição da realização de viagens, a obrigatoriedade de ingresso no trabalho formal, o desmonte dos bairros ciganos, a obrigatoriedade do ensino técnico para os jovens, a proibição de publicações como periódicos e jornais, a substituição dos nomes de origem turca por eslavos, a eliminação do termo “cigano” de documentos e registros, e, por fim, a proibição do exercício de atividades musicais do folclore turco ou de outra nacionalidade estrangeira. Apesar de lhes terem sido impostas uma série de proibições, a vida dos ciganos na Bulgária, devido aos favoráveis

aspectos econômicos, os levou a um processo de adaptação ao estilo de vida búlgara.

O fato de a Iugoslávia ter se constituído no país onde vivia o maior contingente de ciganos do Leste Europeu, exigiu que as autoridades locais passassem a elaborar políticas multiculturais, iniciando por conceder aos ciganos o status de minoria étnica e reconhecendo sua nacionalidade. O termo “cigan”, carregado de intencionalidade racista, foi substituído por “Rom” principalmente por iniciativa da mídia, que passou a produzir programas falados em “Romaní”, que, a partir de 1983 também foi implantado em várias escolas primárias.

A dificuldade de assiduidade à escola se tornou um elemento dificultador para o aprendizado dos ciganos. Muitos deles, entretanto, conseguiram concluir seus estudos e se tornaram profissionais liberais. Outros, optaram por realizar trabalhos esporádicos, e muitos seguiram os passos de seus antepassados, praticando as mesmas atividades destes tais como: a fabricação de artefatos de cobre ou de ferro, a leitura do futuro ou a simples mendicância. Mais recentemente, alguns trocaram as tendas por furgões e vivem nos subúrbios dos grandes centros urbanos comercializando objetos novos e usados.

Na Europa Central, a mudança da legislação acerca da etnia cigana, aconteceu de maneira distinta das demais regiões. As principais preocupações giravam em torno de questões como moradia, emprego, educação e controle sanitário. Cada país, instituía suas prioridades a partir das demandas emergentes, mas, de modo geral, a moradia era sempre um elemento chave, em virtude das limitações territoriais às quais está sujeita a Europa. Assentar grandes contingentes, portanto, é sempre um problema complexo. As questões sanitárias, por sua vez, se apresentavam de fácil resolução.

O que de fato se configurou como um grande desafio, entretanto, foi a educação. Aconteceram tentativas por iniciativas de vários segmentos: governo, ONGs, voluntários e iniciativa privada. Todos envidaram esforços no intuito de contribuir para a inclusão cigana em espaços educacionais. Mesmo assim, muitos não lograram êxito, principalmente, por causa da prática do nomadismo, que dificultava a assiduidade das crianças às aulas, criando com isso um déficit de conteúdo. Esse fato, desencadeava constantes protestos por parte da comunidade dos não-ciganos, que os acusavam de tirarem vagas públicas dos que tinham melhores condições de acompanharem os conteúdos. Outro aspecto significativo da

relação dos ciganos com a escola eram os conflitos, gerados por uma atitude de constante desconfiança e preconceito, contra as crianças ciganas.

Se observarmos os elementos apontados como dificultadores do acesso e da permanência das crianças e dos jovens ciganos a escola, vamos identificar que nos dias atuais eles são os mesmos. Essa constatação nos remete a diferentes questionamentos, por exemplo: seriam os elementos culturais os responsáveis pela permanente precariedade da relação dos ciganos com a escola? ou desde muito tempo as políticas públicas não conseguem, ou não se interessam de fato por essa questão?

No cenário internacional, as discussões sobre as questões ciganas resultavam freqüentemente em inúmeras sugestões e opiniões que, ao serem colocadas em prática, apresentavam sérias limitações e impossibilidades. Os Ministros, a Assembléia e alguns órgãos do Conselho Europeu, que representavam a maior parte dos países não-comunistas, elaboraram algumas “soluções e recomendações” que demonstravam suas insatisfações quanto a situação de discriminação e desamparo em que se encontravam os ciganos. Nesse sentido eles sugeriam que medidas reparadoras fossem efetivadas. A forma como vinham sendo tratadas as populações ciganas e a ineficiência de políticas sociais chamou a atenção da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, que, a partir de 1977, começou a dedicar mais atenção a essa causa.

A Comunidade Européia iniciou, no ano de 1984, um trabalho pela necessidade de inclusão dos ciganos, principalmente no que diz respeito à educação. Em maio de 1989, o Conselho de Ministros Europeu, emitiu um comunicado, alertando sobre a necessidade de se realizar um esforço global removendo os principais obstáculos, para que as crianças ciganas nômades tivessem acesso à escola. E ainda, para que, a educação tivesse como pressuposto o respeito às diferenças culturais e que, as aulas, fossem ministradas por profissionais devidamente preparados. Apesar das recomendações do Conselho, a tarefa não se apresentava tão fácil, pois dos quase meio milhão de crianças, a metade nunca havia ido à escola, e, da outra metade, somente trinta a quarenta por cento ia com certa assiduidade.

No caso dos adultos, a situação era ainda mais grave, tendo em vista que em torno de cinquenta por cento deles eram analfabetos. No ano de 1990, durante a reunião do Congresso de Segurança e Cooperação na Europa, foi assinado um

tratado em que trinta e quatro governos de países europeus se comprometiam em garantir direitos fundamentais às minorias étnicas, condenando qualquer tipo de atos discriminatórios. Apesar da boa intenção dos governos em repararem injustiças e perseguições, a sociedade europeia não se sensibilizou.

Com a derrubada do comunismo, o Leste Europeu entrou em uma grave crise econômica. As populações da Hungria, da Bulgária, da Romênia, da Tchecoslováquia e da Polônia passaram a responsabilizar os ciganos por suas dificuldades e começaram a promover uma série de ataques a esses grupos. Sobre esse período, José Marin³¹ observa, que, os ciganos por não possuírem capacidade de organização e representação política e pela ausência de mediadores, (ao desaparecer completamente o Estado autoritário, controlador e paternalista, a antiga União Soviética) eles se viram sem nenhuma condição de fazer valer seus direitos. Dessa forma, alguns se renderam aos processos de assimilação e integração, outros caíram numa situação de delinqüência e marginalidade. Os que resolveram resistir, optaram pela imigração, tendo sido a Alemanha o primeiro destino escolhido. Posteriormente eles se deslocaram até a França, onde conseguiram instituir espaços de resistência e sobrevivência.

De 1990 a 1993, os ciganos, particularmente os do Leste Europeu e da Alemanha, foram vítimas freqüentes de perseguições por parte de policiais e da população. Com o surgimento, em 1993, do Mercado Único da Comunidade Europeia, que de uma certa forma facilitava a circulação entre os países, a população cigana novamente se viu diante da possibilidade de exercer com maior liberdade o direito de ir e vir.

Somente no ano de 1994, é que a União Europeia promulgou uma Resolução que ratificava alguns aspectos já colocados pelo Conselho e reconhecia o povo Rom, como uma das mais significativas minorias étnicas da Europa (DHnet, 2007). Ainda no ano de 1994, aconteceu em Sevilha, o I Congresso Cigano da União Europeia, que teve como foco questões ligadas aos direitos sociais. Posteriormente, os ciganos realizaram quatro congressos mundiais com a presença de vários países, representados por seus delegados, em um momento em que

³¹ Entrevista do Dr. José Marin professor da Universidade de Genebra à autora em 15/11/2006, durante a realização do SEMINÁRIO INTERNACIONAL Educação intercultural movimentos sociais e sustentabilidade: **perspectivas epistemológicas e propostas metodológicas,III**, Florianópolis, 2006. Promovido pelo núcleo Mover de Pesquisas em Educação intercultural e movimentos sociais, Ced/Ufsc.

inúmeras propostas foram amplamente apresentadas e discutidas. Dentre todos os congressos, um dos mais importantes foi o Internacional Rom, que aconteceu em 1991. Nesse evento, foi elaborado um documento contendo um conjunto de orientações e estratégias políticas para os Rom, bem como para todos os viajantes.

A Europa, por ter se constituído no local para onde inicialmente os ciganos se deslocaram, é hoje o continente com maior população cigana, espalhada por grande parte de seu território e dividida em diversos clãs. Apesar disso, em momento algum, o povo cigano foi reconhecido ou identificado como patrimônio cultural. “Os ciganos sempre foram desprezados e mesmo vilipendiados pelas populações européas que atravessavam em sua marcha, as quais, por natural escrúpulo, evitavam mescla com eles” (sic) (CHINA, 1936). Ao observarmos a época em que foi feita essa afirmação, poderemos constatar que o tratamento desumano e desigual a que os ciganos estão expostos não é novo.

Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, quando centenas de ciganos foram exterminados pelo holocausto, e entidades ciganas foram criadas para lutar por seus direitos, nenhuma delas foi bem sucedida. Marin (2006) aponta que, a ausência nos registros históricos oficiais, do massacre de meio milhão de ciganos, deve-se ao fato, deles não terem possuído nenhum representante político, intelectual ou de grupos econômicos que denunciasse essa situação “trágica”. Ele ainda ressalta que, em relação ao holocausto, se os ciganos tivessem recebido de volta os bens que lhes foram confiscados e as indenizações pelos crimes cometidos contra eles, não estariam hoje na condição miserável em que se encontram.

Atualmente a Europa, tem avançado muito em suas legislações no que diz respeito ao reconhecimento de direitos fundamentais e coletivos. As questões envolvendo território³² e minorias étnicas, vêm se destacando na agenda dos Estado-nacionais em regime de urgência. Os conceitos de território têm se alargado para além da concepção geográfica. Para Gehlen e Riella (s/d), o conceito de território inclui:

A noção de patrimônio sócio-cultural, e a necessidade de mobilização dos recursos e das competências através de atribuições de responsabilidades sociais, por meio de processos participativos. A mobilização do patrimônio local induz a redinamização do território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos e dos produtos locais, como

³² Ivaldo Gehlen, professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação de Sociologia, de Desenvolvimento Rural e de Agronegócios da UFRGS. Alberto Riella, professor do Departamento de Sociologia – Universidad de la República (Uruguai), Doutor em Sociologia–UFRGS. Sociologias, 11. Porto Alegre Jan./June 2004 (www.scielo.br/scielo).

componentes do patrimônio sócio-cultural coletivo.

Como observa Melucci (2001):

Nos dias atuais até em virtude de números conflitos que vêm ocorrendo no mundo, as lutas étnico-nacionais têm recolocado, no centro das atenções, o papel da identidade étnica. É importante situar, como principal causa do aparecimento desses conflitos, a velocidade com que a “mundialização” tem se deslocado em direção às culturas na tentativa de homogeneizá-las, particularmente as culturas minoritárias.

No entanto, no que diz respeito aos ciganos europeus nos dias de hoje, Marín (2006) explica que, se trata de uma situação complexa, particularmente na Espanha, onde, “existem pais de família que tiram seus filhos da escola porque lá existem crianças Cigana”³³. Ele comenta, que, as pessoas costumam atribuir aos ciganos situações envolvendo drogas, violência e todos os problemas. Denúncia, ainda, que, os ciganos encontram-se numa condição de sobrevivência “desesperada”, e que, a situação está muito mais difícil hoje do que no passado, já que eles atualmente se encontram sob o controle da polícia, da sociedade e das fronteiras. Enfatiza ainda que a Europa está num processo de “precariedade das políticas sociais”, no qual as políticas neoliberais, estão destruindo as que foram construídas há muito tempo.

Ele coloca que, além disso, essas dificuldades estão fazendo sofrer toda a sociedade, fazendo-a, portanto, sentir a necessidade de encontrar culpados. “Assim é que se busca, através da mídia, responsabilizar os imigrantes pelo desaparecimento dos postos de trabalho e os ciganos pelo enrudecimento da violência e da degradação” (MARÍN, 2006). As sociedades multiculturais europeias, em sua concepção, possuem processos de assimilação cultural, não existindo respeito ou reconhecimento das identidades culturais, nem tampouco vontade política ou mediadores, que ajudem a elaborar programas para essa população.

3.1 DA INVISIBILIDADE À CONQUISTA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

³³ Tradução nossa.

A corrente histórico-sociológica no Brasil, tratou de todas as questões relativas á nossa formação ethnica, analysou todos os aspectos predominantes da nossa 'gens', mas deixou á margem, esquecida, pequena parte dessa 'gens', um elemento que, embora frágil, concorreu e concorre ainda donde há de surgir o typo brasileiro. Esse elemento é o cigano. (CHINA, 1936).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, não contém artigo ou inciso que trate especificamente da minoria cigana. No entanto, se “são considerados brasileiros todos os nascidos na República Federativa do Brasil” (CF, Art.12º, “a”), aos ciganos que aqui nasceram também lhes é assegurado, os mesmos direitos de qualquer cidadão brasileiro. Nesse sentido a Constituição traz as seguintes disposições:

Cap. I Art. 5º: “todos são iguais perante a lei, sem restrições de qualquer natureza garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, igualdade, à segurança e à propriedade”.

Esse artigo, no que diz respeito aos ciganos e às outras minorias étnicas, vem sendo de certa forma negligenciado. É possível constatar esse fato, nos depoimentos dos ciganos, quando interrogados sobre desigualdade, ao responderem que, “se com seus avós foi assim, e com seus pais também, com eles é que não haveria de ser diferente”³⁴. Para os ciganos, as questões como, igualdade e propriedade sempre foram de pouca importância. Na verdade, a liberdade é o que se constitui para eles em um valor inexorável, como eles próprios costumam expressar ao afirmarem que “sua liberdade não tem preço”.

Por esse motivo, é que, os ciganos não admitem a simples possibilidade de estabelecerem vínculo empregatício com quem quer que seja. No máximo, em alguns períodos, eles realizam trabalhos sazonais. Nesse sentido, o trabalho com vínculo empregatício se configura como escravidão. Na concepção deles, a pessoa ao estabelecer um contrato de trabalho, passa a ser subordinada a outra pessoa, no caso um chefe, além de ficar presa a horários, disciplina, ambientes, atividades específicas, salário, dentre outros. “Para eles a escravidão é um dogma, a disciplina um código medieval; tudo pró-sociedade”. (CHINA, 1936).

³⁴ Entrevista à autora em 20/07/2006.

No que diz respeito à propriedade, se no passado, por sua condição nômade, os ciganos não lhes atribuíam muita importância, hoje está na pauta de suas principais reivindicações. No entanto, a demanda por território, emergida a partir das atuais interlocuções de representantes ciganos com o Governo, não possui as mesmas características, por exemplo, da dos indígenas. Os ciganos por sua tradição nômade, dificilmente reivindicariam um espaço definitivo de moradia, pois, em sua concepção, “sua casa é o mundo”. O que eles gostariam, é que, em cidades com população superior a duzentas mil pessoas, fossem demarcadas algumas áreas pelas prefeituras, para que os grupos nômades pudessem permanecer por um determinado tempo. Esses locais deveriam contar com uma infra-estrutura mínima tais como: instalações sanitárias, elétricas, água, áreas coletivas de cozinha e lavanderia, além de telefone público.

Sobre territorialidade, a Constituição no mesmo Art.5º, XV, afirma que é livre a locomoção no Território Nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens, (CF, 1988). Apesar do direito constitucional de ir e vir, a violência tem se constituído num dos principais fatores de sedentarização dos ciganos. A insegurança dos acampamentos e a constante perseguição de fiscais municipais, vigilância sanitária e polícia têm sido uma ameaça a um hábito milenar que é o nomadismo.

Assim era há anos. Hoje, é o mesmo. Seus costumes persistem. Apenas mudaram de habitat. Alheios a civilização e progresso expulsaram-nos, com suas violências iníquas, mais para o fundo, além dos sertões paulistas, para Mato Grosso, para Goiás, para Minas. Repetiu-se e repeti-se ainda, o crime que os afugentou, nos tempos da escravidão, do jugo lusitano, fugiram dos índios, de medo das cadeias pós-coloniais os autóctones para os confins dos sertões (sic). (CHINA, 1936).

Como é possível constatar no relato acima, os ciganos de longa data abominavam e temiam a violência, contradizendo assim aqueles que os classificam de arruaceiros, brigalhões, marginais, ladrões de cavalos e criancinhas.

Não se pode dizer que a origem é esta ou aquela, uma única coisa. São vários fatores: primeiro é o nomadismo, o modo de vida ser diferente, seria a barganha, o comércio. Essa discriminação gerou-se porque nós infelizmente fomos rotulados pela sociedade branca que não admitia que nós somos um povo livre e tivesse nossa própria cultura. Isso eu falo nos termos da época do Brasil Colonial e Imperial. (...) Dizem que os ciganos roubavam crianças. Existem controvérsias sobre isso. (...) Naquela época de 1500, 1600, 1700, onde as moças da sociedade se perdiam, então havia

aquele problema. Então era mandada para Europa para estudarem piano num convento, esperando que a criança nascesse, e as freiras davam essas crianças aos nômades que passavam. Daí via-se em alguns acampamentos, ciganas loiras de olhos azuis. (...) Daí criaram as controvérsias, esses mal entendidos. (VAZ, 2005).

Os ciganos, estão expostos às expressões de violência, tanto quanto, outra pessoa qualquer. Nesse sentido é interessante observar que, quando eles se reportam às questões de violência, eles dificilmente demonstram alguma preocupação com a perda de bens materiais. O receio deles está circunscrito à sua segurança pessoal e principalmente a de seus familiares. Ao comentarem sobre a insegurança da vida em barracas, os ciganos que participaram da pesquisa fazem o seguinte depoimento: “o que nos salva é que a maioria dos ladrões tem medo de cigano, mal sabem eles que nós é que morremos de medo deles”³⁵.

Nesse sentido, Curitiba (PR) é a primeira cidade brasileira a designar uma área devidamente estruturada para o acampamento provisório de caravanas ciganas de passagem por essa Cidade. Normalmente, o que ocorre é que os grupos ciganos, a fim de garantirem sua segurança, ao chegarem em um local novo, alugam um terreno, ficando, dessa forma, além de um pouco mais resguardados, livres dos incômodos causados pelos órgãos de fiscalização e repressão. Quando se trata de ciganos com situação financeira precária, as dificuldades se tornam ainda maiores, pois, além de terem que lidar com a insegurança, na maioria das vezes ficam sem água, sem luz e sem ter onde realizarem suas necessidades fisiológicas. Em alguns lugares, conseguem negociar com os moradores a compra de água, e muitas vezes até de energia.

O Art.5º XLI, também coloca que a lei punirá qualquer discriminação aleatória dos direitos e liberdades fundamentais (CF, 1988). Os ciganos, como já mencionado, naturalizaram o tipo de tratamento que as sociedades não-ciganas têm, ao longo do tempo, dispensado a eles. Alguns poucos demonstram, em seus depoimentos, que reconhecem esses direitos por terem nascido no Brasil e por pagarem impostos em produtos que utilizam ou consomem. Para eles, no entanto, a luta pela sobrevivência é o que existe de fundamental e que por possuírem um trabalho autônomo, o tempo torna-se um elemento valiosíssimo. Qualquer outra demanda que possa lhes subtrair tempo é considerada sem importância. Ao longo

³⁵ Entrevista à autora em 15/10/2006.

de sua existência, eles se estruturaram de tal forma que os rumores do mundo à sua volta não têm a menor ressonância em suas vidas.

Durante a realização da pesquisa, em momento algum presenciamos conversas sobre fatos de outro cotidiano que não fosse o deles. Para a sociedade não-cigana, isso pode parecer estranho, mas, para alguns estudiosos, talvez tenha sido essa uma de suas formas de preservação. Os ciganos possuem bastante dificuldade de se inserirem em estruturas sociais normativas. Em virtude do nomadismo, eles têm acesso a diferentes contextos sociais, organizados dentro de princípios e regras bem estabelecidos e determinados. Como os grupos ciganos também possuem suas próprias normas e condutas internas, eles simplesmente observam algumas regras mais gerais, das sociedades com as quais convivem.

A esse respeito, Marin (2006) observa que, “pela própria necessidade de preservação é que eles se tornam refratários a qualquer tipo de tutela ou de utilização de sua cultura por interesses políticos ou econômicos”. Apesar de respeitarem e se adequarem às leis das sociedades onde vivem ou passam, eles internamente dispõem de um outro tipo de organização.

Devido a essa dificuldade, não somente do povo cigano, mas também de outras minorias étnicas, foi que a Constituição Federal atribuiu ao Ministério Público a incumbência de promover, a princípio, a defesa dos povos indígenas (CF, art 232), e, posteriormente, com a instituição da Lei complementar n 75 de 20 de maio de 1993, ampliou essa medida às minorias étnicas (Art.6 VII, “c”).

Em abril de 1994 foi criada a Câmara de Coordenação e Revisão dos Direitos das Comunidades Indígenas e Minorias Ciganas (DHNET, 2007). Apesar dos dispositivos acima mencionados, nesse período as políticas públicas brasileiras pouco avançaram para a concretização de direitos.

Somente em 2006 o Ministério da Cultura, ao criar a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC), que tem por atribuição promover o diálogo e o debate com diferentes segmentos representativos da diversidade cultural brasileira, deu início a um processo de interlocução com diversos grupos que constituem o patrimônio cultural do Brasil, dentre eles os ciganos. Nesse sentido, foi instituída a Portaria Ministerial n 2 de 17/01/ 2006, que criou alguns grupos de trabalho para pensar e construir políticas para essas minorias. Um desses grupos é o GT Cigano, composto por alguns representantes ciganos, pesquisadores, estudiosos, além de representantes

governamentais. Outra medida adotada pelo MinC, foi a instituição do dia 24 de maio como Dia Nacional do Cigano. O dia 24 de Maio é o dia consagrado em todo o mundo pelos ciganos à Santa Sara. Segundo a lenda mais aceita pelos ciganos, trata-se de uma escrava de cor parda que desembarcou em Camarque na França, acompanhando as três Marias: Madalena, Jacobé e Salomé desde a Palestina em sua viagem mitológica (MORAES, 1886, p. 51). O decreto foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006, em reconhecimento à importância da etnia cigana no processo de formação do patrimônio histórico e cultural do Brasil.

Além disso, os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, desde 2004 passaram a desenvolver ações visando à elaboração de uma política nacional voltada para o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais brasileiras, dentre elas as ciganas. A publicação do Decreto de 27 de dezembro de 2004 criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. Composta inicialmente por representantes de sete órgãos da administração pública federal, essa Comissão tem por atribuição estabelecer uma política nacional de desenvolvimento sustentável para essas comunidades (MMA, 2007). Essa política deverá ser elaborada a partir do reconhecimento, do fortalecimento e da garantia de direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos, religiosos e culturais, além do respeito e valorização da identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Nesse sentido, em 2006, foi lançado oficialmente o dia Nacional do Cigano. Publicado no Diário Oficial de 26 de maio de 2006, o decreto entrou em vigor no ato de sua publicação. Durante a solenidade de lançamento, ocorrida no dia 24 de maio de 2006, o secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Sérgio Mamberti, anunciou que o Brasil terá o primeiro diagnóstico sociocultural sobre os povos tradicionais e minorias étnicas. Referindo-se aos ciganos, ele explicou que é do interesse do Governo conhecer aspectos relativos “aos saberes, fazeres e modos de vida dos povos ciganos”. Ainda sobre isso, ele ressaltou que o censo não visará somente à obtenção de dados quantitativos, e que o protocolo de cooperação para realização de censo será firmado ainda em 2007.

Sobre o número de ciganos no Brasil, o que existe hoje são somente estimativas. A dificuldade de definição do número exato de ciganos no País, se deve, ao modelo de censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística-IBGE, que possui em sua pesquisa sobre os tipos de população classificados ainda, como raça³⁶. Segundo os critérios do IBGE, “o quesito é denominado de” cor ou raça “e não apenas de” cor “ou apenas de” raça “, porque as categorias que englobam podem ser entendidas pelo entrevistado de forma bastante diversa” (INEP, 2005). Dessa forma, a identificação étnica fica submetida à classificação por raça indicada na cor de sua pele a saber: preta, parda, branca ou amarela.

Segundo estimativa da Associação de Preservação da Cultura Cigana-APRECI, uma das entidades representantes dos ciganos, com sede em Curitiba (PR), os ciganos brasileiros chegam a 1 milhão, dos quais 600 mil vivem sem residência fixa (Pnud, 2007). Já os dados da Pastoral dos Nômades do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), indicam que cerca de 800 mil ciganos vivem no País. Esses indicadores, mesmo que não seja consenso, apresentam um número significativo dessa população. E que por descaso ou negligência vem sendo subtraída de um conjunto de direitos.

A referida solenidade foi realizada no Ministério da Justiça e contou com a presença de aproximadamente 80 representantes da etnia cigana. Na mesma ocasião aconteceu também: a entrega do relatório de atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas, do Ministério da Cultura. O GT cigano, foi criado por meio da Portaria n 2, de 17 de janeiro de 2006. O grupo é responsável pela indicação de políticas públicas para a cultura cigana, capazes de promover a inclusão sociocultural, visando à integração, visibilidade e acessibilidade das atividades e dos produtos artístico-culturais dessa etnia. Esse trabalho é desenvolvido sempre em parceria com os povos ciganos, e culminará na criação de relatórios finais contendo propostas de diretrizes e ações de políticas públicas.

Foi proposto também, a realização de Oficinas de Capacitação em Projetos Socioculturais, destinadas a agentes e lideranças de comunidades ciganas de todo o país. As oficinas serão preparadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial Cigano (GTI). As oficinas têm como objetivos: propiciar informações técnicas referentes aos formulários de acesso às linhas de fomento do MinC e outros; possibilitar o exercício de acesso à Internet; estimular o registro e outras formas de fortalecimento das expressões da cultura material e imaterial das etnias ciganas

³⁶ Informação obtida pela autora, por telefone, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE/Florianópolis/SC.

brasileiras; trocar experiências relacionadas a projetos de fortalecimento e fomento das culturas desses segmentos.

No Brasil, os ciganos enfrentam muitos problemas relativos a preconceito. Também se defrontam com obstáculos de acessibilidade a documentos de identificação civil obrigatórios, à saúde pública, ao ensino e à permanência na escola. Além disso, existem as dificuldades no que diz respeito à inclusão social e cultural e à preservação das tradições, e das práticas culturais.

Na mesma ocasião, foi assinado um termo de compromisso com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), para o levantamento do patrimônio cultural e imaterial cigano. Também houve o lançamento da Cartilha de Direitos da Cidadania Cigana, elaborada pela Secretaria de Direitos Humanos (Sedh), e do selo e carimbo alusivos à data, pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT); houve o lançamento do calendário cigano, e por último foi divulgado ainda que será lançado o primeiro prêmio Culturas Ciganas. Seria a primeira vez na história brasileira, que um concurso dessa natureza se realizaria.

Todas essas medidas, por serem muito recentes, ainda não permitem que vislumbremos quais serão suas possíveis repercussões, tanto no contexto cigano, quanto na sociedade não-cigana. Durante a realização da pesquisa, conseguimos identificar a dificuldade que os ciganos têm em relação a outros contextos sociais e políticos, que se diferenciem daquilo que eles possuem como referência. Quando mencionávamos a participação de alguns representantes ciganos nas discussões com o Governo e outras minorias étnicas, o que observávamos, era que, eles não reconhecem essas pessoas como seus representantes, colocando muitas vezes em dúvida a lisura de tal representação.

Um ponto importante dentro das mediações do governo brasileiro com os representantes ciganos, foi a proposta de produzir materiais informativos sobre programas sociais, aos quais os ciganos têm direito, dentre eles: cursos profissionalizantes, estímulo à formação de cooperativas e principalmente a implantação de programas de alfabetização e escolarização infantil e adulta.

A questão da escolarização é um ponto nevrálgico em relação às culturas ciganas. Para um determinado grupo de autores e pesquisadores, a dificuldade de acesso e permanência dos ciganos na escola se deve em parte: pela falta de preparo das instituições escolares; currículos elaborados a partir de uma concepção monocultural; despreparo dos professores em lidarem com as diferenças (Cortêsão

(1999); Susi (2006); Falteri (1998); Marin (2006) e Santos (1997)). Por outro lado, existe por parte de alguns profissionais da educação, certa unanimidade, fruto da identidade atribuída, de que, “cigano é preguiçoso”, “vagabundo” e que “não quer nada com a escola”. Ainda existem aqueles que acreditam que a escola, atende às necessidades dos ciganos. Que o que eles realmente precisam é que, durante sua curta permanência nela, eles e sua cultura sejam respeitados (FERREIRA, 2003).

Para os representantes ciganos brasileiros, que atualmente participam da elaboração de propostas para as políticas públicas, Cláudio Domingos Iovanovitchi (PR) e Mírian Stanescon Batuli (SP), a importância do acesso dos ciganos aos espaços e processos educacionais é muito importante. A dificuldade surge, quando se inicia uma discussão, sem que a mesma seja legitimada pelas vozes dos próprios sujeitos envolvidos. Nesse sentido, é indispensável que se conheça em primeiro lugar, quais são as concepções dos diferentes grupos ciganos sobre educação, e quais os significados que eles atribuem à escola, particularmente quando posta em relação com a educação intra-étnica.

Foi buscando conhecer e refletir um pouco sobre esses aspectos, que buscamos, através das falas dos sujeitos e da mediação de alguns autores, realizar o estudo de caso que apresentaremos no capítulo seguinte.

4 PROCESSOS EDUCATIVOS DE UMA FAMÍLIA CIGANA



Foto 2: Família Ivanovichi em confraternização.
Fonte: Dados do autor.

*E não é pequeno, desgraçadamente, o número desses infelizes nômades que, ao Deus dará, mercê da esmola e do roubo, cruzam os nossos sertões. São aos milhares.
E qual a causa disto?
– As falhas de nossa educação.³⁷*

³⁷ Augusto de Oliveira e Sousa escreveu sobre os ciganos o artigo intitulado “Questões Sociais”, tendo por subtítulo “Os ciganos Brasileiros”, publicado na seção “Debates e pesquisas”, do n. 63 da “Revista do Brasil”, de março de 1921. (nota do autor).

A família Ivanovichi: a residência da família Ivanovichi está situada no bairro Pagani, localizado no município de Palhoça³⁸. A área em que residem faz parte de um condomínio de casas de classe média que conta com uma boa infra-estrutura: possui água, luz, saneamento básico, transporte coletivo, telefones públicos e pavimentação.

O primeiro contato com essa família foi muito espontâneo. Na ocasião fomos recebidas por Rosa, a quem falamos sobre a pesquisa que pretendíamos realizar. Ela disse-nos que sua família se sentiria muito honrada em poder contribuir com o estudo, pois iríamos escrever sobre eles e seu povo.

A família de Rosa é composta por seis pessoas: Fábio, o esposo; Eduardo, o filho de 17 anos; Milena, de 12; e as gêmeas Estela e Estefani, de 3 anos. Rosa nasceu em Brusque, é filha de pai cigano, falecido, de descendência italiana, e de mãe brasileira. Sua pele é morena, os olhos, profundos, castanho-escuro. Os cabelos são longos, como os de todas as ciganas, e sua forma de vestir, apesar de só usar saias, difere um pouco das ciganas tradicionais que costumam usar roupas muito coloridas e saias rodadas. Fábio é filho de pai cigano argentino, de descendência italiana, sua mãe é nascida em Urussanga (SC) e possui descendência italiana.



³⁸ O município de Palhoça localiza-se a 15 km de Florianópolis, entre o litoral e a Serra do Mar. Sua população estimada em 2006 é de 128.102.hab. Possui área territorial de 395km². Palhoça tem sua formação étnica composta basicamente por povos de origem portuguesa, açoriana, italiana e alemã.

Foto 3: Rosa e suas filhas gêmeas, Estela e Estefani.
Fonte: Arquivo da autora ano 2007.

Essa miscigenação dos ciganos com pessoas não-ciganas é um fenômeno muito observado no Brasil. Sobre isso, Rosa comenta que é cada vez mais comum o cigano homem casar com mulheres que não são ciganas, ou seja, “brasileiras”. Os ciganos desse grupo, chamam de “brasileiras” todas as pessoas não-ciganas, bem como aos ciganos que não são “puros”, ou seja, não possuem descendência de pai e mãe ciganos.

Esse fato evidencia questões de gênero quando, ao homem cigano é permitido o casamento com mulher não-cigana, enquanto que para as mulheres há um interdito nesse sentido. Ao questioná-los sobre a razão disso, eles justificavam dizendo que é mais fácil uma mulher não-cigana adaptar-se aos costumes deles e submeter-se ao esposo e conseqüentemente aos sogros do que o homem. Segundo eles, o homem deve ser o “cabeça” da família. Portanto, seria mais difícil para o homem, adaptar-se aos costumes e tradições da esposa do que o contrário.

Ao longo da pesquisa, só tivemos oportunidade de conhecer um homem, um dentista, descendente de italianos, e que vive em Itajaí, que não sendo cigano casou-se com uma cigana e foi “aceito” pela comunidade. Ele narrou-nos todos os obstáculos que enfrentou até concretizar seu objetivo. Hoje ele se diz plenamente adaptado aos hábitos culturais da esposa. Mas reconhece que, apesar de passado tantos anos, os ciganos não o consideram como um deles. Podemos constatar essa colocação quando, durante um dia inteiro de festa na qual estivemos presentes, observamos que ele ficou praticamente isolado, salvo alguns momentos em que seu filho ou sua esposa se dirigia a ele.

Sobre essa questão, em um dos encontros com a mãe de Fábio, ela nos relatou sobre os obstáculos encontrados por ela para casar-se com um cigano. Segundo ela, tanto a sociedade de Urussanga (SC), quanto a cigana, não viram com bons olhos essa união, advindo disso grande dificuldade, principalmente preconceitos. De um lado, o grupo cigano, a que pertencia seu esposo, a via como uma “brasileira”, uma intrusa. Do outro, as pessoas de sua própria família, e da

cidade onde ela nasceu, a tratavam com indiferença e preconceito, por ela ter ido se “misturar” com ciganos.

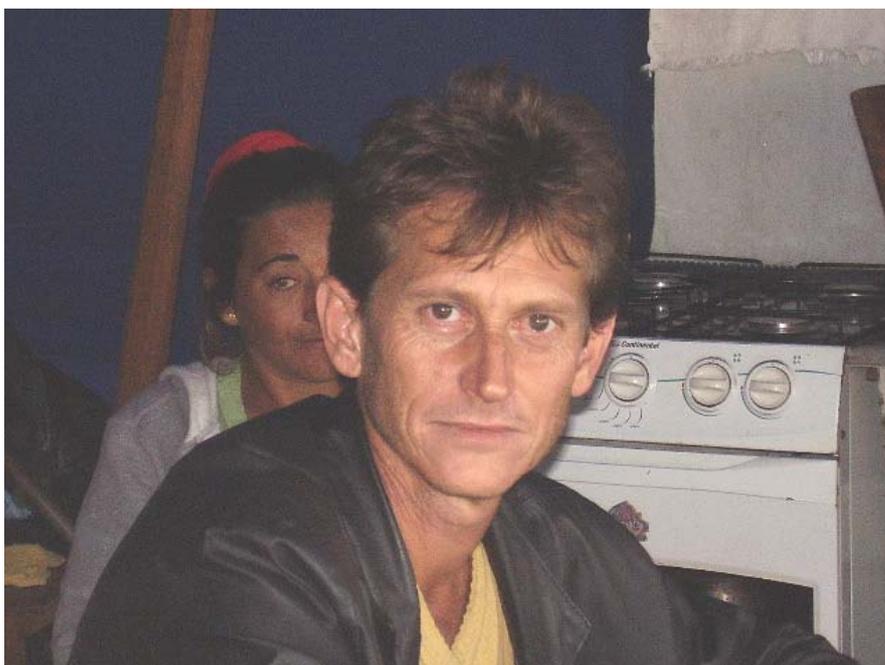


Foto 4: Fábio Ivanovichi.
Fonte: Arquivo da autora (2007).

Fábio é um homem bastante calado e discreto, está sempre preocupado com questões familiares e financeiras. Eduardo (18), o filho mais velho, é um jovem, moreno, de olhos grandes e bastante vaidoso. Freqüentou a escola, mas depois de certo tempo sua atenção voltou-se para as atividades comerciais de seu pai e tios. Sobre isso, eles são bastante enfáticos ao comentarem sobre a importância do trabalho, pois, além de garantir a sobrevivência da família, o trabalho autônomo também lhes assegura a independência dos processos que fazem parte das relações trabalhistas e que, para eles, configura-se como escravidão. Esse traço cultural, é algo tão marcante na trajetória dos ciganos que nem mesmo a Revolução Industrial foi capaz de alterá-lo.



Foto 5: Eduardo Ivanovichi (18)
Fonte: Arquivo da autora (2006).



Foto 6: Milena Ivanovichi (14)

Fonte: Arquivo da autora (2007).

Milena é a filha do meio, é branca, possui cabelos ondulados e olhos claros. Quando iniciamos a pesquisa, ela cursava o ensino fundamental e desejava tornar-se professora. A menina cigana, entretanto, é desde muito cedo preparada para o casamento. Dessa forma, sua passagem pela escola é curta. Apesar de suas intenções de continuar estudando, pouco tempo depois de iniciarmos a pesquisa, Milena foi retirada da escola pelos pais. Esse momento foi um momento que nos suscitou muitas inquietações e reflexões. Rosa, percebendo que esse fato iria de certa forma nos causar admiração, procurou ir aos poucos deixando claro que a saída de Milena da escola era algo decidido pela família, pela tradição e não por necessidade de uma cooperação maior dela em casa, como havia dito num primeiro momento.

Tentamos elaborar todas as reflexões, atentas para que nossos valores não se sobrepussem à condição de pesquisadora. Confessamos que foi o momento em que mais nos sentimos desafiadas, tentadas por uma concepção adquirida, de que os saberes de fato estão confinados nas instituições formais de educação. Essa experiência, no entanto, nos permitiu alargar o campo de leitura e apreensão de mundo, e dessa forma compreender que as culturas, metaforicamente falando, se assemelham a um labirinto. E era em meio a esse labirinto que muitas vezes nos víamos. Buscávamos saídas, respostas, algumas delas que só agora começamos a perceber e outras tantas que ao finalizarmos essa pesquisa, desapareceram juntas com o labirinto.

A família Ivanovichi, faz parte de um grupo cigano bastante numeroso, com cerca de trinta pessoas. A maioria dos que são sedentários vivem também no município de Palhoça. Um outro grupo da mesma família, de aproximadamente quarenta pessoas, reside em Piçarras e Tijucas, ambos municípios catarinenses. Essa família também possui alguns membros nômades que se locomovem pelos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Quando os conhecemos,

eles viviam em uma grande barraca, que foi motivo de alguns conflitos tanto com os moradores do condomínio quanto com a fiscalização da Prefeitura Municipal de Palhoça.

Ao comprarem o terreno de terceiros, eles não foram informados de algumas cláusulas contratuais, específicas desse tipo de condomínio, tais como: tamanho mínimo de área construída, tipo de material, padrões estéticos (grades de proteções, muros, jardins etc). Ocorreram muitas discussões, até que a família conseguisse deixar claro que, para eles, “barraca” é casa, e que não tinham, pelo menos por enquanto, nenhuma intenção de construir outro tipo de residência. Quanto aos órgãos públicos, após provarem, por meio de documentação, serem os legítimos proprietários e cumprirem com algumas exigências sanitárias, foram enfim deixados em paz. Depois de algum tempo, no final de 2006, iniciaram a construção de uma edícula, a fim de tornar possível a realização de pequenas viagens sem terem que se preocupar com segurança.

A organização social dessa família se dá com a divisão de tarefas, que segue a divisão sexual do trabalho, comum à maioria dos grupos ciganos. À mulher compete os afazeres domésticos, a leitura da mão (sorte) e, em algumas situações, a colaboração com o esposo nas vendas a domicílio. Ao homem cabe garantir o sustento da família e a sua proteção.

As atividades comerciais da família ocorrem em diferentes regiões do Estado e também se dão de forma coletiva. Um grupo de homens da mesma família se desloca para um determinado local, aluga uma casa por certo tempo, permanecendo nela até que as vendas se esgotem. Os ciganos, preferencialmente, desenvolvem atividades comerciais ligadas a vendas. Os sujeitos com os quais realizamos essa pesquisa, trabalham com a venda ambulante de roupas de cama, mesa e banho, sendo que alguns também negociam automóveis. Os meios de transporte têm se constituído em um elemento valioso para a vida nômade dos ciganos, pois, além de serem usados para os grandes deslocamentos, também representam uma moeda de troca. No passado, eles utilizavam animais que foram substituídos por carros.

Esse grupo, particularmente, evita que as mulheres saiam para ler a mão ou pedir esmolas, preferindo que elas participem das vendas a domicílio. O que não impede que nesses momentos de trabalho, elas não realizem também a leitura de mão. Essa escolha ocorre por dois motivos: o primeiro é que, com as vendas, elas

têm mais garantias de um retorno financeiro imediato. O outro é que muitos grupos de mulheres ciganas costumam freqüentar a Praça XIV. Para o grupo de Rosa, são ciganas mal-educadas, com as quais não querem ser confundidas. Isso denota certa divisão social tendo em vista que, as mulheres ciganas que freqüentam a Praça XV, em sua maioria são nômades. O grupo em questão, com o qual realizamos a pesquisa, são sedentários e de certa forma, possuem uma vida mais confortável que os demais.

Apesar do pertencimento étnico, a divisão de classes sociais dos grupos ciganos é algo bastante visível. No processo de elaboração da pesquisa, conseguimos identificar além desse aspecto, alguns outros elementos próprios das sociedades capitalistas tais como desigualdade, e individualismo. Em diferentes momentos indagamos, a pessoas do grupo pesquisado, se o fato de haverem ciganos, nas próprias imediações, com dificuldades para acamparem não os preocupavam, ao que eles respondiam que, em virtude de seus muitos afazeres não tinham como largarem tudo para cuidar da vida dos outros.

Os ciganos, apesar de todos os princípios de liberdade que os caracterizam, também estão submetidos aos imperativos do modelo econômico atual. Dessa forma, é muito presente na fala deles seus compromissos bancários, expresso na fala de Ana Lucia³⁹, quando ela diz: “Dona, é muita conta para pagar. Não dá tempo de ir ao médico, temos que trabalhar para pagarmos aos bancos” [sic].



³⁹ Entrevista à autora em 15/12/2006.

Foto 7: Família Ivanovichi assistindo um vídeo de casamento cigano.
Fonte: Arquivo pessoal de Clara de Freitas (2006)

Por estarem quase sempre em grupo, durante a realização deste trabalho foram raros os momentos em que mantivemos conversas isoladas. Eles vivem num mundo muito próprio, e mesmo na presença de alguma visita, se eles tiverem algum assunto a tratar, imediatamente começam a falar em sua língua, sem se importarem se estão interrompendo a conversa de outras pessoas. Nesse sentido, muitos foram os momentos em que isso ocorreu, levando-nos a espaços de silêncio em que tentávamos decifrar, observando as expressões faciais e os gestos, que elementos e sentimentos estariam presentes naqueles diálogos.

Esse instrumento metodológico, a observação, possibilitou ampliarmos nossa percepção para outras possibilidades de apreensão da realidade. O desenvolvimento dessa habilidade nos permite hoje identificar situações de conflito, de preocupação, de advertência e de repreensão, e, principalmente, o momento de falar e de calar, bem como o de partir. Jamais um cigano mandaria alguém embora de sua casa. Cabe à visita perceber quando está interferindo na rotina dos anfitriões.

Durante a realização das entrevistas, um dos obstáculos encontrados foi a forma como se dão as relações de gênero entre eles. As mulheres raramente estão no mesmo ambiente dos homens. A proximidade das mulheres com os maridos, ocorre nos momentos mais íntimos da convivência familiar, ou na presença de parentes de primeiro e segundo graus.

À medida que as relações com a família Ivanovichi iam se consolidando, passamos a aprofundar um pouco mais o conteúdo das conversas. Nesse sentido, propusemos à família a elaboração de uma lista contendo o que, segundo eles, seriam os elementos mais importantes de sua cultura e que eles gostariam que relatássemos na pesquisa. Essa proposta tinha como pressuposto dar voz aos sujeitos. Dessa forma, com a colaboração de Rosa, Milena e Eduardo, selecionamos o casamento; o nascimento; a morte; as promessas; as doenças; a

contaminação; as relações familiares (criança, jovem e idoso); a quiromancia (leitura de mão) e o aconselhamento (o Kriss) como elementos determinantes de sua cultura. Decidimos começar pelo casamento, por ser uma das expressões mais fortes da cultura cigana. É um rito muito apreciado pelos ciganos, e do qual eles são capazes de ficarem horas falando.

4.1 CASAMENTO CIGANO

Os casamentos ciganos são normalmente celebrados com muita festa, que podem durar de um a três dias. A união entre jovens ciganos envolve muitos aspectos, desde culturais até econômicos. Os compromissos, na maioria dos casos, são prescritos com vistas à endogamia e são acordados entre as famílias quando os filhos são ainda bastante jovens. A endogamia se caracteriza por matrimônio exclusivo entre os membros de um grupo específico de uma tribo ou povo (casta, nobreza ou outra camada), exigido por lei ou costume (MICHAELIS, 1998).

Um exemplo de endogamia, no caso da família Ivanovichí, é Rosa ser casada com Fábio, e a irmã de Fábio, por sua vez, ser casada com o irmão de Rosa. Nessa família existem outros casos semelhantes. Em relação aos casamentos entre primos em primeiro grau, nos casos desse grupo, é que não há nenhum dos filhos com deformidades ou anomalias congênitas. A deficiência física em alguma pessoa cigana é um dos únicos empecilhos para que ela se case. Para os ciganos, o celibatário não é visto com bons olhos.

A intermediação de um pedido de casamento é feita por parte do pai do pretendente, que, a princípio, demonstra o interesse de sua família em se ligar, por meio da união de seus filhos, à outra família. Esses “arranjos” entre as famílias, em nossa percepção, além de elementos culturais, também estariam presentes aspectos econômicos, o que denota a preocupação deles com a manutenção do status social intra-grupo.

A intermediação paterna como medianeira dos contratos, os usos excêntricos entre os noivos e parentes, a lealdade de revelação que

infamava, a prova sacramental do Gade⁴⁰, que assentava sobre a virgindade as bases da família nascente – imprimiam nesses pactos uma característica sem analogias nas nossas camadas populares. (MORAES, 1886).

Após a oficialização do noivado, os jovens noivos não devem ficar a sós, e raramente se falam. A família da noiva, por sua vez, trata de garantir a integridade da moça e assegurar para que ela chegue virgem ao dia do casamento. O que deverá ser demonstrado aos familiares e convidados, no dia seguinte às núpcias, por meio da exibição de mancha no lençol. Nos dias atuais, esse tipo de ritual vem sendo modificado em alguns grupos. Entretanto, a importância atribuída a virgindade, ainda é um forte elemento cultural em todos os clãs.

Se, no dia das núpcias, que normalmente ocorrem na casa dos pais do noivo, o noivo constatar que sua noiva não é mais virgem, ele pode anular o casamento e pedir a devolução do dote. Esse fato, quando ocorre, é motivo de grande vergonha para a família da noiva, que dificilmente encontrará outro pretendente em seu próprio grupo. “Se a filha não estava pura, o pai, que por instantes acariciara uma ilusão, cobria o rosto de vergonha, lamentava-se soluçando, desvendava o mistério da dor que o pungia”. (MORAIS, 1886).

Esse aspecto da cultura cigana é um dos principais responsáveis pela retirada das meninas ciganas da escola logo que elas entram na puberdade. No caso de Milena, por exemplo, Rosa foi bastante veemente quanto a isso. Ela explicou que não arriscaria deixar a filha na escola, pois poderia acontecer “algo ruim” com ela e depois, como fariam? Em conversa com alguns pesquisadores de Portugal, fomos informados que a exigência da virgindade da jovem cigana em seu país, já não se constitui em algo tão importante para as famílias. Já no grupo pesquisado, como enfatiza Rosa, chegam até mesmo a criticar o fato das jovens continuarem freqüentando a escola. Para eles, tanto a escola, quanto o caminho que leva à escola, podem se constituir em um risco para a perda da “honra” de uma jovem cigana.

Ao refletir sobre esse elemento cultural, da forma como ele ocorre no grupo investigado, e relacionando isso com a saída de Milena da escola, identificamos que de fato havia ali um obstáculo de certa forma intransponível. Como poderíamos supor que Milena, em seus doze anos, arranjaría forças e maturidade suficientes

⁴⁰ Camisa, ou homem. (nota do autor)

para confrontar-se com princípios culturais tão arraigados? Essa constatação, num primeiro momento, nos deu uma profunda sensação de impotência de inconformismo. Essas “perturbações”, no entanto, nos conduziram ao universo das culturas, e adentrar nesse espaço foi o que nos possibilitou estabelecer alguns diálogos com diferentes autores, que nos ajudaram a compreender um pouco sobre os labirintos culturais.

A ida de uma jovem cigana para outra família, devido ao casamento, significa que ela deverá desligar-se simbolicamente de sua família de nascimento e passar a fazer parte da do esposo, devendo obediência aos sogros, particularmente à sogra. Nos grupos tradicionais, o filho mais velho, ao casar-se, deve permanecer junto de seus pais, garantindo-lhes apoio e proteção na velhice. No caso de haver irmãos menores, esse dever vai passando de um por um até chegar ao mais jovem.

O dote é outra tradição: trata-se de um valor oferecido pela família do noivo à da noiva, acertado previamente por ambas as famílias. O valor do dote depende, primeiramente, das posses da família do noivo, e da idade e formosura da jovem. No caso dela já ter sido casada, o dote pode ser um pouco inferior, já que os ciganos atribuem muita importância à virgindade.

Uma outra virtude esperada de uma jovem cigana, é quanto à sua habilidade em ler a sorte, pois, para a maioria dos grupos, essa prática se constitui em um dos meios pelos quais a esposa poderá contribuir com seu esposo na manutenção da família.

A dissolução do casamento, se for pedida pelo marido, a família da noiva não é obrigada a devolver o dote. Mas se a separação for motivada por adultério por parte da esposa, ou por decisão desta, sua família deverá devolver metade ou tudo do que recebeu, e a guarda dos filhos caberá ao pai, que os educará com a ajuda de sua mãe. Por esse motivo é que um processo de separação entre ciganos, em alguns casos, pode se constituir em algo complexo, sendo necessário que, em última instância, seja convocado o conselho de anciãos (Kriss).

As festas de casamento, são sempre um motivo de orgulho e de alegria para os ciganos. Compete à família do noivo arcar com todas as despesas, o que muitas vezes pode envolver altas cifras, uma vez que, para eles, cada festa deve procurar ser melhor ou no mínimo igual à anterior. Nelas é oferecido aos convidados uma grande variedade de pratos, muitos da culinária árabe, e bastante música, pois,

para os ciganos, a música é um elemento indispensável em todas as comemorações.

É admirável como eles apreciam dançar. Independentemente da idade, costumam dançar bastante, sem, se preocuparem com passos específicos, da moda ou algo similar. O que caracteriza sua maneira de dançar é a efusividade e a alegria com que o fazem, privilegiando, assim, o sentimento e a emoção, em vez coreografia, ou gestos elaborados. O casamento, finalmente, representa para os ciganos, acima de tudo, a ligação entre as famílias, a continuidade e a preservação de sua cultura, o que significa ser a procriação o principal motivo das uniões.

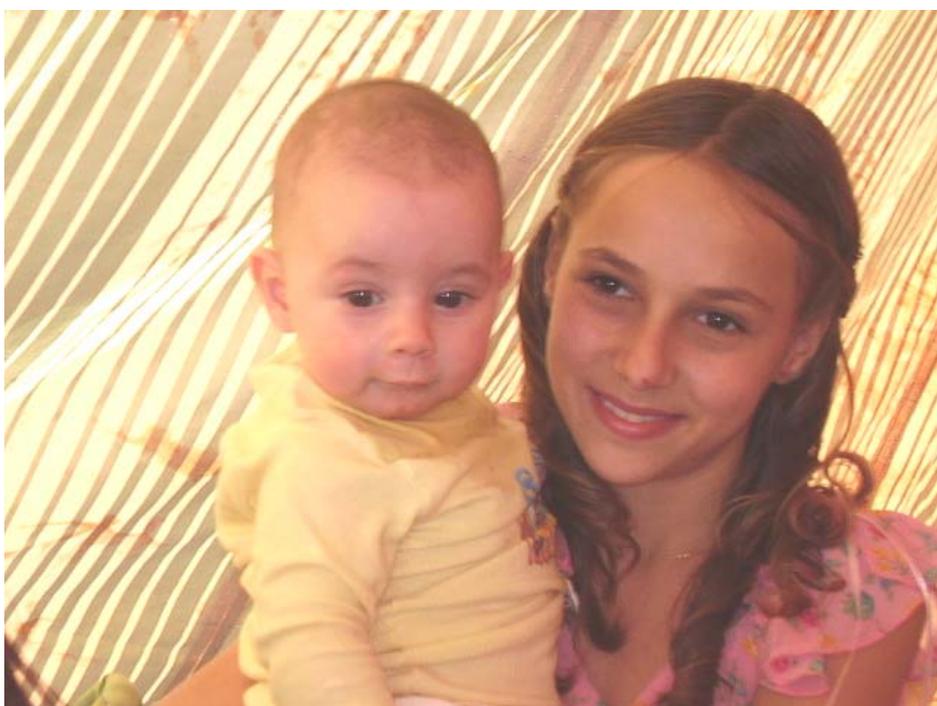


Foto 8: Jéssica e um bebê cigano.

Fonte: Arquivo da Autora (2006)

4.2 A CRIANÇA CIGANA

O nascimento de uma criança cigana é também um momento de extrema importância, pois significa que, a partir daquele momento, uma nova família se constituiu e que, mais do que nunca, se faz necessário que o jovem casal busque formas de assegurar sua subsistência e a do novo rebento. O homem cigano leva

muito a sério o sustento de sua família, “Como corolário da cerimônia nupcial, o nascimento de alguma criança revestia-se de um caráter obrigatório a deveres restritos”. (MORAES, 1886).



Foto 9: Festa de aniversário das gêmeas (Estela e Estefani), 2º bolo, em homenagem a promessa alcançada e a imagem de N. S. Aparecida, padroeira dos ciganos brasileiros.

Fonte: Arquivo da Autora (2006)

Ainda com relação aos nascimentos, existe uma prática cultural entre eles, que são as chamadas promessas. Estas ocorrem quando uma criança cigana, ao nascer, apresenta algum problema de saúde. Nesse caso é comum que a família faça uma promessa direcionada a um santo específico na intenção de sua cura. Essa promessa é lembrada a cada aniversário até certa idade definida pelos pais.

Geralmente as promessas são endereçadas à Santa Sara⁴¹, mas eles também costumam reverenciar e fazerem promessas a alguns santos padroeiros dos locais em que vivem, como é o caso dos ciganos brasileiros devotos de Nossa Senhora Aparecida.

A criança cigana é batizada na igreja católica, e a escolha dos padrinhos se constitui em algo bastante sério, em face das responsabilidades de que se reveste o apadrinhamento. As expressões de religiosidade dos ciganos na relação com as instituições religiosas de certo modo se restringem aos batismos. No caso da família Ivanovichi, de acordo com Rosa⁴², eles assistem a missas e seus filhos vão à catequese. Esse fato, contudo, não é muito aceito pelos demais ciganos.

4.3 A MULHER CIGANA

Algo de que os ciganos muito se orgulham é o fato de entre eles praticamente não haver ocorrências de violência contra mulheres, e principalmente contra crianças e idosos. Esse aspecto é ressaltado por Terezinha, que não é cigana, mas é casada com um cigano, quando ela diz que, “no meio dos ciganos não se ouvem notícias de estupros, crimes, homem batendo em mulher ou em idoso”. Para ela, “os ciganos são muito afetuosos com seus familiares”⁴³.



⁴¹ Entrevist

⁴² Entrevist

⁴³ Idem.

Foto 10: Roda de mulheres idosas ciganas.
Fonte: Arquivo da Autora (2006)

4.4 O IDOSO

O idoso, por sua vez, é como um guardião da tradição, além de detentor de um cabedal de experiências. Nesse sentido, quando adoece um idoso no grupo, os ciganos são tomados de muita preocupação e comoção, pois a perda de um deles é também “um pouco de sua história que se perde”. A reflexão sobre o valor atribuído ao idoso nessa cultura nos remeteu a questão da educação dos ciganos. O fato da tradição oral dos ciganos ser o que os constitui em um grupo étnico, confere ao idoso um status inquestionável, pois, ao invés dele representar um fim, como ocorre nas sociedades ocidentais, para os ciganos ele é a certeza da continuidade, perpetuada em seus saberes. Nesse sentido ficamos nos questionando se a inserção plena dos jovens aos processos educativos formais não abalaria de certa forma a importância do ancião nessa cultura.

4.5 O CUIDADO DA SAÚDE

As situações de doenças entre os ciganos, também apresentam aspectos bem distintos dos das culturas não-ciganas. Apesar de não atribuírem demasiada atenção à sua saúde, os ciganos são extremamente solidários quando alguém do grupo adoece, e, principalmente, quando se faz necessário ir ao hospital. A ida de um deles ao hospital, seja por que motivo for, se dará sempre em companhia de

alguém do grupo. No caso de internação, eles montam uma espécie de vigília nas proximidades, e só saem desse local quando o doente recebe alta médica.

Essa prática tem criado, conflitos e tensões com determinadas instituições hospitalares que não compreendem nem aceitam esse tipo de atitude⁴⁴. Durante a elaboração da pesquisa de campo, foi possível constatar, em alguns momentos, a importância que eles dão a essa questão, chegando até a cancelar viagens e atividades comerciais enquanto aguardavam as melhoras do enfermo. As festas ou qualquer outro tipo de comemoração também ficam suspensos até que a situação do enfermo se resolva.

Essa relação com as doenças, e, principalmente, com a morte, é algo bastante complexo no meio cigano. Se por um lado eles se preocupam com as doenças e sofrem demasiadamente com a morte de alguém, por outro, eles evitam ter contato com os objetos dessas pessoas. Para eles, os objetos pessoais são vistos com muita superstição. Dessa forma, eles não utilizam roupas ou calçados de outras pessoas, principalmente das falecidas. Quando nasce uma criança, e, principalmente, quando morre alguém do grupo, algumas peças do vestiário tanto da gestante quanto da pessoa que faleceu, são incinerados.

4.6 O CÓDIGO DE CONTAMINAÇÃO

Esses hábitos fazem parte de um tipo de código que eles chamam de “contaminação”, e que consiste primeiramente em evitar relações muito próximas com pessoas estranhas e num conjunto de orientações relativas ao seu cotidiano. Faz parte dessas orientações, por exemplo, o cuidado que as mulheres devem ter no manuseio dos utensílios domésticos e das peças de cama, mesa e banho, além do vestiário pessoal, pois, de acordo com esse código, a mulher é portadora de algumas impurezas que podem contaminar os demais membros de sua família. Esse princípio nos foi explicado por Ana Lucia da seguinte forma: sua nora, Adriana, havia colocado uma bacia com louça para ser lavada no chão, nesse

⁴⁴ Durante a realização da pesquisa pudemos confirmar esse fato por meio da fala de alguns profissionais de saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis, e Regional de São José/SC.

momento ela nos falou: “se a Adriana passar por cima da bacia, essa louça e a bacia não me servem mais, ponho tudo fora”. Ao ser questionada se, no lugar da nora, fosse um homem que passasse por cima da bacia, o que aconteceria? ela nos respondeu: “nada, não haveria problema”⁴⁵.

Os elementos apresentados, nos permitiram conhecer os principais aspectos que constituem a cultura cigana. Essas representações, no entanto, para serem aprendidas, ou para serem transmitidas, necessitam de espaços, meios e forma constituindo dessa maneira processos educativos. Esses processos, nem sempre ocorrem da maneira tradicional, ou seja, através da escrita e da leitura. Existem diferentes formas de ensino e aprendizagem como no caso dos ciganos, que por serem ágrafos, dedicam muita atenção à tradição oral de sua cultura. Essa característica, segundo alguns estudiosos, trata-se de uma escolha consciente com fins de preservação.

⁴⁵ Entrevista à autora em 15/10/2006.

5 EDUCAÇÃO CIGANA: PROCESSOS EDUCATIVOS E O PAPEL DA ESCOLA

Paulo Freire (1987), ao comentar sobre as raízes da educação, faz uma analogia entre o homem e o animal. Ele diz que, diferentemente do animal, o homem, apesar de também ser um ser inacabado, possui um atributo a mais, a consciência de sua inconclusão e, portanto, de sua historicidade. Nesse sentido, ele afirma ser a educação um processo permanente nos quais “os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo”.

Refletindo sobre as afirmações de Freire, em relação aos elementos observados no campo empírico, foi possível identificarmos nos diferentes contextos que constituem o universo cigano, alguns momentos dessa cultura onde se dão os processos educativos e como eles acontecem. Essa reflexão, também nos levou à elaboração de uma outra questão: qual seria o lugar que a escola ocupa nessa cultura, e que valor eles lhe atribuem?

Geertz (1989), ao comentar sobre a observação do comportamento, adverte que “deve-se atentar com exatidão, pois é do fluxo do comportamento – ou mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação”. Ele menciona também alguns artefatos e estados de consciência onde é possível identificar aspectos culturais intrínsecos, e que o significado deles “emerge do papel que desempenham no padrão de vida decorrente”.

Assim, iniciamos a interpretação dos contextos educacionais ciganos a partir de sua organização social, e, particularmente, da distribuição de competências no interior das famílias em seu cotidiano.

O primeiro espaço educativo observado foi a relação mãe-filho, em que cabe à mãe socializar e formar seus filhos. Para Rosseau (1999), a primeira educação é a mais importante, e que cabe incontestavelmente às mulheres.

É da mãe, portanto, que eles recebem os principais fundamentos de sua cultura e de como se conduzir no núcleo familiar e com os demais membros de seu grupo étnico. Esses princípios também deverão ser reproduzidos por ele posteriormente quando se tornar adulto. Na fase que vai de um a oito anos de idade, a criança aprende o uso da língua Romaní, que, além de se constituir em um mecanismo de defesa e preservação, também tem como pressuposto a consolidação e a reafirmação de sua identidade étnica⁴⁶.

Com a chegada da adolescência, os ciganos jovens passam a serem educados para se tornarem colaboradores, tanto da economia familiar, quanto das atividades domésticas. As moças começam, nessa fase, a serem introduzidas na arte de ler a mão. Rosa, ao comentar sobre essa fase, diz que, como essa atividade pressupõe certo tipo de contato com seres espirituais, nem toda jovem quer desenvolvê-la⁴⁷, o que não se constitui, portanto, em uma obrigatoriedade. A liberdade de escolha para praticar ou não aspectos de sua cultura, só ocorrem no caso da quiromancia, pois, em relação aos ensinamentos que visam prepará-la para o matrimônio, ela não pode eximir-se. Nesse caso ela passa por alguns estágios de aprendizagem: o primeiro ocorre quando sua mãe começa a educá-la para os afazeres domésticos, além de orientá-la sobre a obediência e o respeito aos sogros e depois ao marido. Rosa relata: “a mãe ensina a filha mulher para ser boa dona-de-casa, boa mãe e boa nora”⁴⁸.

O outro estágio ocorre depois de casada, quando a jovem deverá permanecer a maior parte do tempo em companhia de sua sogra, a fim de ser instruída por ela sobre os hábitos de sua nova família. A sogra de Rosa, ao se

46 Stuart Hall, ao falar sobre identidade, afirma que “identidades não são nunca unificadas; elas são na modernidade tardia cada vez mais fragmentadas e fraturadas; elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas identidades. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (ver HALL, 2000, p. 108).

⁴⁷ Entrevista à autora em 13/03/2007.

⁴⁸ Idem.

recordar dessa passagem em sua vida, há quarenta anos, principalmente por não ser de origem cigana, comenta: “Tive que aprender tudo com minha sogra. Era tudo novo e estranho. Tinha que acordar de madrugada para lavar e estender minhas roupas íntimas sem que os homens vissem, foi muito duro”.⁴⁹ Esse período de adaptação é bastante delicado para uma mulher cigana e, conforme o exposto, mais ainda para aquelas que não são de origem cigana, pois terão que introjetar aspectos culturais distintos dos seus.

A gravidez é acompanhada por muitas normas de como se conduzir e cuidar do bebê. Para alguns grupos ciganos mais conservadores, a gravidez deve ser disfarçada o máximo possível. Há um tipo de pudor em relação a ela. No passado, a grávida cigana em estado avançado de gestação, deveria se isolar dos demais membros de seu grupo, até o nascimento da criança.

As comadres e tias, com talismãs milagrosos, com rezas infalíveis, com figas e bentinhos que deitavam ao pescoço, apoiavam nos braços a doente, encorajando-a, soprando-lhe no rosto⁵⁰, fazendo-a recordar do quanto padecera a Virgem por seu bendito Filho, quando viera ao mundo. (MORAIS, 1886).

A chegada de um bebê está permeada também por um contexto educativo que, como coloca Lauris, propicia à mulher:

Um corpo de conhecimentos sobre a natureza do recém-nascido e suas necessidades culturais, assim como a consciência íntima das peculiaridades de seu próprio filho e das técnicas e comportamentos seus mais adequados para responder a estas, dessa forma ela adquire a gnose da maternidade. (MC.KEE 1982, p. 619 apud, FONTES, MARTINEZ e ESPINOSA, 2000).

O rito de passagem do menino se inicia aos dez anos de idade, com um processo de aprendizagem junto a seus parentes um pouco maiores, com quem aprende a realizar pequenas trocas no interior de seu grupo. Com a idade de onze a

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Soprando no rosto significava transmitir forças, aumentar a resistência. O sopro exercia no cerimonial mágico e religioso de todos os ritos um alto poder revitalizador. O homem foi criado pelo sopro de Deus. A vida mantém pelo sopro e com ele se despede. Nas malocas ameríndias, o sopro possuía os mesmos direitos misteriosos. O pajé transmitia sua benção, multiplicava a energia, adivinhava o futuro, soprando para o ar, no fumo do cigarrão de Tavari, vendo as coisas escuras que são escondidas dos olhos dos mortais. Ainda no batismo católico o sacerdote bafeja com seu hálito o rosto infantil. Manité vale dizer sopro. O soprar no rosto para sossegar, dar sono, tonificar, é uso na França do sul e na Península Ibérica.

doze anos ele começa a acompanhar o pai em suas viagens de negócios, de maneira a aprender a “malícia”, como salienta Lolita,⁵¹ ao falar sobre o que os ciganos aprendem com a vida. Essas viagens para acompanhar o pai têm sido apontadas por alguns educadores como um dos elementos responsáveis pela irregularidade com que os meninos ciganos freqüentam as aulas.

Ela ainda acrescenta que, os ciganos mais antigos costumam dizer que é com a “escola da vida” que eles aprendem a tratar as pessoas, a “conviverem” com elas. Principalmente, a desenvolver a “malícia”, que nada mais é do que, estratégias de sobrevivência, que Homi Bhabha (2003) denomina de entre-lugares, e que, o autor anuncia como sendo um lugar onde ocorre a “elaboração de estratégias de subjetivação que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade”.

Os ciganos vivem num mundo em que as sociedades estão organizadas a partir de perspectivas diferentes das suas. Dessa forma é que, eles criam e recriam continuamente os entre-lugares, que nada mais são do que espaços de mediações, dos quais é possível retirar as condições necessárias para sua sobrevivência. Para tanto é necessário ir de encontro as diferentes formas de organizações societárias, que as conheça, que as decodifique para que a partir desse processo ele consiga elaborar os meios adequados para não somente ter acesso às mesmas, mas principalmente para obter destas os meios que garantam sua subsistência e, por conseguinte a de sua cultura. Esse movimento dos ciganos em direção às sociedades não-ciganas, e as estratégias criadas a partir dessa relação, vem dotando esse povo, de uma capacidade de flexibilização e mediação extraordinária. Isso não significa que eles se permitam serem assimilados por essas culturas, como também, não os exime de sofrerem, até mesmo sem se darem conta, influências dessas mesmas sociedades.é uma pode ser constatada ao longo de sua história.

A escola, portanto, por estar estruturada na mesma lógica da sociedade não-cigana, constitui-se no local para onde os ciganos se dirigem, em busca das ferramentas com as quais mediaram suas relações com as diferentes sociedades. A relação dos ciganos com a escola tem desencadeado um amplo debate e

⁵¹ Lolita é cunhada de Rosa Ivanovichi.

resultado na produção de algumas teses, dissertações e outros tipos de produções, particularmente na Europa. Nesse sentido podemos citar os trabalhos de investigação desenvolvidos pela Dr^a Luiza Cortezão, da Faculdade de psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, e as teses de doutorado das professoras brasileiras: Dra. Ana M^a Gomes, UFMG/Br e Dra. Márcia Ondina Vieira Ferreira, UFPE-RS/Br.

A questão é complexa, na medida que a perpassam dimensões culturais, sociais, econômicas e políticas. A princípio é importante refletir sobre os motivos que levam a criança ou o jovem cigano à escola. O primeiro motivo, seria a necessidade deles aprenderem a ler, escrever e principalmente se apropriarem das operações básicas da matemática. “Costuma-se dizer que os ciganos tomam da escola aquela bagagem que lhes permite continuar vivendo como ciganos: que querem ter o domínio mínimo da leitura, da escrita e do cálculo” (FERREIRA, 2003, p. 67). A conquista desses conteúdos e habilidades representa um valioso instrumento no desenvolvimento de suas atividades comerciais.

O outro motivo, é que, com o processo de sedentarização muitos ciganos, não conseguindo prover sua subsistência e a de sua família, se inserem em determinados programas de transferência de renda, dentre eles o Bolsa Escola e o Bolsa Família, que têm como condicionalidades, a frequência das crianças à escola. O Bolsa Escola é parte do programa Escola de Todos, coordenado pelo governo federal que tem como objetivo matricular na escola todas as crianças do Brasil. Para fazer parte do Bolsa Escola a família precisa atender a alguns critérios: ter renda *per capita* (por pessoa) mensal inferior a R\$90; ter crianças em idade escolar (entre 6 e 15 anos); **garantir que estas crianças estejam freqüentando a escola.** (grifo do autor);

O Bolsa Família (PBF), é um programa de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). O referido Programa, adota algumas condicionalidades que têm por objetivo ampliar o acesso dos cidadãos aos seus direitos sociais básicos, em especial os relativos à saúde e à educação. **Em relação à Educação são os seguintes:** matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos na escola; garantir a frequência mínima de 85% das aulas a cada mês.

A escola, na concepção da maioria dos ciganos, tem como atribuição prepará-los e instrumentalizá-los para desenvolverem suas atividades mercantis. Sua permanência na escola, de maneira geral, se restringe ao ensino fundamental, o qual raramente chegam a concluir. A escola, nesse caso, não possui um valor intrínseco. Ela passa a se constituir em um simples meio de sobrevivência. Sobre esse aspecto, perguntamos a Ana Lucia sobre a importância das crianças ciganas freqüentarem a escola. Ela respondeu-nos que a escola é importante até o momento em que eles conseguem ler e contar⁵². Essa questão foi posteriormente feita a outros ciganos e a resposta era sempre a mesma.

Nesse sentido, Ferreira (2003, p. 67) observa que, “de fato, a cultura tradicional dos ciganos não necessita da escola; ao contrário, ela pode muitas vezes ser considerada uma imposição ou uma interferência em seu modo de vida”. Acrescenta que os ciganos quando ingressam na escola “passam a receber dela uma carga de informações, valores e normas muito maiores do que gostariam” (p. 67). O que vai incidir sobre as expectativas que eles apresentam de escolarização.

Cortesão (1999), ao analisar a relevância da escola na sociedade atual, observa que, “as teorias da reprodução possibilitam que se verifique que o processo de modernização inaugurou, no campo educacional, uma série de transformações que terminaram por promover a massificação do ensino”. Ainda segundo a autora, esse fenômeno tem se tornado bastante complexo na medida em que os currículos, além de serem fragmentados, são elaborados a partir de uma concepção “monocultural”, resultando naquilo que ela intitula de “daltonismo cultural”, ou seja, a falta de sensibilização, tanto da escola quanto do professor, de perceberem a heterogeneidade presente hoje nas salas de aula. Essa postura não se dá por acaso, já que a proposta neoliberal preconiza e atua na perspectiva de homogeneização da sociedade. Como enfatiza Souza Santos⁵³, “em vez do direito à diferença, a política da homogeneidade cultural impõe o direito à indiferença” (SANTOS, 1997, apud STOER e CORTEZÃO, 1999, p. 21).

A escola brasileira, não conseguiu ainda, ser pensada a partir da diversidade cultural. Poder-se-ia supor, que essa desconsideração pelas diferenças nos currículos escolares brasileiros, ocorra por um processo de fixação identitária.

⁵² Entrevista à autora em 15/10/2006.

⁵³ Boaventura de Sousa Santos é doutor em sociologia do direito pela universidade de Yale e é professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal.

O Brasil vem sendo, há muito tempo, classificado quanto a sua população, como multirracial, como se multiracialidade significasse homogeneidade. Seria o que, Oliven (1992, apud ORO e TEIXEIRA, 1999, p. 30) denomina de “uma tentativa de sugerir um ethos brasileiro que seria único e intraduzível”. O Brasil, em virtude dos diversos processos migratórios, é detentor de um riquíssimo patrimônio cultural. Constituído por um grande número de minorias étnicas. Com exceção dos indígenas, as demais minorias têm à sua disposição escolas tradicionais às quais devem adaptar-se, incluir-se para não serem excluídas. Entretanto, pelo próprio processo alienante a que são submetidos, crianças e jovens pertencente a essas minorias, tendem a abandonar o ambiente escolar, por não encontrarem nele, nenhum “atrativo”.

No caso dos ciganos jovens que participaram desta pesquisa, quando interrogados sobre o que acham da escola e como se sentiam quando a freqüentavam, foram bastante enfáticos: “a escola era muito chata”, comenta Eduardo⁵⁴. Seu primo Diego ressalta que a freqüentou, não gostou e não pretende voltar. Mesmo considerando que a fala dos adolescentes ciganos, não se diferenciam das de grande parte dos adolescentes, a ida a escola para eles, se constitui em um obstáculo para um outro tipo de aprendizagem que é a “arte de negociar”. Eles dizem que é muito mais interessante apreenderem com seus pais e tios a negociar do que “perderem tempo” na escola.

Já as meninas não consideram uma perda de tempo, mas falam dos preconceitos e desconfianças com que eram vistas na escola. Lolita, recordando o curto tempo em que freqüentou a escola quando era criança, diz que enfrentou duas dificuldades: a primeira com sua própria família, que não concordava, a outra, para ela a mais difícil, era a discriminação que sofria: “Não brincava com ninguém, pois não tinha amigos. O lanche costumava fazer com a professora, que se compadecia de mim e me convidava para ficar com ela”⁵⁵.

Ainda quanto às apreensões dos adultos sobre a ida de seus filhos à escola, ela relembra, “as famílias não queriam que seus filhos fossem à escola, os meninos, porque tinham medo que eles mudassem a forma como foram educados; as meninas, porque tinham medo que fossem estupradas e, assim, comprometessem seu futuro casamento”. Ela diz que os jovens de hoje já não

⁵⁴ Entrevista à autora em 01/06/2006.

⁵⁵ Entrevista à autora em 25/05/2007.

sofrem tanto preconceito quanto os ciganos de seu tempo. Milena concorda com a tia, mas afirma que, apesar de não ter sofrido tanto quanto ela, também se via alvo de discriminação por ser cigana. A questão do preconceito, da aceitação do “diferente”, é um elemento muito significativo na relação, tanto dos ciganos, quanto das demais minorias étnicas, com a escola.

A esse respeito, Cortesão (1999) afirma que, nem a escola, tampouco os professores, possui preparo para o enfrentamento dessas situações. Ela aponta que a questão está na forma como a escola foi concebida e de como se deu a socialização do professor que, como explica ela, “não foi preparado para lidar com a diferença sócio-cultural, cada vez mais presente nas salas de aula”. Esses professores realizam suas práticas como se o aluno fosse um “recipiente vazio” sem historicidade, sem condições de perceber a realidade a partir de si próprio. Sayad (1999), ao explicar os processos de assimilação nos contextos escolares, coloca que, “trata-se de inculcamento, em produzir o que chamamos de seres” evoluídos educáveis “ou” consertáveis “.

Dessa forma a diversidade cultural, em vez de se constituir em algo positivo, torna-se um problema, como observa Cortesão (1999), “esse professor olha para a diferença não pelo potencial que contém, mas mais pelo obstáculo que significa”. Caberia, portanto à escola, como um espaço educativo democrático e uma extensão da comunidade, construir processos educativos que permitam ao educador realizar o que Souza Santos intitula de uma “hermenêutica pluritópica”. Nesse sentido, Cortesão (1999) identifica a investigação-ação como um dos meios capazes de influenciar de forma significativa o cerne do processo educativo e que, “tratasse de descobertas que vão permitindo aceder ao conhecimento de características sócio-culturais e também idiossincráticas dos alunos e dos grupos com quem trabalha”. A partir dessa instrumentalização, educando e educador poderão, como diz Paulo Freire, através de um processo dialógico, “decodificar” o mundo, numa perspectiva denominada por Cortesão (1999) de “justiça cognitiva”, que ela explica como sendo, “a aceitação da existência de diferentes formas de explicar o mundo e de viver nele”.

A convivência entre os diferentes tem se constituído em um dos maiores desafios das sociedades contemporâneas. O acelerado processo de complexidade das sociedades passou a exigir um outro olhar sobre os processos inter-relacionais, em face do agravamento de conflitos e tensões emergidos dessas relações. A

escola, é um dos lugares no qual mais se evidenciam esses conflitos. Nesse sentido, a intercultural se apresenta, como possibilidade de se constituir em um meio, uma tentativa de amenizá-los, como enfatiza Fleuri ao colocar que,

[...] A perspectiva intercultural de educação, enfim, implica mudanças profundas na prática educativa [...] pela necessidade de oferecer oportunidades educativas a todos, respeitando e incluindo a diversidade de sujeitos e de seus pontos de vista. Pela necessidade de desenvolver processos educativos, metodologias e instrumentos pedagógicos que dêem conta da complexidade das relações humanas entre indivíduos e culturas diferentes. E pela necessidade de reinventar o papel e o processo de formação de educadores (as). (FLEURI, 1998).

De acordo com Azibeiro (apud, FLEURI, 2003), é na Declaração sobre raça e sobre preconceito racial, um documento publicado pela Unesco em 1978, que a educação intercultural passou a ser incluída nas discussões sobre educação⁵⁶.

Susi (2006), ao explicar educação intercultural e sua aplicação, identifica o espaço escolar como o terreno ideal para que ela ocorra, quando afirma:

A escola é um dos lugares mais nevrálgicos para a construção de uma interculturalidade possível: um lugar em que o novo paradigma da interdependência, com a contribuição dos saberes necessários, seja compreendido, estudado, assimilado e no qual seja possível modificar a leitura da realidade no sentido crítico e leal⁵⁷.

Apesar de identificarmos e reconhecermos todas as contribuições presentes na educação intercultural, não podemos perder de vista que estamos tratando de uma etnia que milenarmente vem se mantendo à “margem” por determinação própria, agravada e legitimada pelas discriminações e preconceitos de que é vítima. Nesse sentido Marin (2006)⁵⁸ enfatiza que, a capacidade que os ciganos adquiriram de “digerir” e “resistir” às perseguições e discriminações foi o que criou em torno deles uma barreira. Essa atitude de preservação é, no ponto de vista do autor, o responsável pela resistência das famílias ciganas a enviar seus filhos à escola.

Ferreira constata isso, em sua pesquisa realizada na Espanha intitulada: **Fabricando a desigualdade**: escola e etnia cigana. A autora observa que:

⁵⁶ Sobre interculturalidade e educação intercultural, ver Cortesão e Stoer (2001); Fleuri (1998; 2000); McLaren (1997).

⁵⁷ Trecho de trabalho apresentado durante a realização do Seminário Internacional Educação intercultural movimentos sociais e sustentabilidade em Florianópolis. Promovido pelo núcleo Mover de Pesquisas Interculturais, Ced/UFSC.

⁵⁸ Entrevista à autora durante o Seminário Internacional Educação intercultural movimentos sociais e sustentabilidade em Florianópolis. Promovido pelo núcleo Mover de Pesquisas Interculturais, Ced/UFSC.

Por conta dos conflitos étnicos presentes no mundo hoje, e diante do status marginal dos grupos ciganos, criou-se um impedimento para que ocorra um avanço na reflexão destes grupos sobre a importância da escola, fazendo com que essa escola represente nada mais do que uma simples obrigação. (FERREIRA, 1999).

Esses aspectos, por si, se constituem em um grande obstáculo às interlocuções dos ciganos com as políticas educacionais, particularmente as brasileiras, por estarem estas ainda em processo de elaboração. Trata-se de um terreno movediço e frágil, que deve ser visto com muito cuidado pela própria complexidade que o constitui.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O povo cigano é identificado na história a partir do ano de III a.C. Existem sinais que localizam sua origem no norte da Índia, mais exatamente na região do Punjab, onde hoje se encontra o Paquistão. Supostamente vindos da Índia, os ciganos, a partir do século XII, se dividiram em dois ramos: o asiático (ciganos da Palestina) e o europeu (Pérsia e Armênia), vindo posteriormente a se espalharem por toda Europa. As primeiras evidências de ciganos na pré-história foram encontrados em alguns manuscritos persas. A Pérsia, portanto, será o lugar de onde eles sairão a princípio em direção a Constantinopla e depois à Armênia. A continuidade desses deslocamentos, a relação com outras sociedades, vai exigir que os ciganos desenvolvam algumas estratégias.

Para garantirem sua sobrevivência, uma das estratégias que eles adotarão, será a aprendizagem de idiomas. Esse recurso, além de lhes possibilitar comunicarem-se, também lhes dará acesso aos elementos que faziam parte das outras culturas. Esse mecanismo, no entanto, fará com que, na medida em que os ciganos irão se relacionando com as distintas culturas, não só eles as conhecerão, como também, serão influenciados por elas. Nesse entrelaçamento, as assimilações que eles irão fazer, particularmente, das expressões religiosas cristãs, possibilitarão que, a partir do ano de 1417, eles se auto-proclamassem peregrinos e penitentes. Esse fato, irá contribuir para que eles recebam enormes benefícios tanto de autoridades, quanto da população.

Em 1430, partirão em direção ao Leste Europeu. Nessa região será em vão, a tentativa que os ciganos farão de continuarem recebendo os mesmos favores através da “velha estória”. A sobrevivência será um desafio constante em face das

dificuldades encontradas. Nos séculos XV e XVI, os ciganos ampliarão suas migrações, em direção a Europa Central. Eles começarão a serem percebidos, pela população, por seu aspecto exótico. Também irão se evidenciar, por suas habilidades artesanais e pelas artes. Esses aspectos, no entanto, não serão suficientes para livrá-los das perseguições, das discriminações e das expulsões que viriam a seguir. Será a partir daí, que teria início, inúmeros processos de assimilação, que quando infrutíferos, culminariam em medidas mais austeras, arbitrárias e cruéis.

No século XIX, teria início a Revolução Industrial. Surgida na Inglaterra, a partir da idealização de uma nova concepção de desenvolvimento econômico, irá causar profundas transformações sociais. Essas transformações imporiam, aos grupos ciganos, uma série de desafios. Seria necessário rever estratégias, reelaborá-las ou abrir mão da própria cultura e se deixar influenciar pelo novo modelo. Desistir da própria cultura seria desconsiderar, e desconstruir, toda uma história de lutas e enfrentamentos de seus antepassados. Seria virar as costas para a ancestralidade. Novas estratégias foram elaboradas. Os ciganos, permanecendo fiéis às suas tradições, embrenhariam-se pelos confins, pelas vilas e povoados, oferecendo seus serviços. Nesse contexto, além de serem ambulantes, eles irão se converter em verdadeiros arautos. Eram eles que, pela dificuldade de comunicação da época, transmitirão as principais informações e “fococas” da corte. Nesse mesmo período, nos anos de 1828 a 1834, teria início algumas mudanças na escravatura européia, das quais muito ciganos-escravos irão se beneficiar.

Na metade do século XIX, os grupos ciganos reiniciarão um amplo fluxo migratório. A Revolução Industrial estava disseminada e a forma de vida dos ciganos não condizia com os novos padrões. Muitos programas visando assimilá-los foram elaborados, vindo posteriormente a fracassar. Os sentimentos de rejeição por eles só cresciam. Reeditam-se as perseguições, castigos, expulsões e mortes. No mesmo período, inicia-se o anti-semitismo, onde os ciganos passarão a serem comparados com os judeus. Esse processo culminaria com o massacre e extermínio de milhares de ciganos, nos campos de concentração nazistas.

O final da Segunda Guerra mundial, vai encontrá-los, espalhados por toda Europa. Nos anos 50 e 70, eles reiniciarão outro fluxo migratório. Dessa vez, o uso de dialetos se tornaria um forte obstáculo. Com o fim da Guerra, também surgiria o regime comunista em parte da Europa. O comunismo avançaria, em relação ao

reconhecimento e proteção da minoria cigana. Nesse sentido o que iria se configurar no maior desafio, seria a educação. Os elementos dificultadores eram: o nomadismo, o déficit de conteúdo, a assiduidade e as relações de conflito e desconfiança com a população.

Em 1977, a comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, passaria a dar mais atenção a causa cigana. Em virtude do numeroso contingente de grupos ciganos vivendo em seus países, a União Européia, implementará diversas ações visando beneficiar os ciganos, sendo a principal delas, inseri-los na escola. No Leste Europeu, com o fim do regime comunista, os ciganos novamente se veriam alvo de perseguições tanto da polícia, quanto da população. Somente em 1994, é que a União Européia declararia os ciganos, como uma das suas mais significativas minorias étnicas. Atualmente, a Europa possui em alguns países, legislações específicas para os ciganos e inúmeras entidades que atuam em defesa de sua causa. As principais reivindicações desses grupos são: Documentação civil de identificação, habitação, saúde e educação. Além disso exigem respeito por suas tradições, bem como o direito de exercê-las.

No continente americano, mais precisamente na América do Sul, a chegada dos ciganos ocorreria, supostamente, quando da terceira viagem de Cristóvão Colombo às Américas. Esses ciganos teriam sido vistos no ano de 1497, na Colômbia.

No Brasil a presença de ciganos seria identificada, no ano de 1574. Chegariam na condição de degredados vindos de Portugal que, aproveitando-se da expansão de suas navegações e da necessidade de mão-de-obra, em suas colônias, encontrou no degredo, uma forma de livrar-se dos ciganos. A vida societária dos ciganos no Brasil era envolta em controvérsias. Ao mesmo tempo em que causavam sentimentos de rejeição e incomodo, desenvolviam funções em cargos públicos e faziam parte de eventos sociais. À medida que aumentaria o número de decretos de expulsão de ciganos de Portugal para o Brasil, outros estados, além do Rio de Janeiro e Bahia, passariam a recebê-los.

A questão **de direitos, envolvendo as comunidades tradicionais e minorias étnicas do Brasil**, desde essa época, ficou esquecida ou negligenciada. A inatividade política e a falta de iniciativa sempre foram evidentes. Afinal, por se tratarem de populações com um outro tipo de organização, e por serem em sua maioria analfabetos, elas por si só, não representariam nenhum peso político.

Nesse sentido, a Constituição Federal brasileira de 1988, apresentaria algumas alterações quanto a garantia de direitos das minorias étnicas. As referidas medidas, entretanto, só iriam contemplar os povos indígenas. Posteriormente, em maio de 1993, a Constituição as ampliaria às demais, dentre elas, a cigana.

Em 2004, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, instituiriam a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, da qual os ciganos fazem parte. Em 2006, o Ministério da Cultura, também adotaria algumas ações buscando reconhecer, e garantir direitos, tanto dos ciganos, quanto das outras minorias étnicas.

Em relação aos ciganos os resultados efetivos, até o momento foram: o lançamento oficial, do dia 24 de maio, como o dia Nacional do Cigano; lançamento do selo e carimbo alusivos à data, pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT); a instituição de um grupo de trabalho, o GT Cigano, com o objetivo de pensar políticas públicas para os ciganos; a assinatura de um termo de compromisso com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para o levantamento do patrimônio cultural e imaterial cigano; o lançamento da Cartilha de Direitos da Cidadania Cigana; e por último, a proposta de produzir materiais informativos sobre programas sociais aos quais os ciganos têm direito dentre eles: cursos profissionalizantes, estímulo à formação de cooperativas e principalmente a implantação de programas de alfabetização e escolarização infantil e adulta.

A questão da **alfabetização e escolarização dos ciganos** tem encontrado, ao longo da história desse povo, muitos empecilhos que em grande parte, se devem ao desconhecimento de seus elementos culturais e de sua organização social.

Nesse sentido, é que, examinando as práticas e as concepções de uma família cigana que vive em Palhoça/SC, foi possível identificar, que os ciganos têm **uma organização social**, e que essa, está estruturada, a partir da divisão sexual do trabalho na qual: compete à mulher os afazeres domésticos e ao homem prover o sustento material da família. Essa divisão, da forma que está organizada, evidencia uma hierarquia de gênero que, na prática não se observa. As transformações sociais, quanto ao papel do homem e da mulher nas atuais sociedades, desafiam também os ciganos a redefinirem esses papéis. Apesar do status do homem cigano de “provedor”, a mulher cigana de hoje, como as demais mulheres, tem dupla jornada de trabalho. Além dos cuidados com a família e com a casa, ela também

contribui com a renda familiar, fazendo vendas a domicílio e lendo a mão (quiromancia).

Quanto às **atividades que desenvolvem para garantir seu sustento**, observou-se que se restringem basicamente às vendas. Eles vendem objetos de cama, mesa e banho e em alguns casos, tem alguns que negociam automóveis. As vendas são feitas de forma itinerante, pelo interior de Santa Catarina, mesmo pelos ciganos sedentários. No que diz respeito aos ciganos jovens, em relação a divisão de tarefas, observou-se que, a função destes é de: cuidados com os irmãos menores, da organização da casa e da confecção dos alimentos.

Observando, **a rotina dos jovens** ciganos, principalmente na ausência dos pais, constata-se que, as questões de gênero se iniciam precocemente. O filho homem, assume o lugar do pai, momento em que passa a reproduzir a hierarquia de gênero, e a(a)s filha (as) mulher(es), continuam, diante da figura masculina, numa situação de submissão e subserviência. O lugar do homem na cultura cigana, é um forte elemento cultural.

Quanto aos **principais elementos que compõem essa cultura**, na opinião dessa família são: o casamento; o nascimento; as promessas; o idoso; as doenças; a morte; a contaminação; a família; a leitura da mão (quiromancia), e o conselho de anciãos (kriss).

Pelo exposto, percebe-se, que a família ainda preserva muitos aspectos de sua tradição, mas que alguns, estão se reconfigurando. Isso não significa que eles estejam perdendo sua identidade étnica, mas que eles estão continuamente a elaborarem novas estratégias de sobrevivência.

No âmbito de **suas crenças** ancestrais, preservam seus ritos e mitos. Entretanto se adequam às expressões religiosas das sociedades com as quais se relacionam. No caso da família cigana de Palhoça, os filhos foram batizados na igreja católica e freqüentam o catecismo.

No plano social, apresentam **uma organização coletiva diferenciada**. O clã e o grupo de pertença são suas principais referências. A valorização que os ciganos atribuem a família, e a forma como eles a vivenciam, vai de encontro as atuais teorias de que a família está desaparecendo. Para eles sua razão de ser, está na família, dessa forma é que, quanto mais numerosa ela for, mais admiração e respeito eles obterão de seu grupo.

Na **sua relação com o exterior**, não observamos nenhuma insatisfação mais relevante. Esse aspecto pode estar relacionado ao fato, dessa família, possuir uma situação econômica estável. Entretanto, temos conhecimento, através de notícias de jornais, que existem um grande número de ciganos nômades, particularmente no Nordeste, vivendo em situação de miséria. Para esse grupo, em termos de perspectivas, o que emerge é que eles gostariam de ser tratados com mais respeito.

A questão da **influência das sociedades não-ciganas**, na identidade étnica cigana, sempre foi uma grande preocupação dos ciganos. Nesse sentido é que, como forma de resistência, eles elaboraram uma série de mecanismos de defesa. No entanto, percebe-se, que existem outros elementos, que provavelmente eles ainda não tenham se dado conta, que podem ter alguma influência sobre sua cultura, que são as mídias. Identificamos que, tanto a família em questão, quanto seus parentes, nômades e sedentários, possuem aparelhos de televisão. As crianças pequenas são os principais usuários desse tipo de veículo, o qual muitas vezes vai se constituir em babá eletrônica. Já os jovens, dependendo da renda familiar, possuem computadores com os quais se comunicam com seus pares, mas também com jovens não-ciganos. Esse aspecto, começa a incomodar a alguns pais, na medida em que seus filhos dedicam horas do seu tempo no acesso a Internet, deixando de colaborar com os afazeres domésticos.

Ainda no âmbito familiar, é possível observar **o lugar que o idoso** ocupa nessa tradição. Nas festas e comemorações, observamos o cuidado que tanto as crianças, os jovens e os adultos, dedicam aos idosos. Eles também, são bastante procurados para dar conselhos e sugestões. A razão disso, é que ele detém um conjunto de elementos culturais ancestrais, que lhe confere um status diferente ao do idoso das sociedades não-ciganas.

Na relação, tanto da família cigana que vive em Palhoça, quanto dos grupos nômades que passam por esse município, identificamos que a transmissão oral da cultura cigana, não obedece a nenhum processo formal (hora, dia, mês, local) ela se dá no seu dia-a-dia, nas relações cotidianas. Percebemos também, que as crianças têm uma grande capacidade de concentração. Elas estão sempre muito atentas. Os jovens também prestam muita atenção ao que se fala nas rodas dos adultos e em seu próprio meio. Os momentos das conversas se constituem, para eles, em espaços de aprendizagem.

A relação dos **ciganos, e os processos de aprendizagem intra-étnico** ocorrem desde a mais tenra idade. Nesse sentido, o primeiro contexto educativo identificado foi, a relação mãe-filho (a). É da mãe, que os filhos recebem os primeiros rudimentos de sua cultura. São eles: O idioma, obediência e respeito aos pais, aos irmãos mais velhos e aos parentes. A criança também é apresentada pela mãe, aos ritos e mitos. Mais adiante percebe-se, que as questões de gênero passam a ser um fator determinante, que vai causar uma distinção na educação da menina, e do menino cigano. À menina é ensinado: as tarefas domésticas, os cuidados com os irmãos menores, a obediência ao futuro esposo, aos sogros e principalmente à sogra. Ela também poderá aprender com sua mãe, a leitura da mão. Já o menino, começará a ser conscientizado da necessidade de contribuir com renda familiar, através das atividades externas.

Nesse sentido, **um dos principais dilemas** que os ciganos enfrentam, é que, os contextos educativos intra-grupo, por não lhes fornecerem os aportes suficientes, os obriga a buscarem essas ferramentas em outro lugar. É diante dessa necessidade, que a escola apresenta-se, como o local onde estão alocados esses saberes. Para a família cigana de Palhoça, a ida dos ciganos à escola tem por objetivo que eles se apropriem de dois conhecimentos básicos: a leitura e o domínio das operações matemáticas básicas. Dos meninos (as) e jovens que pertencem a essa família e os do seu grupo, todos estão fora da escola, e o nível de leitura e escrita é elementar. Os motivos disso são dois: o primeiro é que, o menino em torno dos 10 para 11 anos, começa a participar das viagens de negócios. A menina, na puberdade, é retirada da escola, por questões culturais de gênero.

Ainda na relação com a escola, alguns ciganos enfrentam **um outro dilema**. É que, ao optarem pela sedentarização, alguns, se vêm na contingência de garantirem seu sustento e de sua família por meio de outras atividades com as quais não está acostumado. No momento em que ele percebe que, não tem como sobreviver. ele passa a depender dos programas de transferência de renda. O dilema é que, os referidos programas, possuem condicionalidades, dentre as quais, a principal é a frequência das crianças à escola. Esse elemento adquire complexidade, quando confrontado com os elementos culturais, já mencionados, quanto à permanência de meninos e meninas ciganos na escola. Quanto a esse aspecto, não tivemos condições de análise, pelo fato dessa família cigana de Palhoça, não se encaixar nesse exemplo.

Sobre **os valores que essa família, atribui a escola**, concluímos que, eles reconhecem a importância da escola. Que para eles, a escola, da forma com está constituída, atende às suas necessidades. A única demanda que emerge das suas expectativas em relação à ela, é que, durante o curto espaço de tempo, em que eles à freqüentam, eles possam ser visto como diferentes, mas não com indiferença.

Por fim, foi possível compreender, acompanhando o longo processo histórico dos ciganos, apresentado propositalmente, de forma minuciosa, no segundo capítulo, **que as relações intra-grupo, foi o que possibilitou a sobrevivência dessa cultura**. E que portanto, para eles, **é o que se configura como seu maior bem**.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manuel Antonio de. Memórias de um sargento de milícias (ficção). Rio de Janeiro: Klick Editora, 2000. nº 5. (Coleção Livros O Globo).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **NBR 6023**: Referências elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10520**: Citações em documentos. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **NBR 6024**: Numeração progressiva das seções de um documento escrito. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6027**: Sumário - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Educação intercultural e comunidades de periferia**: limiars da formação de educadoras. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myrian Ávila; Eliana Lourenço Lima Reis; Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 395 p. (Coleção Humanitas).

BORGES, Eliane Medeiros. **Entre a exuberância e o mistério**: um olhar videográfico sobre a mulher cigana. Dissertação (Mestrado em Multimeios e Ciência). Universidade Estadual de Campinas, 1995. 115p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educador**: vida e morte. Carlos Rodrigues Brandão, Marilena Chauí, Paulo Freire. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.

_____. (Org.) **Repensando pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BUENO, Virgínia R. dos Santos. **Espacialidade e territorialidade dos grupos ciganos na cidade de São Paulo**. (Monografia de Especialização em Geografia). USP, São Paulo, 1990.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para Entrar e sair da modernidade. 4. ed. Trad. Heloisa Pezza Cintrão. **Ensaio Latino-americanos 1**. São Paulo: Gêneses, 2003. p. 18-97; 351-372.

CAVALCANTI, Sonia Maria Ribeiro Simon. **Caminheiros do destino** [manuscrito]. Dissertação (Mestrado em história) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.

CHINA, José Bonifácio D'Oliveira. **Os ciganos do Brasil**: subsídios históricos ethnograficos e lingüísticos. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 1936.

CORTESÃO, Luiza. A educação num contexto de capitalismo desorganizado. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E SUSTENTABILIDADE, III. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, mover/CED/UFSC, 2006. **Anais**.

ESTEVIÃO, Carlos V; MOREIRA, António Flávio; PACHECO, José Augusto e Carlos Estevão (orgs.). **Globalização e educação**: desafios para políticas e práticas. Porto: Porto Editora, 2006.

FALTERI, Paola. Interculturalismo e cultura no plural. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org). **Intercultura e Movimentos Sociais**. Florianópolis: Mover, NUP, 1998.

FARELLI, Maria Helena. **A magia e o mistério dos ciganos**. São Paulo: Madras Editora Ltda, 2001.

FERRARI, Florência. **Um olhar oblíquo**: contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo: USP. São Paulo, 2002. 267 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. J.E.M.M. Editores Ltda., 1986.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Identidade étnica, condição marginal e papel da educação escolar na perspectiva dos ciganos espanhóis. XXI REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), Caxambú, setembro de 1998. **Anais**.

_____. **Fabricando a desigualdade: escola e etnia cigana**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2003. 232 p. (Coleção Trabalhos Acadêmico-Ciêntíficos, série doutorado: 5).

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e movimentos sociais**. Reinaldo Matias Fleuri (org.). Florianópolis: Mover, NUP, 1998.

_____. **Educação intercultural, mediações necessárias**. Reinaldo Matias Fleuri (org.) DP&A, 2003.

FONSECA, Claudia Regina Bonfim. **A dança cigana: a construção de uma identidade cigana em um grupo e camadas médias no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Urbana). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. 112 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FRASER, Angus. **Los gitanos**. Barcelona, Espanha: Editora Ariel, 2005.

FUENTES, Venecer Gómez; MARTINEZ, Juancarlos Gamboa; ESPINOSA, Hugo Alejandro Paternina; Venecer G. Fuentes: **Los rom de Colômbia: itinerário de um pueblo invisible**. Santa Fé de Bogotá, Colômbia: MJ Editores Ltda, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

KRAMER, Sônia; FREITAS M. Tereza Freitas; SOUZA Solange J. (Orgs). Sônia Kramer: **Ciências humanas e pesquisa**: Leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Solange Terezinha de. **Paisagens & ciganos**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1997. 107p.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Cortez, 1986.

MARÍN, José; DASEN, Pierre. A educação e os desafios da mundialização: migrações e direitos humanos. SEMINARIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E SUSTENTABILIDADE, III. Florianópolis, 2006. Universidade Federal de Santa Catarina, mover/CED/UFSC. **Anais**.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 108-113.

MORIN, Edgar. **Educar para a era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na certeza humana. Artigo elaborado para UNESCO por Edgar Morin; Emilio Roger; Raúl Domingo Motta. Tradução de Sandra Trabucco Venezuela. São Paulo: Cortez, 2003.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23. ed, Petrópolis: Vozes, 2004.

MARTINAZZO, Celso José. **A utopia de Edgar Morin**: da complexidade à cidadania na era planetária. 2 ed. Ed. Unijú, 2004. 112 p. (Coleção Educação).

MARTINS, João Batista. **Vigostsky & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MINAYO, M. Cecília de Souza (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, Mello Filho. 1843 ou 1919. **Os ciganos no Brasil e cancionário dos ciganos**. Posfácio Silvio Romero. Notas Luis da Câmara Cascudo, 1986.

ORO, Ari Pedro. Brasil e França. **Ensaio de antropologia social**. Coord. de Ari Pedro Oro e Sérgio Alves Teixeira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

PINTO, Bosco; FALKEMBACK, Elza M. Fonseca. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Revista Contexto/Educação**. Editora Uniji [sd]. vol.7.

REZENDE D. F. de Almeida. **Transnacionalismo e etnicidade**: a construção simbólica do Romanesthàn (Nação Cigana). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

RODRIGUES, M. C.: **A representação dos ciganos na literatura brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UNESP. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Memória da Pós-Graduação, São Paulo. 2001. 202 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, da educação**. 2. ed. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Paidéia)

SANTOS, Boaventura de Souza. Para um senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. v. 1.

SAYAD, Abdamalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org); Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, M. A. **Os ciganos "calon" do Catumbi**: ofício, etnografia e memória urbana; Antropologia; Etnografia. [.Servicos.capes.gov.br/arquivos/avaliacao](http://servicos.capes.gov.br/arquivos/avaliacao).

STEPHEN, R. Stoer, Luiza Cortesão. **Levantando a pedra**. Da pedagogia Inter/multicultural às políticas Educativas numa época de transnacionalização. Porto: Ed. Afrontamento, 1999.

SUSI, Francesco. Sociedades multiculturais problemas e perspectivas. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL: EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE, 2006, Florianópolis. **Anais**.

TAJFEL, Henri. **Grupos humanos e categorias sociais II**: estudos em psicologia social. Trad. Lígia Amâncio. Livros Horizonte, 1983. 2. vol.

TEIXEIRA, Rodrigo Correia. **Correrias de ciganos pelo território mineiro (1808-1903)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

VAZ, Ademir Divino. José, Tereza, Zélia e sua comunidade um território cigano. In: **Revista Trilhos**. Pires do Rio: Faculdade do Sudeste Goiano, 2005. v-3, nº 3, p. 95-109.

_____. **José, Tereza, Zélia e sua comunidade** - um território cigano em Ipameri. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003. 2v. 104 p.

WEFFORT, Madalena Freire. **Educando o olhar da observação**. Observação, Registro, Reflexão e Instrumentos Metodológicos I. 2. ed. [s.l.] Espaço Pedagógico, 1996. (Série Seminários).

Documentos Eletrônicos:

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Em busca de uma perspectiva dialógica**. CONGRESSO INTERNACIONAL DO COTIDIANO. Diálogos sobre diálogos. Disponível em cd-rom. Rio de Janeiro: UFF, 2005.

Ciganos do Brasil. www.ciganosbrasil.com. Acesso em: 02/10/2007.

Dicionário Michaelis. www.michaelis.uol.com.br. Acesso em 01/10/2006.
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Acesso em: 16/09/06.
www.ibge.gov.br/.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
www.pnud.org.br/raca/reportagens. Acesso em 06/08/2007.

Direitos Humanos na Internet. www.dhnet.org.br. Acesso em: 14/07/2007.

Programa Bolsa Escola.
<http://www.mec.gov.br/bolsaescola/estrut/serv/programa/default.asp>

Programa Bolsa Família. www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso: 15/10/2007.

Universidade de São Paulo. www.sbd.fflch.usp.br/teses/teses. Acesso em: 02/10/2007.

Wikipédia a enciclopédia livre. www.wikipedia.org/wiki.pt. acesso em: 14/07/2007.

www.eletriceye.blogspot.com/2006/09/20. Página da Internet acesso em: 02/10/2007. Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior.

www.servicos.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/estudos/dados. Acesso em: 02/10/2007.

www.dw-world.de/dw/article .Acesso em: 08/10/2006.

www.salves.com.br/gyphist.htm. Acesso: em 02/10/2007.

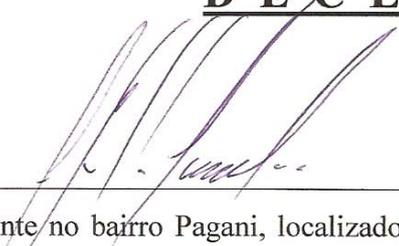
Inep/MEC. 2005. www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news05
em: 08/10/2006.

A N E X O S



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO/TRINDADE/CX.P. 476
FONE: (048) 331-9336 / FAX(048) 3319752

DECLARAÇÃO

Eu, , membro da família Ivanovichi residente no bairro Pagani, localizado em Palhoça, Santa Catarina, autorizo o uso das entrevistas gravadas comigo, com minha família e meus parentes, bem como das fotografias realizadas no ano de 2006 e 2007, para publicações em livros, revistas, exposições, artigos e eventos científicos e tecnológicos em nome da autora Sílvia Régia Chaves de Freitas Simões.

Palhoça, 01 de outubro de 2007.